

Mulheres no Discurso

Women in Discourse



Maria Fernanda Bahia
acrilico s/ cortiça, 2014

Maria Alexandra Guedes Pinto
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta
Ana Sofia Meneses-Silva
Enio José Porfirio Soares
Xinxin Shi
(organizadores)

Porto
2025

Ficha Técnica

Título: Mulheres no Discurso – *Women in Discourse*

Organizadores: Maria Alexandra Guedes Pinto, Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta, Ana Sofia Meneses-Silva, Enio José Porfírio Soares, Xinxin Shi

Capa e Design Gráfico: Xinxin Shi

Imagem da Capa: © Maria Fernanda Bahia

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto

Ano de edição: 2025

ISBN: 978-989-9193-67-3

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-67-3/mul>

Os textos desta publicação foram submetidos à avaliação cega dupla.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00022/2025.

Índice

Nota Editorial	4
A importância da modalização em quatro manifestos produzidos pela UMAR <i>Ana Sofia Souto</i>	7
Liberdade inconstante ou subserviência segura? – O trabalho sexual na <i>Comédia do Cioso</i> <i>Carlos Silva</i>	22
Desconstrução de estereótipos de género no Ensino de Literatura: Uma abordagem pedagógica interventiva <i>Cláudia Marina Vicente Ruas</i> <i>Maria Antónia Diniz Caetano Coutinho</i> <i>Matilde Alves Gonçalves</i>	42
Por que a Globo matou a Globeleza? O silenciamento da Globo em relação às polémicas sobre racismo e nudez nas suas vinhetas de Carnaval <i>Lídia Sacramento de Souza</i> <i>Lidiane Santos de Lima Pinheiro</i>	58
Mecanismos linguístico-discursivos e diferenciação de linguagem e género <i>Mariana Filipa da Silva Pinto</i>	74
Género y activación de vocabulario. Entre la estereotipación y la normalización de los nuevos roles <i>Mirta Fernández dos Santos</i>	101
Linguagem e resistência: Trajetória do discurso feminino na luta contra a opressão <i>Patricia Orlando</i>	124
Biografias dos autores	136

Nota Editorial

O evento *Mulheres no Discurso (Women in Discourse)* conheceu a sua primeira edição na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano de 2019. Integrado numa iniciativa da Reitoria da Universidade do Porto designada “E contudo elas movem-se”, que visou assinalar contributos das mulheres na área das Ciências, o evento tornou-se regular, tendo contado já com cinco edições, desde a sua primeira ocorrência. A qualidade dos trabalhos levados a público nestas Jornadas conduziu os organizadores a equacionar a publicação dos estudos num volume com *peer reviewing* e com a chancela das publicações digitais da Faculdade de Letras e do Centro de Linguística da Universidade do Porto. É neste contexto que surge a primeira coletânea do “*Mulheres no Discurso*”, um volume que reúne trabalhos apresentados nestas jornadas, que, oriundos de diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, têm em comum o facto de estudarem a forma como se constrói e manifesta a imagem e a voz da Mulher no discurso. O volume resulta do diálogo entre perspetivas disciplinares distintas, mas complementares, que se encontram na análise da palavra feminina como espaço de resistência, identidade e poder simbólico.

Ana Sofia Souto, no estudo intitulado “A importância da modalização em quatro manifestos produzidos pela UMAR”, analisa o papel da modalização linguística nos manifestos da associação feminista portuguesa UMAR. A autora demonstra como a escolha de certos recursos discursivos contribui para questionar, criticar e convocar à ação, evidenciando o poder da linguagem como instrumento de intervenção social e utópica. A análise revela uma articulação estratégica entre modalização epistémica e deontica, sustentando um discurso de denúncia e de mobilização coletiva, rumo a um futuro mais igualitário e inclusivo.

Em “Liberdade inconstante ou subserviência segura? - O trabalho sexual na *Comédia do Cioso*”, Carlos Silva examina a representação literária das trabalhadoras sexuais na obra de António Ferreira, colocando em diálogo o trabalho, o amor e a moralidade no contexto do século XVI. O autor mostra como a figura da cortesã, dividida entre independência e marginalização, reflete as tensões entre autonomia feminina e submissão social, num tempo em que a escolha pela vida de cortesã representava uma irrevogável rejeição de uma vida amorosa tradicional assente no matrimónio.

Cláudia Marina Vicente Ruas, Maria Antónia Diniz Caetano Coutinho e Matilde Alves Gonçalves, no artigo “Desconstrução de estereótipos de género no Ensino de Literatura: uma abordagem pedagógica interventiva”, propõem uma investigação centrada no ensino da

literatura como espaço de transformação social. Através de uma metodologia de investigação-ação em contexto escolar, as autoras avaliam o impacto de uma abordagem crítica sobre as percepções dos alunos relativamente aos estereótipos de género, demonstrando como a leitura literária pode promover uma consciência inclusiva, reflexiva e emancipadora.

No texto “Por que a Globo matou a Globeleza? O silenciamento da Globo em relação às polémicas sobre racismo e nudez nas suas vinhetas de Carnaval”, Lúcia Sacramento de Souza e Lidiane Santos de Lima Pinheiro analisam o discurso institucional da emissora brasileira face às críticas sobre representação do corpo feminino e racialização nas vinhetas de Carnaval. Com base na análise do discurso de linha francesa, as autoras revelam os mecanismos de silenciamento e apagamento simbólico através dos quais a Globo procura preservar a sua imagem, deslocando o debate de questões de género e raça para uma retórica de pluralidade superficial.

Por sua vez, Mariana Filipa da Silva Pinto, no artigo “Mecanismos linguístico-discursivos e diferenciação de linguagem e género”, investiga as regularidades linguísticas que distinguem o discurso de homens e mulheres, analisando diferentes tipos de atos de fala. A autora identifica padrões discursivos que continuam a ser associados estereotipicamente a um género, mostrando como a linguagem quotidiana participa na manutenção e reprodução de papéis sociais normativos, mesmo em contextos de aparente neutralidade comunicativa.

Em “Género y activación de vocabulario. Entre la estereotipación y la normalización de los nuevos roles”, Mirta Fernández dos Santos apresenta os resultados de uma investigação sobre a influência dos fatores socioculturais na ativação lexical associada aos conceitos de “homem” e “mulher”. A partir de dados recolhidos junto de estudantes de diferentes nacionalidades, a autora demonstra que, apesar de uma crescente normalização dos novos papéis de género, persistem marcas inconscientes de estereotipização que se refletem nas escolhas lexicais e nas percepções sociais do feminino e do masculino.

Patricia Orlando no estudo “Linguagem e resistência: trajetória do discurso feminino na luta contra a opressão”, fazendo um percurso que vai de Simone de Beauvoir a Judith Butler, Sueli Carneiro e Gayatri Spivak, descreve a evolução do pensamento feminista através da linguagem como instrumento de resistência e libertação. A autora examina como, em diferentes contextos históricos e teóricos, as mulheres se apropriaram do discurso para questionar o poder, afirmar o saber e reconfigurar o lugar do feminino nas estruturas sociais. O estudo revela a persistência de desafios, mas também a força criadora de uma voz que se reinventa em cada época.

O conjunto de textos reunidos em *Mulheres no Discurso* oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre o modo como o feminino se constrói, é representado e se faz ouvir. As diferentes abordagens convergem na ideia de que a linguagem é um lugar onde se negociam identidade e poder.

Se alguns estudos revelam formas subtis de exclusão e silenciamento, outros destacam estratégias de resistência e de reconfiguração da voz feminina. Entre a crítica e a ação, entre a palavra e o gesto, estas investigações mostram que a mulher no discurso é também a mulher do discurso - aquela que fala, questiona e transforma o mundo através da palavra.

Os organizadores

A importância da modalização em quatro manifestos produzidos pela UMAR¹

Ana Sofia Souto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
(Portugal)

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

ana.sofia.souto@campus.fcsh.unl.pt

Resumo: O presente artigo procura destacar o papel instrumental desempenhado pelo género de discurso “manifesto” na cultura combativa da associação feminista portuguesa UMAR, a qual, desde a sua origem, tem utilizado manifestos quer para reivindicar mudanças, quer para apontar caminhos a seguir. Especificamente, o artigo foca-se em alguns exemplos da construção da modalização em quatro manifestos produzidos pela associação com o objetivo de apurar que papel desempenha a modalização na arte de questionar, criticar e convencer. A análise da modalização nos manifestos da UMAR evidencia o papel central da linguagem enquanto instrumento de intervenção social e política. Nos textos analisados, a modalização é mobilizada para opinar, argumentar, confrontar e apelar à ação, sustentando um discurso de denúncia e de construção utópica. Observa-se o uso articulado da modalização epistémica, que modula graus de certeza e autoridade e da modalização deontica, que impõe obrigações morais e convoca à responsabilidade coletiva. Estes mecanismos linguísticos não apenas sustentam a argumentatividade dos textos, mas também projetam ideologias e constroem sentidos que oscilam entre a crítica ao presente e a reivindicação de um futuro mais igualitário e inclusivo.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Género de discurso; Manifesto; Modalização; UMAR.

Abstract: This article seeks to highlight the instrumental role played by the “manifesto” genre of discourse in the combative culture of the Portuguese feminist association UMAR, which, since its inception, has used manifestos both to call for change and to point out ways forward. Specifically, the article focuses on some examples of the construction of modalization in four manifestos produced by the association with the aim of ascertaining what role modalization plays in the art of questioning, criticizing and convincing. The analysis of modalization in UMAR's manifestos highlights the central role of language as an instrument of social and political intervention. In the texts analyzed, modalization is used to express opinions, argue, confront and call for action, supporting a discourse of denunciation and utopian construction. There is an articulated use of epistemic modalization, which modulates degrees of certainty and authority, and deontic modalization, which imposes moral obligations and calls for collective responsibility. These linguistic mechanisms not only support the argumentativeness of the texts, but also project ideologies and construct meanings that oscillate between criticizing the present and calling for a more egalitarian and inclusive future.

Keywords: Discourse analysis; Discourse genre; Manifesto; Modalization; UMAR.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito de uma investigação de doutoramento, dedicada ao estudo do género de discurso “manifesto” em Portugal com apoio de bolsa FCT (ref.: 2021.04523.BD).

1. Introdução

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (doravante UMAR), criada em setembro de 1976, tem vindo, ao longo da sua história, a fazer uso de vários manifestos para transmitir as suas ideias e reivindicar as suas prioridades de atuação.

O manifesto é um género de discurso de natureza argumentativa, marcado por uma forte carga crítica e transformadora, que visa contestar o estado atual da sociedade e propor mudanças sociais, políticas ou artísticas. Surge como uma forma de “insurreição linguística”, um levantar-se simbólico e discursivo contra o que é considerado inaceitável ou injusto, sendo, por isso, especialmente comum em contextos de crise.

Embora historicamente anterior, o manifesto moderno tem como marco o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Marx e Engels, e desde então desdobra-se em três principais âmbitos: social, político e artístico, sempre como expressão de resistência e de desejo de transformação.

O manifesto combina argumentação com resistência, funcionando como um contradiscurso face ao poder instituído e ao discurso dominante. Visa legitimar movimentos alternativos, denunciar injustiças e imaginar realidades futuras, sendo, assim, profundamente utópico. Mais do que descrever o presente, projeta um futuro diferente e melhor.

Fundamentalmente, o manifesto é inseparável do contexto democrático, pois floresce na pluralidade de vozes e ideias, contribuindo ativamente para a saúde da democracia.

A Revolução dos Cravos representou um ponto de viragem no que aos movimentos de mulheres diz respeito e constituiu uma oportunidade de abertura, de afirmação e de transformação. Manuela Tavares, uma das associadas fundadoras da UMAR e especialista em estudos sobre as mulheres, indica que as associações de mulheres representaram “(...) espaços de afirmação e valorização das próprias mulheres, trazendo para a esfera pública muito daquilo que, durante anos, tinha sido considerado da esfera privada de cada mulher” (cf. Tavares, 2000: 35-36), permitindo às mulheres participar e tomar a palavra em reuniões, manifestações, assinaturas de manifestos, apelos e cartas abertas, entre outras ações. Note-se que, num contexto em que as mulheres viviam subalternizadas por décadas de opressão, a UMAR foi pioneira, devolvendo a voz que tinha sido roubada a mulheres de todo o país.

Este artigo centra-se nos manifestos produzidos pela UMAR que estão depositados na plataforma “Casa Comum”.² O manifesto mais antigo data de 1977 e intitula-se “Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres - Comissão Distrital do Porto da UMAR” (M1). Tal como indicado no parágrafo introdutório, o texto visa tomar uma posição acerca da série de artigos publicados no “Jornal de Notícias” sobre o tráfico e corrupção de jovens mulheres, ainda menores.

O segundo manifesto (M2) - “Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto” - é de 1982, está enquadrado na Semana da Legalização do Aborto e objetiva apelar à consciencialização do problema do aborto e à importância do debate sobre a regulamentação do mesmo na Assembleia da República. Este texto tem um carácter particular pois, na verdade, não se trata de um, mas de três manifestos, sendo um dirigido aos deputados, outro aos médicos e outro aos intelectuais.

De seguida, surge o “Manifesto para uma sociedade activa: Graal”, datado de 1997 (M3). Integrado no IV Programa Comunitário a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres (1996-2000) da Comissão Europeia, o manifesto visa provocar alterações estruturais na sociedade, alargando o debate sobre a necessária igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Finalmente, o último manifesto presente na plataforma foi lançado em 2001. É um manifesto europeu chamado “A Igualdade: o nosso compromisso” (M4). Como o próprio título do texto indicia, este aborda problemas relacionados com a igualdade de oportunidades entre as pessoas, independentemente do seu género.

A UMAR ilustra, nos seus manifestos, a importância das causas em foco, através de uma estratégia específica que importa sublinhar – a modalização.

2. Enquadramento teórico

Neste artigo, mobilizam-se saberes da Análise do Discurso (doravante AD), a qual surgiu em 1969, em França. O objetivo da AD é analisar o modo como o discurso se articula com o contexto social e histórico em que é gerado. Para isso, foca-se no estudo do contexto sociohistórico da produção do discurso, na análise das condições de produção (quem fala, para

² <http://casacomum.org/cc/arquivos> - desenvolvida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.²

quem e em que circunstâncias) e na escolha das estratégias discursivas, além de investigar como o discurso constrói as identidades dos sujeitos envolvidos.

No estudo dos manifestos, a análise da modalização assume um papel central, pois permite compreender de que forma o locutor constrói a sua posição no discurso, orienta a interpretação por parte do destinatário e procura exercer influência ideológica sobre este. Através dos diferentes mecanismos modais, o locutor expressa graus de certeza, juízos de valor, obrigações ou desejos, ajustando o conteúdo enunciado às suas intenções, convicções e objetivos comunicativos.

Embora não seja objetivo central deste trabalho traçar toda a trajetória teórica da modalidade/modalização — marcada por variações terminológicas e metodológicas — destaca-se, a título de contextualização, o contributo de autores fundamentais ao longo do século XX. Entre estes encontram-se Lyons (1968; 1977), Leech (1969 e seguintes), Halliday (1970, 1985), Benveniste (1974), Weinreich (1977), Palmer (1979, 1986 e 2001), Meyer (1980), Coates (1983) e Culioli (1985), que ajudaram a consolidar a modalidade como expressão da atitude do locutor perante o conteúdo enunciado, envolvendo graus de certeza, desejo, obrigação ou avaliação.

Lyons identifica três escalas modais principais (desejo, obrigação e certeza), enquanto Benveniste e Culioli enfatizam a dimensão subjetiva e intersubjetiva da enunciação.

No universo português, podem-se destacar os trabalhos de Campos (1991), Oliveira (1988; 2000) e Oliveira e Mendes (2013).

Os estudos de Campos acerca da modalidade enquadram-se teoricamente nas investigações de Culioli sobre a enunciação, em particular no seu modelo de funcionamento da linguagem. Neste modelo, as operações de modalização ocupam um lugar definido, ou seja, fazem parte do enunciado. Para Campos (2001, p. 169):

A modalidade é, portanto, uma categoria que caracteriza todo e qualquer enunciado, e a análise dos valores modais deverá incidir sobre conceitos que, naquelas definições, correspondem a ‘representação’, ‘aquilo que diz’, ‘reagir’, ‘juízo’, ‘atitude’, e, mais especificamente, ‘constatar’, ‘apreciar’, ‘desejar’.

Campos (2001) considera que existem três domínios da modalidade, a saber: (i) a modalidade epistémica, que consiste no grau de *conhecimento* em relação ao estado das coisas; (ii) a modalidade apreciativa, que tem a ver como o modo *como se reage* a um determinado facto ou acontecimento; (iii) a modalidade intersujeitos, a qual corresponde a uma relação interagentiva na qual o sujeito da enunciação *age* sobre o sujeito do enunciado, com o objetivo

de que este se torne agente de uma situação dinâmica. O sujeito da enunciação assume-se como origem deôntica da permissão ou obrigação.

Os três tipos de modalidades referidos acima interrelacionam-se. A modalidade epistêmica combina-se com os outros tipos de modalidade, dando origem a valores complexos. Uma classificação de valores modais deverá, por isso, segundo Campos, ser sempre cruzada.

Fátima Oliveira (em Mateus et alii (2003, pp. 245-254)) para além de definir modalidade como a “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”, diferencia entre modalidade alética (ligada à noção de verdade), epistêmica e deôntica.

Segundo a autora, os conceitos modais têm diversos meios de se manifestar nas línguas naturais:

- verbos modais como *poder* e *dever*; verbos plenos que veiculam valores modais como *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*, *precisar de*, *ter de*; advérbios de frase e locuções adverbiais como *possivelmente*, *necessariamente*, *provavelmente*; *se calhar*; certos afixos derivacionais como –*vel*, que formam adjetivos deverbais (*lavável*, *concebível*, *solúvel*); frases genéricas que admitem a expressão de capacidade ou possibilidade; alguns tempos gramaticais como o Imperfeito, o Futuro e o Condicional, quando criam situações alternativas associadas ao domínio da possibilidade. Ex. “Neste momento, o acordo entre os países *já estará* assinado.”

O termo “modalização” relaciona-se com o de “modalidade”. A mesma tende a ser definida como uma categoria linguística e a modalização como um processo discursivo pelo qual o enunciador/locutor marca a sua posição em relação ao conteúdo que avança, estando mais ligada à pragmática, enunciação e análise do discurso.

No âmbito da AD, o foco desloca-se da modalidade como categoria gramatical para a modalização como prática discursiva e ideológica. Charaudeau (1992), Maingueneau (1997, 2008), Rabatel (2004, 2009) e Authier-Revuz (1998) mostram como a modalização explicita a posição do locutor, revela a heterogeneidade do discurso e serve a construção de autoridade e responsabilidade enunciativa.

Nos manifestos, a modalização desempenha uma dupla função: exprime um posicionamento crítico sobre o mundo e convoca à ação coletiva. Ao desafiar normas, propor novos quadros de referência e mobilizar valores partilhados, torna-se uma estratégia retórica, um ato político e um mecanismo de construção de hegemonia discursiva. Assim, a análise da modalização nos manifestos evidencia como estes textos ultrapassam a função argumentativa,

emergindo como práticas discursivas transformadoras, capazes de produzir sentidos, afetos, identidades e novas formas de ação sobre o mundo.

3. Análise

Para a realização da análise, foram escolhidos alguns excertos que permitem dar conta da riqueza e diversidade da presença da modalização no corpus em estudo.

3.1. M1 “Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres - Comissão Distrital do Porto da UMAR” (1977)

Exemplo 1. *Durante os meses de Novembro e Dezembro publicou o “Jornal de Notícias” uma série de artigos sobre o tráfico e a corrupção de jovens. Pelo carácter dessa série, que nos pareceu fundamentado numa análise bastante detalhada da situação e movido de um espírito crítico, desejoso de esclarecer o público e em nada sensacionalista, achamos que se torna urgente tomar posição sobre os factos lá denunciados (Parágrafo 1 do manifesto).*

O excerto em análise evidencia um uso articulado das modalidades epistémica e deontica. Por meio de apreciações ponderadas e marcadores de avaliação subjetiva (modalização epistémica) constrói urgência e convoca o leitor à ação; por meio da modalização deontica reforça o carácter normativo e ético da intervenção proposta. Este uso combinado contribui para a alta densidade argumentativa do texto, um traço essencial do género “manifesto”, cujo objetivo é, simultaneamente, informar, persuadir e mobilizar. A linguagem revela-se não apenas meio de expressão, mas igualmente instrumento político de transformação social.

A modalidade epistémica neste excerto manifesta-se através do uso de formas verbais que indicam o grau de certeza ou avaliação do locutor sobre a informação apresentada:

- “que nos pareceu fundamentado numa análise bastante detalhada”: o verbo “parecer” é um modalizador epistémico de baixa força assertiva. O mesmo introduz uma apreciação do locutor que, embora positiva, é cautelosa e não absoluta, o que confere ao discurso um tom ponderado. A subjetividade do julgamento é marcada pelo uso da forma verbal no pretérito e pelo pronome “nos”, que sugere a enunciação coletiva da organização;
- “achamos que”: outro verbo com valor epistémico, “achar” indica juízo pessoal ou institucional, revelando que a posição adotada resulta de uma avaliação e não de uma imposição

factual. Ao usar esta forma, o locutor manifesta distanciamento crítico e abertura ao diálogo, sem abdicar da força argumentativa.

Estas estratégias epistêmicas funcionam como formas de construir credibilidade e razoabilidade. A UMAR demonstra que a sua posição se baseia em análise e reflexão, e não em reações impulsivas ou ideológicas, o que reforça a legitimidade do discurso.

Por seu lado, a expressão “torna-se urgente tomar posição” apresenta um modalizador deôntico forte, que aponta para uma necessidade imperiosa ou até uma obrigação ética. O verbo “tornar-se” marca um processo evolutivo — algo que passa a ser urgente a partir do momento em que se toma conhecimento dos factos. Esta urgência é atribuída pela voz coletiva do locutor, projetando-se para o interlocutor como um apelo à ação.

Ao introduzir a urgência de “tomar posição”, o locutor instaura uma relação intersubjetiva de responsabilidade. Ao mesmo tempo em que assume o compromisso da UMAR, convoca implicitamente o leitor (e a sociedade) a envolver-se e a reagir, o que é característico do género “manifesto”.

Exemplo 2. *A mulher, como ser duplamente explorado, é a maior vítima deste sistema (...) (Parágrafo 6 do manifesto).*

No exemplo 2, o verbo copulativo “ser”, presente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, é o protagonista da modalização epistêmica. O mesmo contribui para formar uma afirmação categórica de valor absoluto, não havendo espaço para dúvidas ou relativizações. A mulher, caracterizada como “ser duplamente explorado” (pois é utilizada de forma abusiva ou exagerada, para além das suas forças, em dois espaços - tanto em casa como no trabalho), é a vítima número um (sendo utilizado o adjetivo “grande” no grau superlativo relativo para enfatizar a gravidade da condição feminina e reforçar a carga emocional do discurso) de um sistema opressivo.

Exemplo 3. *A UMAR sabe que essa sociedade só será um dia realidade se, desde já, encetarmos um combate sem tréguas a estes e outros males que nos rodeiam, um permanente esforço de denúncia, esclarecimento e educação que abrirá caminho à luta final capaz de unir mulheres e homens, no objetivo comum (Parágrafo 7 do manifesto).*

Este excerto apresenta uma forte modalização epistêmica, com destaque para formas as verbais e construções linguísticas que expressam certeza, convicção e projeção de futuro condicionado:

- “A UMAR sabe que...”: o uso do verbo “saber” no presente do indicativo forma uma afirmação epistêmica absoluta. Ao contrário de verbos como “achar” ou “crer”, “saber” implica certeza cognitiva, ou seja, apresenta a proposição seguinte como conhecimento objetivo, inquestionável, legitimado pela autoridade da organização, o que confere autoridade enunciativa e reforça a legitimidade do manifesto;
- “só será um dia realidade se...”: o futuro do indicativo “será”, combinado com a partícula condicional “se”, projeta uma certeza hipotética. A realização do futuro depende de uma ação no presente — o locutor reconhece a possibilidade da transformação social, mas sublinha que esta está condicionada ao engajamento imediato;
- “abrirá caminho à luta final...”: mais uma vez, o uso do futuro do indicativo sugere convicção quanto ao desfecho da ação coletiva. A forma verbal “abrirá” reforça a relação de causa e efeito, representando a consequência inevitável de um compromisso assumido.

A sequência de afirmações epistêmicas com força assertiva projeta uma imagem de confiança e racionalidade no discurso. A UMAR não apresenta suposições, mas certezas fundamentadas, o que reforça a autoridade do locutor e a legitimidade da sua proposta.

Através de verbos como “saber” e do uso do futuro, o locutor posiciona-se como alguém que conhece as condições da transformação social.

Este excerto é um exemplo paradigmático de modalização ao serviço da mobilização política e social.

3.2. M2 “Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto” (1982)

Exemplo 4. *Votar contra a legislação do aborto, no pressuposto da ignorância desta realidade, é pura hipocrisia (Manifesto aos deputados, parágrafo 5).*

Através do uso da expressão “é pura hipocrisia”, marcada pelo uso do verbo “ser” no presente do indicativo, cria-se um tom de certeza absoluta que não contém atenuação, dúvida, nem marcas de hesitação — trata-se de uma afirmação categórica com modalização epistêmica forte.

Embora não haja expressões explícitas deônticas como “dever” ou “ser necessário”, o juízo “votar contra [...] é pura hipocrisia” contém uma modalização deôntica implícita na qual o locutor condena eticamente essa ação e, implicitamente, prescreve um comportamento alternativo (votar a favor ou, no mínimo, com conhecimento da realidade). Este tipo de

modalização deôntica negativa (reprovação moral) funciona como uma forma de pressão normativa.

O locutor assume uma posição de autoridade moral e cognitiva, expressando um juízo categórico, ético e valorativo.

O discurso visa deslegitimar o comportamento contrário, apresentando-o como eticamente condenável e cognitivamente desinformado. Esse enunciado é típico de um discurso engajado e militante, como os que se encontram em manifestos, onde se procura não apenas informar, mas convencer, julgar e mobilizar.

Exemplo 5. *A vossa profissão não vos permite ignorar dramas humanos que todos os dias chegam até vós e aos quais não podeis ou não quereis dar resposta (Manifesto aos médicos, parágrafo 5)*

Todas as formas verbais “não vos permite”, “chegam até vós”, “não podeis”, “não quereis” do exemplo 5 estão no presente do indicativo, marcando certeza e factualidade. Não existem marcas de dúvida, hipótese ou atenuação, o que significa que o locutor afirma como facto incontestável a realidade enunciada. A informação é apresentada como objetivamente verdadeira, não como opinião, conferindo ao locutor autoridade cognitiva sobre o conteúdo.

- “A vossa profissão não vos permite ignorar...”: o uso do verbo “permitir” na forma negativa expressa uma proibição ética e uma obrigação implícita: os médicos não têm o direito moral ou profissional de ignorar os casos humanos relatados, impondo uma exigência ética fundamentada no papel social do interlocutor (médico) e responsabilizando-o diretamente pela sua (in)ação.

O locutor dirige-se aos médicos de forma direta e acusatória. O uso do presente do indicativo e da linguagem normativa constrói um discurso persuasivo, militante e acusatório, típico do género “manifesto”. O enunciado procura mobilizar pela responsabilização: denuncia omissão, convoca à ação, apela à consciência. É um claro exemplo da função interventiva da linguagem em discursos sociais e políticos.

Exemplo 6. *Portugal [é um país] onde o aborto assume proporções catastróficas (Manifesto aos intelectuais, parágrafo 2).*

O enunciado presente no exemplo 6 não contém elementos de modalização deôntica explícita — não há formas como “dever”, “poder”, “ter de”, nem construções como “é

necessário que”. No entanto, a apresentação da situação como “catastrófica” prepara o terreno para uma exigência implícita de ação ou mudança.

O uso do presente do indicativo (“é”, “assume”), no enunciado mostra que o locutor apresenta o conteúdo como factual e incontestável. Não há verbos como “parecer” ou “achar”, que indicariam dúvida ou suposição. Isto marca uma modalização epistémica forte, com afirmações assertivas, que naturalizam o ponto de vista como neutro e objetivo.

Embora não haja modalização deôntica explícita, a construção serve como base argumentativa para possíveis exigências normativas em enunciados subsequentes — como é comum em discursos de intervenção social, que combinam denúncia, julgamento e mobilização.

Este excerto é exemplar do modo como a modalização opera discursivamente para produzir efeitos de sentido típicos do género “manifesto”: naturaliza juízos ideológicos como factos objetivos (modalização epistémica); e prepara uma exigência de mudança, mesmo que não enunciada explicitamente (modalização deôntica implícita). Assim, o texto não apenas informa, mas julga, mobiliza e posiciona-se politicamente, utilizando a linguagem como instrumento de intervenção social.

3.3. M3 “Manifesto para uma sociedade activa: Graal” (1997)

Exemplo 7. *O modo como vivemos não é irremediável!*

“Não é irremediável” expressa uma modalização epistémica negativa, indicando uma negação da certeza de que a realidade atual (modo de vida) seja definitiva ou imutável. O locutor posiciona-se contra uma visão fatalista ou naturalizada da sociedade, o que implica desde logo uma tomada de posição ideológica. Essa forma epistémica atua como estratégia argumentativa pois abre espaço para a proposta de alternativas, preparando o terreno para discursos transformadores ou reivindicativos, como os de manifestos políticos ou sociais.

O uso do ponto de exclamação — “não é irremediável!” — sugere ênfase e apelo emocional, o que pode ser lido como uma tentativa de engajamento do interlocutor. Ainda que não haja uma forma deôntica explícita (como “dever” ou “ser necessário”), o tom convocatório do enunciado carrega uma intenção intersubjetiva de mobilização.

Este enunciado curto, mas potente, opera com modalização epistémica (negação de uma verdade absoluta) e intersubjetiva (mobilização emocional do leitor). No contexto de um manifesto, esse tipo de construção visa romper com a naturalização da ordem vigente e

convocar o público à transformação, evidenciando, conforme a AD, o vínculo entre linguagem, ideologia e ação social.

Exemplo 8. *É indispensável mudar a forma como pensamos e questionar a forma como vivemos (Parágrafo 5).*

A forma impessoal “é indispensável” funciona como marcador claro de obrigação universal, típica da modalidade deontica. Trata-se de uma prescrição categórica, sem margem para adiamento, negociação ou relativização. Equivale, semanticamente, a expressões como “devemos mudar”; “é necessário que se mude”; “temos a obrigação de”... o que posiciona o locutor como autoridade normativa, instaurando um dever ético e convocando o destinatário à ação.

O uso do verbo “ser” no presente do indicativo projeta o enunciado como um dado de certeza absoluta, e não como opinião ou hipótese, não deixando espaço para dúvidas, suposições ou hesitações.

Discursivamente, o locutor apresenta-se como detentor de uma verdade inquestionável, o que fortalece o peso argumentativo da proposição.

As expressões “mudar a forma como pensamos” e “questionar a forma como vivemos” implicam que o modo atual de pensar é insuficiente, errado ou conformista; o estilo de vida vigente é problemático, não refletido ou insustentável. Ainda que os termos usados não sejam fortemente emocionais, há um julgamento crítico implícito da realidade atual.

A linguagem não é apenas descritiva: torna-se interventiva, normativa e transformadora, em consonância com a função essencial dos manifestos — convocar, provocar e mobilizar consciências coletivas.

Exemplo 9. *Por que não rever e reorganizar as nossas vidas em função da partilha real entre homens e mulheres na vida familiar e doméstica, na vida profissional, cívica e política? (Parágrafo 9)*

O enunciado inicia-se com uma construção interrogativa, “Por que não rever e reorganizar”, a qual sugere incerteza ou questionamento. O locutor não afirma, mas indaga sobre a possibilidade de uma mudança, deixando espaço para dúvida e reflexão.

A interrogação pode ser entendida como uma forma de desafiar a inatividade ou a resistência a mudanças, implicando que algo deveria ser feito em relação à partilha de responsabilidades.

O verbo “reorganizar” sugere que as vidas atuais não estão bem estruturadas ou não são equilibradas. Isso é uma crítica implícita à situação atual e implica que a alteração é necessária para alcançar uma situação mais justa e equilibrada.

3.4. M4 “A Igualdade: o nosso compromisso” (2001)

Exemplo 10. (...) *a participação das mulheres na sociedade em igualdade de condições e com as mesmas oportunidades é um requisito fundamental não só para garantir a nossa vida em democracia, mas também para avançar no desenvolvimento económico e social que requer a sociedade europeia (Parágrafo 2).*

O uso do verbo “ser” no presente do indicativo, presente na expressão “é um requisito fundamental” estabelece uma afirmação assertiva e categórica. O locutor não expressa dúvida, mas sim uma afirmação clara sobre a importância da participação das mulheres para garantir a democracia e promover o desenvolvimento. Portanto, existe uma modalização epistémica forte: o locutor apresenta essa proposição como factual e incontestável, sem deixar margem para questionamento.

4. Conclusão

A UMAR destacou-se como uma força pioneira na luta pelos direitos das mulheres em Portugal, recorrendo a um género de discurso específico que este trabalho procurou evidenciar como um verdadeiro instrumento de “insurreição linguística” e de protesto, mas também de solidariedade e transformação social. O manifesto, em particular, revelou-se uma das formas privilegiadas de dar voz às mulheres, permitindo-lhes expressar preocupações, indignações e reivindicações, por meio de estratégias linguísticas diversas — entre as quais se destaca a modalização, foco central desta análise.

Nos manifestos que compõem o corpus deste estudo, a modalização é empregue com múltiplas funções: opinar, argumentar, refutar, destacar factos ignorados ou urgentes, confrontar, exigir e reprovar. Com firmeza e convicção, os textos chamam a atenção para a necessidade de agir, num constante esforço de denúncia e de construção de alternativas. Nesse processo, a linguagem deixa de ser um mero veículo neutro de ideias e torna-se uma ferramenta estratégica de intervenção social e política, abrindo caminho para imaginar — e tornar possível — uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

A análise dos quatro manifestos da UMAR demonstra como a associação, profundamente enraizada no contexto pós-revolucionário português, utiliza o género “manifesto” como um espaço de exercício ativo de cidadania. Nesse espaço discursivo, constroem-se realidades, tomam-se posições e lançam-se apelos à ação coletiva.

Os exemplos analisados evidenciam que a modalização epistémica é mobilizada para atribuir diferentes graus de certeza aos enunciados, legitimando o conteúdo com base na ponderação, na experiência ou na convicção. Quando associada a verbos como “parecer”, “achar” ou “saber”, essa modalização permite modular a força das afirmações, alternando entre a abertura ao diálogo e a assertividade categórica na defesa de valores fundamentais.

Já a modalização deôntica surge com particular intensidade, impondo obrigações morais, sociais e políticas ao interlocutor. Tal imposição ocorre não só por meio de formas explícitas — como “é indispensável” ou “não vos permite” — mas também através de construções implícitas que sugerem normas éticas e compromissos coletivos.

De forma mais ampla, esta análise confirma que a modalização desempenha um papel essencial na construção da argumentatividade e na projeção de ideologias, sobretudo em discursos de cariz político e militante. No caso dos manifestos da UMAR, contribui decisivamente para a produção de efeitos de sentido que oscilam entre a denúncia crítica do presente e a projeção utópica de um futuro mais equitativo e transformador.

Corpus

- UMAR (Comissão Distrital do Porto). (1977). Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres. Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.004.001.008#!1>
- UMAR. (1982). Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto. Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.006.001.075>
- _____. (1997). Manifesto: para uma sociedade activa – Graal. Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.005.002.002#!1>
- _____. (2001). Manifesto Europeu "A Igualdade: O Nosso Compromisso". Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.004.018.008>

Referências bibliográficas

- Authier-Revuz, J. (1998). *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do funcionamento enunciativo*. In M. A. Abaurre, A. A. Rodrigues & R. I. Koch (Orgs.), *Linguagem e discurso: modos de organização* (pp. 13–34). Campinas, SP: Unicamp.
- Benveniste, É. (1974). *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard.
- Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (1991). Valores modais. In *Sintaxe e semântica do português*. Universidade Aberta.
- Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (2001). Gramática e construção da significação. In F. I. Fonseca, I. M. Duarte, & O. Figueiredo (Eds.), *A linguística na formação do professor de português* (pp. 163–174). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Charaudeau, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette Éducation.
- Coates, J. (1983). *The semantics of the modal auxiliaries*. London: Croom Helm.
- Culioli, A. (1985). *Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys.
- Halliday, M. A. K. (1970). *Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English*. *Foundations of Language*, 6(3), 322–361.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- Leech, G. N. (1969). *A linguistic guide to English poetry*. London: Longman.
- Lyons, J. (1968). *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, J. (1977). *Semantics* (Vols. 1–2). Cambridge: Cambridge University Press.
- Maingueneau, D. (1997). *L'analyse du discours*. Hachette.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. Parábola.
- Meyer, P. G. (1980). *Zur Bedeutung der Modalverben im Englischen: Ein Beitrag zur Theorie der Modalisierung*. Tübingen: Niemeyer.
- Oliveira, F. (1988). *Para uma semântica e pragmática de dever e poder* (Tese de doutoramento, Universidade do Porto).

- Oliveira, F. (2003). “Modalidade e modo” in MATEUS et al, Gramática da Língua Portuguesa. Caminho (pp. 245-247).
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. B. P. Raposo et al. (Orgs.), *Gramática do português* (Vol. I, pp. 623–669). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, F., & Duarte, I. M. (Orgs.). (n.d.). *Da língua e do discurso* (pp. 283–298). Campo das Letras.
- Palmer, F. R. (1979). *Modality and the English modals*. London: Longman.
- Palmer, F. R. (1986). *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Palmer, F. R. (2001). *Mood and modality* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rabatel, A. (2004). *Énonciation et point de vue dans la presse: Le traitement discursif de l’information*. Paris: L’Harmattan.
- Rabatel, A. (2009). *Pour une approche énonciative et interactionnelle de la modalisation*. In M. Charolles & A. Rabatel (Eds.), *Les marqueurs du discours: approches linguistiques* (pp. 101–126). Paris: L’Harmattan.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Weinreich, U. (1977). *Explorations in semantic theory*. In A. Juilland (Ed.), *Linguistic studies presented to Joseph H. Greenberg* (pp. 408–428). Saratoga, CA: Anna Libri.

Site da UMAR: <http://www.umarfeminismos.org/>

Liberdade inconstante ou subserviência segura? – O trabalho sexual na *Comédia do Cioso*

Carlos Silva

carlossilva.libri@gmail.com

Resumo: Na estória “secundária” da *Comédia do Cioso* de António Ferreira, desenha-se um confronto entre trabalho sexual e vida matrimonial. Faustina, uma cortesã apaixonada por Octávio, descobre que a escolha por um tipo de independência feminina concedida pelo trabalho sexual significa, no século XVI, não só precariedade, mas também uma irrevogável rejeição da vida amorosa, a qual encontra o seu expoente máximo no matrimónio. Assim, Clareta, uma alcoviteira e amiga de Faustina, reprova a paixão da companheira pois sabe que mulheres como elas não podem entregar-se somente a um homem. Este artigo tem o objetivo de compreender a representação literária das trabalhadoras sexuais da *Comédia do Cioso*, enquadrando-a na visão social e cultural quinhentista sobre o trabalho sexual.

Palavras-chave: Estudos culturais; Matrimónio; Século XVI; Teatro; Trabalho sexual.

Abstract: In the “secondary” story of António de Ferreira’s *Comédia do Cioso*, emerges a confrontation between sex work and matrimonial life. Faustina, a courtesan in-love with Octávio, realizes that the choice for a type of feminine independence granted by sex work means, in the sixteenth century, not only precariousness, but also an irrevocable rejection of love life, that finds its maximum exponent in matrimony. Thus, Clareta, a procurer and Faustina’s friend, disapproves her companion’s passion because she knows that women like them cannot give themselves only to one man. This article aims to understand the literary representation of the *Comédia do Cioso*’s sex workers, framing it in the sixteenth-century social and cultural vision of sex work.

Keywords: Cultural studies; Matrimony; Sex work; Sixteenth century; Theatre.

A *Comédia do Cioso* de António Ferreira, assim como grande parte do acervo teatral português do século XVI que nos é conhecido, detém vários problemas paratextuais. No que concerne à datação de escrita, a literatura crítica tem apontado para os anos 50 do século XVI (Earle, 2012, p. 156). Mais especificamente, Adrien Roig (1983, p. 43) delimitou um intervalo entre 1552 e 1556 para data de redação, enquanto Ana Teresa Quintela Figueiredo (2003, p. 43) apontou para entre 1554 e 1558. Sobre uma possível encenação, não encontramos qualquer investigação que avançasse uma data, nem conseguimos descobrir qualquer dado.

Um dos maiores obstáculos para a atribuição de uma data de redação e encenação, se esta tiver existido, é o desconhecimento, até ao momento, de uma edição ou manuscrito quinhentista da *Comédia do Cioso*. A edição mais antiga conhecida encontra-se na coletânea *Comédias Famosas Portuguesas dos doutores Francisco de Sá de Miranda e António Ferreira*, impressa

em 1622 por António Álvares. Como o título indica, a coletânea contém as duas comédias escritas por Sá de Miranda, *Os Estrangeiros* e *Os Vilhalpandos*, assim como as duas comédias da autoria de António Ferreira, a *Comédia do Cioso* e a *Comédia do Fanchono / de Bristo*.

A ausência de uma lição quinhentista da *Comédia do Cioso* origina uma suspeita quanto ao texto que nos foi legado pela coletânea *Comédias Famosas Portuguesas*, principalmente pelo facto de existirem diferenças na outra comédia de António Ferreira, para a qual dispomos de lições manuscritas do século XVI. A comparação entre as lições manuscritas da *Comédia do Fanchono* com a lição editada na coletânea *Comédias Famosas Portuguesas*, transformada em *Comédia de Bristo*, torna provável a conclusão de que o *Cioso* também terá sofrido alterações¹. Porém, garantido é que, em 1624, a versão da *Comédia do Cioso* inserida na coletânea *Comédias Famosas Portuguesas* foi censurada, seguindo as indicações do *Index auctorum damnatae memoriae*. Por este motivo, várias das edições daquela coletânea que hoje possuímos contêm cenas e trechos cortados, muitos dos quais nos ocuparemos neste trabalho. Todavia, a biblioteca da Universidade de Coimbra dispõe de um exemplar digitalizado livre dessa censura (cota V. T.-17-7-4), do qual nos servimos nas citações².

A *Comédia do Cioso* contém duas narrativas com diferente representação temporal na diegese, mas que se interlaçam. A principal narra a vida de Júlio, um homem casado e mercador em Veneza que é extremamente ciumento. Esse traço de carácter leva-o a todo o tipo de atrocidades para impedir a mínima ocasião de Lívia, a sua esposa, cometer adultério. Porém, esta “regência da esposa” é colocada em causa pelo aparecimento em Veneza de Bernardo, um português que, na juventude, namorou com Lívia, relação esta que apenas não passou a um enlace matrimonial a furto porque Lívia acatou a decisão do seu pai César de a casar com Júlio. Por sua vez, a narrativa secundária foca-se nos amores de Faustina, uma cortesã, por Octávio, nos quais intervêm outras personagens como Clareta, alcoviteira e amiga de Faustina. É nesta última estória que a nossa análise incidirá.

Antes de mais, é importante salientar um aspeto estético da obra de António Ferreira que notaremos repetido na *Comédia do Cioso*. Juntamente com a mimese de autores da Antiguidade

¹ Para uma comparação entre as várias lições das comédias de Ferreira, assim como para entender esta problemática em torno do *Fanchono / Bristo*, vide o estudo introdutório da edição de Adrien Roig em Ferreira (1973).

² Sendo a *Comédia do Cioso* a fonte principal desta investigação, optamos por realizar a leitura a partir da lição mais antiga que nos é conhecida. Existe uma edição desta comédia realizada por Ana Teresa Quintela Figueiredo (2003), assim como uma edição mais recente online, levada a cabo pelo Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual disponibiliza edições de todas as peças teatrais portuguesas do século XVI (<http://www.cet-e-quinheiros.com/>). Por fim, diga-se que as citações de textos impressos e de manuscritos neste artigo seguem os critérios estabelecidos por Avelino de Jesus da Costa (1993).

Clássica, veia dominante da estética renascentista, António Ferreira, como é sabido, confessava-se leitor e discípulo de Francisco de Sá de Miranda³. Estas duas relações justificam, a título de exemplo, os nomes escolhidos para as duas trabalhadoras sexuais da *Comédia do Cioso*. O nome da alcoviteira Clareta origina da comédia *Asinaria* de Plauto, cujo enredo se aproxima mais d'*Os Vilhalpandos* de Sá de Miranda do que da *Comédia do Cioso*, porém, continuam a existir semelhanças com esta última. Na *Asinaria*, a mãe de Filénio que alcovita a própria filha chama-se “Cleéreta”. Quanto a Faustina, o seu nome é diretamente obtido d'*Os Vilhalpandos*⁴:

Vilhalpando	Dizem-me que muito o costumam estas vossas cortesãs.
Milvo	Por levarem muitas novidades; ora são Aurélias, ora Faustinas, ora Dianas. Falece alguma cousa?

(Miranda, 2013, p. 300, ato IV, cena V)

A entrada em cena de Faustina corporiza-a totalmente, num episódio em parte mimetizado a partir da *Mostellaria* de Plauto, existindo passos que são literal tradução da comédia plautina (Earle, 2012, p. 159). Ao longo do ato III, cena I, observa-se uma insistência na inclinação de Faustina para o materialismo e para o cuidado da aparência:

Faustina	Esta me bem esta saia?
Clareta	A graça he o que lustra, que o pano não.
Faustina	Hum bom concerto muito affeição.
Clareta	As fermosas quanto mais chãs mais fermosas.

(Ferreira, 1622, fl. 134r, ato III, cena I)

Esta total corporização de Faustina significa um esvaziamento da espiritualização, reduzindo-a a uma posição ainda mais inferior do que as restantes mulheres. Por este motivo, os dois homens que interagem intimamente com Faustina, Júlio e Octávio, apenas a vêem como carne, como uma prazerosa forma de passar a noite:

Júlio	Hũa noite asinha se passa, com o prazer de Faustina me esquecerá este medo.
-------	---

(Ferreira, 1622, fl. 143v, ato IV, cena II)

Octávio	Eu onde posso ja melhor passar esta noite que com Faustina.
---------	---

(Ferreira, 1622, fl. 144r, ato IV, cena III)

³ Vide, por exemplo, na Carta a Francisco de Sá de Miranda: “Neste mundo por ti já claro, e novo / já uns espiritos s’erguem no teu lume, / por quem eu, meu Sá, vejo, e meus pés movo.” (Ferreira, 2008, p. 353, vv. 55-57).

⁴ Como é apanágio dos textos de Sá de Miranda, *Os Vilhalpandos* possuem uma tradição manuscrita. Para lá da edição impressa de 1560, são conhecidas três lições manuscritas do século XVI. Devido à inexistência de diferenças marcantes entre as lições, citamos a partir da versão manuscrita da Real Academia de la Historia (cota Ms 76. 64.297.15), editada por José Camões e T. F. Earle em Miranda (2013). Quanto à questão de datações, T. F. Earle (2006, pp. 16-18) aponta 1525 ou 1526 como data de redação, e afirma ainda que a comédia foi representada duas vezes no século XVI: uma nos anos 30, outra em 1544.

Às trabalhadoras sexuais do século XVI é negada sequer a pertença ao grupo cultural e socialmente dominado, daí que Nanna, no *Ragionamento della Nanna e dell'Antonia* (1534) de Pietro Aretino, faça a seguinte distinção: “Enana – As prostitutas não são mulheres, mas prostitutas (...)” (Aretino, 1980, p. 80, Terceira Jornada)⁵.

A reclassificação das trabalhadoras sexuais como outra “coisa” que não mulheres garante-lhes, por um lado, a possibilidade de aceder a um tipo de liberdade que não está disponível para as restantes mulheres, e que, obrigatoriamente, não é a mesma que a dos homens, ocorrendo o paradoxo assinalado por Simone de Beauvoir (2022, p. 321): “(...) [as trabalhadoras sexuais] entre todas as mulheres [são] as mais submissas aos homens e, no entanto, as que mais lhe (*sic*) escapam; é o que as predispõe a assumir tão múltiplas significações”. Por outro, a rejeição do acesso à categoria de “mulher” permite a aceitação de vários comportamentos na interação com as trabalhadoras sexuais, os quais seriam censuráveis no caso de mulheres de qualquer outro estado. Um bom exemplo desta discrepância ocorre nas Ordenações Manuelinas. No Título XIV do Livro V, as trabalhadoras sexuais são colocadas a par das escravas em caso de violação. Em vez de o perpetrador ser imediatamente condenado à morte, como sucederia se a vítima fosse uma mulher de qualquer outro estado, passa a ser necessário que o rei confirme a sentença:

Todo homem de qualquer estado, e condiçam que seja, que forçosamente dormir com qualquer molher, posto que escrava, ou molher que guanhe dinheiro por seu corpo, mouro por ello. Porem quando for com escrava, ou molher que guanhe dinheiro por seu corpo, nom se fará execuçam atee No-lo fazerem saber, e por nosso mandado. (Manuel I, 1984, p. 52)

O esvaziamento da espiritualização das trabalhadoras sexuais é recorrente no discurso cultural quinhentista. É essa exata representação que se observa numa carta anónima e sem data inserida numa miscelânea manuscrita organizada por Pedro Álvares Varejão, o COD. 9492 da Biblioteca Nacional de Portugal. Provavelmente o próprio Varejão terá intitulado a carta como “Carta em trova, em que hum homem da novas a hum amigo de certas cortesãs de Lixboa”. Apesar de anónima, ela deverá ser da autoria de Luís de Camões⁶. A corporização de “Mendes

⁵ Citamos a partir de uma tradução portuguesa. Nas citações, manteremos as mudanças realizadas pelo tradutor quanto aos nomes das personagens, mas, no nosso texto, redigi-los-emos de acordo com o original italiano. A edição portuguesa, intitulada *Diálogo das Prostitutas*, contém, à imagem das traduções desta obra noutros países, dois diálogos diferentes que ficaram conhecidos sob o título conjunto de *Ragionamenti*: o *Ragionamento della Nanna e dell'Antonia*, impresso pela primeira vez em 1534, e o *Dialogo nel quale la Nanna insegna a la Pippa*, cuja *editio princeps* conheceu o prelo em 1536. Neste artigo, apenas faremos menção ao primeiro diálogo, daí a indicação de 1534 como data de publicação.

⁶ Parece existir um plano de publicação desta carta no volume 3 do *Epistolário Magno de Luís de Camões*, editado por Felipe de Saavedra. No momento de redação desta investigação apenas o primeiro volume havia sido publicado, no ano de 2022, logo, não nos foi possível citar as justificações de Felipe de Saavedra para inserir esta

Margarida”, uma das trabalhadoras sexuais mencionadas na carta, transforma-se mesmo numa hipersexualização, permitida porque, como vimos, as trabalhadoras sexuais não são mulheres:

Num botin, a vi hum dia
quanto de puta s’esmera,
esperou vinte em profia,
ma la eguá era ligera
por el arrayal se salía.

Correo aposta em fradilla
e era o preço dez realles,
dezia passe a quadrilla
toquem rijo os atabales,
corram lanças a maravilla.
Alli matava desejo
qualquer cavallo folgado,
correrão vinte sem pejo
por aquel postigo viejo
que nunca fuera cerrado.

Na viveza de sua dança
morrerão vinte Priapos
he toura brava, não mansa,
puta orinol de velhacos
posta que nunca descansa,
he dama que sem trabalho
a via a Pedro e a Joane,
e não vos pareça ralho,
que mil moros a caballo
pocos son para Roldane.

(In Varejão, c. 1615, fl. 157v, vv. 26-50)

Na *Comédia do Cioso*, a corporização de Faustina por parte de Júlio e de Octávio tem explicações narrativas, as quais, ultimamente, se apoiam na visão sociocultural sobre o trabalho sexual e as mulheres que dele se ocupam. O caso de Júlio é o mais simples. A sua paranoia com a fidelidade da esposa é acompanhada de um desejo físico por Faustina e estas duas vontades não são antagónicas. Por mais que os moralistas matrimoniais do século XVI, e até mesmo de épocas anteriores, se esforçassem para salientar que a lealdade é um dever de ambos os casados, a amplitude de comportamentos considerados aceitáveis para um e para o outro sempre favoreceu os homens. Assim, o desejo de Júlio de impedir a esposa de o trair enquanto ele a tenta trair é, para o próprio, a normalidade, ficando demonstrado um tipo de privilégio que a organização patriarcal da instituição do matrimónio confere aos homens no século XVI.

carta no cânone camoniano. De qualquer forma, saliente-se que no COD. 9492, esta carta surge imediatamente a seguir a três cartas compostas por Luís de Camões, sem qualquer espaço a separar. Se incluirmos esta carta em trova no *corpus* de obras camonianas, e se confiarmos em Pedro Álvares Varejão, parece igualmente acertado inserir, também, as duas poesias seguintes intituladas como “Trovas que fez este homem, que fez estas acima, que sendo moço casou com hũa molher solteira e velha” e “Outras suas a hum amigo em que lhe da conta de sua vida”.

Quanto a Octávio, a questão é um pouco mais densa. A corporização que Octávio faz de Faustina redonda de uma visão puramente física do amor, a qual contrasta com a opinião de Bernardo. Este sente um amor neoplatónico por Livia, enquanto aquele apenas detém um amor sensual por Faustina. O debate entre estes dois homens é mais um exemplo das discussões em voga na literatura do século XVI sobre o significado do amor⁷:

Bernardo	Nam sey, tam viva trago eu a alma em Livia que enquanto viver a hei de achar sempre nella.
Octávio	Lembre te que [Júlio] a tem morta, e morrera tambem em ti.
Bernardo	Mas isso he o que a faz em si mais viva, com essa magoa não podem os meus olhos.
Octávio	Esta já tal que te aborrecerá se a vires.
Bernardo	Nam pode ser, que com a sua alma andava eu de amores.
Octávio	Com a sua alma?
Bernardo	Espantas te?
Octávio	Nam queres que me espante d'amores tão novos.
Bernardo	Pois cre, que o bom amor, e este he so dos homens.
Octávio	Quanto eu não me namoro, senam de hum corpo bem feito, e de huns olhos graciosos.
Bernardo	Isso nam sam amores, mas deleite de amor.
	(...)
Octávio	Eu te dou de boamente todas as almas de quantas molheres a no mundo, e da me tu os seus corpos.

(Ferreira, 1622, fls. 131v-132r, ato II, cena V)

Livia pode ser amada “neoplatonicamente” por Bernardo porque é uma mulher, já Faustina “apenas” pode ser amada sensualmente por Octávio pois é uma outra “coisa”, mais inferior do que as restantes mulheres.

Vários exemplos existem no teatro português quinhentista e noutros géneros literários da época destes debates sobre o amor, porém, em duas cartas de Luís de Camões mostra-se uma discussão similar à da *Comédia do Cioso*. Na Carta III, assim numerada por Hernâni Cidade, a qual é um precioso texto para a compreensão do trabalho sexual no século XVI português, Camões refere-se a umas “damas de aluguer” cujo ofício se assemelha à atuação de Faustina, e aborda a ideia da superioridade do amor estritamente sensual com trabalhadoras sexuais. Camões afirma que muitos consideram que é melhor pagar àquelas trabalhadoras do que cortejar outras mulheres para um ato sexual, pois não existe engano desde que se pague o serviço: “Quanto é ao que toca a estoutras damas de aluguer, há muito que escrever delas. Alguns dirão que, como quer que nestas não há aí mais que pagar e andar, não pode haver engano” (Camões, 1984, p. 295). Camões é de opinião contrária:

⁷ Para uma síntese sobre a origem destes debates em torno do amor, vide Asensio (1974, pp. 369-375).

Neste jogo digo que é ao contrário, porque vereis estar um rosto que é a castidade de Lucrecia luxuriosa, ãa testa de alabastro, uns olhos de mordifuge, um nariz de manteiga crua, uma boca de pucarinho de Estremoz; mas *o pueri, latet...* (Camões, 1984, p. 295, destaque da edição consultada)

A resposta de Camões é mais compreensível numa outra carta, assinada em Lisboa no ano de 1551 e provavelmente intitulada pelo já mencionado compilador Pedro Álvares Varejão como “Carta que um amigo a outro manda de novas de Lisboa”⁸. Num dado momento desta carta, diz-se:

E estas falsas que *rebiven para dar muerte*, que como o trigo se não apodrece na terra não dá fruto nem espiga, assim estas velhas, parece que quanto mais podres, de seus males, e doenças, amortalhadas em seus suadouros, refrescam e reverdecem mais, porém já sabeis que *latet anguis in herba*, como se vê nelas cada dia que são peçonhentíssimas, mas como são tão quistas, amadas e requestadas de seus amantes, mais perdidos que elas. (In Franco, 2022, p. 234, destaque da edição consultada)

Nos citados excertos de ambas as cartas, a evocação de Vergílio⁹, que iguala as trabalhadoras sexuais à cobra, é realizada principalmente no sentido sanitário, numa época marcada pelo advento da sífilis e de outras doenças venéreas¹⁰. Assim, Camões defende que é totalmente errado os homens apenas procurarem a fruição do amor sensual junto das trabalhadoras sexuais porque se arriscam a todo o tipo de doenças.

Retornando diretamente à *Comédia do Cioso*, Claretta opõe-se àquilo que considera ser vaidade, rejeitando a importância da indumentária em favor da graça, e até censurando a utilização de perfumes. A atitude de Claretta aproxima-se, curiosamente, do esforço legislativo das Ordenações Afonsinas, onde se proibia a ostentação de adereços luxuosos a trabalhadoras sexuais (Barreiros, 2017, p. 263)¹¹. A extravagância nos adornos e vestimentas é uma das características das trabalhadoras sexuais de acordo com Francisco de Osuna que, no seu *Norte*

⁸ Para não haver dúvidas, esta carta encontra-se na já mencionada miscelânea manuscrita compilada por Pedro Álvares Varejão: o COD. 9492 da Biblioteca Nacional de Portugal. Quanto à problemática sobre a atribuição da carta a Camões, *vide* o brilhante artigo de Marcia Arruda Franco (2019), no qual a investigadora realiza também uma exaustiva análise da carta.

⁹ Bucólica III: “Damoetas – Qui legitis flores et humi nascentia fraga, / frigidus, o pueri (fugite hinc!), latet anguis in herba.”; “Dametas – Vós que colheis flores e morangos rasos no chão nascentes: / uma fria – ó rapazes, fugi daqui! – serpente na erva se esconde.” (Vergílio, 2021, pp. 84-85).

¹⁰ A discussão na Idade Moderna em torno da origem da sífilis mostra um aspeto interessante. A doença, considerada um mal particularmente terrível por Erasmo, era constantemente atribuída ao grupo inimigo. Assim, o autor castelhano Ruy Diaz de Isla, considerava que a sífilis havia originado no Novo Mundo, tendo sido trazida para a Cristandade por Cristóvão Colombo. Já os ingleses e italianos consideravam-na a “doença francesa” ou a “peste francesa”, enquanto os próprios franceses a tentaram classificar como a “doença napolitana”. Também os chineses a consideravam a “doença portuguesa”. Para melhor compreender estes debates, *vide* Bullough & Bullough (1987, pp. 147-151).

¹¹ Esta semelhança fez-nos questionar se este seria um sinal de que Claretta é uma mulher de idade avançada, o que a igualaria ao estereótipo teatral quinhentista de representar as alcoviteiras como velhas mulheres. Veremos que este estereótipo parece deter algum fundo de verdade. No entanto, não cremos existir qualquer indicação textual que nos permita defender sem dúvidas que Claretta é essa velha alcoviteira típica do teatro quinhentista.

de los Estados, partindo da concepção misógina de que todas as mulheres são assombradas por uma “natural inclinação” para a materialidade, leciona o marido a afastar a esposa dessa vaidade: “Auctor – (...) pues que no consientes a tu muger que sea ramera, porque permites que lo parezca en su atavio? (...)” (Osuna, 1531, fl. 138r).

Clareta explica a Faustina que aprendeu aquela regra de “comedimento” na apresentação física com uma outra trabalhadora sexual experiente, afirmando a sua definição de “trabalhadora sexual”:

Faustina	Quem te ensinou tanta cousa?
Clareta	Quem tinha mais experiencia do mundo que ti, aquella te digo eu, que vivia, e roubava, e enganava.

(Ferreira, 1622, fl. 134v, ato III, cena I)

Esta é a definição dominante no discurso quinhentista, onde as trabalhadoras sexuais são visualizadas como trapaceiras que, não olhando a limites morais, seduzem qualquer homem até conseguir furtar toda a sua riqueza, noção sumariada na seguinte fórmula do *Ragionamento della Nanna e dell'Antonia*: “Enana – (...) não há crueldade, roubo ou traição que assustem uma prostituta” (Aretino, 1980, p. 75, Terceira Jornada). É esta exata noção que transparece na já mencionada carta de Luís de Camões com o título – provavelmente da autoria de Pedro Álvares Varejão, relembramos – “Carta que um amigo a outro manda de novas de Lisboa”. A carta foca-se na chegada à capital portuguesa de uma trabalhadora sexual castelhana, apelidada por Camões de “Madama del Puerto”, juntamente com a sua filha, de seu nome “Bárbora”, as quais terão sido expulsas da cidade onde habitavam. Este texto permite-nos ainda perceber que os homens que partiam para o Novo Mundo eram os clientes preferidos das trabalhadoras sexuais no Portugal quinhentista, uma vez que esses homens recebiam pagamentos adiantados pelos seus serviços:

(...) digo que a Sñora Barbora y *la puta de su madre* vêm tão avante no putavismo que podem leer de cadeira, e com seus donaires ora portugueses ora castelhanos nunca lhe faltam em que *emprigem* suas letras, e suas manhas, por que neste cesto roto de Lix.^a, onde elas lançam tudo, bem sabem que cada panela tem seu testinho, e que sempre neste mar magno correm madraços que vêm picar em seus Anzolos, com que elas pescam, de muitas maneiras, e como agora anda tudo de levante com estas armadas, e na água em volta pesca o pescador, elas também d’armada dão por esse – coitados que hão de ir para fora sobre as águas do mar, uns debruadinhos d’arte, a quem, como sabeis, pagam soldos e moradias adiantadas, com outras mercezinhas, e de maneira os tratam que como franceses, depois de lhes vazarem as bolsas, de bem vestidos e louções que andam, os tomam e lhes despem até os couros golpeados. (In Franco, 2022, p. 233, destaques da edição consultada)

O amor de Faustina por Octávio torna-se num desejo de união matrimonial. Faustina afirma explicitamente o desejo de se casar com Octávio em duas ocasiões. A primeira antes do desgosto amoroso:

Faustina Bem aventuradas as casadas, que usão deste amor limpamente.
(Ferreira, 1622, fl. 133v, ato III, cena I)

E a segunda após o início da quebra da relação entre Faustina e Octávio:

Faustina (...) sempre desejei hum bom amor, agora que cuidava, que o tinha não o vejo.
(Ferreira, 1622, fl. 141v, ato III, cena VIII)

Em ambas as afirmações, encontra-se uma oposição entre a vida matrimonial e a vida da trabalhadora sexual, sendo a primeira tida como a única via moralmente positiva para disfrutar do amor na sua vertente física. Esta noção provém diretamente dos moralistas matrimoniais, os quais, louvando o casamento, recorrem várias vezes ao argumento de que essa é a única forma de praticar relações sexuais sem pecado¹², exatamente como argumenta Vicente Mejía no seu *Saludable Instrucción del Estado del Matrimonio*:

(...) aunque sea verdad que el acto fornicario que pasa algunas vezes entre muger y hombre que no son casados, sea semejante al que es de verdadero matrimonio quanto a lo que es natural en ambos, es muy grande la diferencia que ay del uno al otro, quanto a lo que es moral, y de consideracion de virtud, porque el uno por ser conforme a razon, es tenido por bueno y virtuoso, y el otro por ser contra ley divina, y fuera de razon, se tiene por malo, y deshonesto, y feo. (Mejía, 1566, fl. 74r)

Opondo-se ao amor de Faustina por Octávio, Claretta lembra a amiga da inconstância que domina a vida das trabalhadoras sexuais, isto porque elas não usufruem da suposta segurança das mulheres casadas. Os papéis matrimoniais de género quinhentistas ditam que é dever do marido prover a casa, enquanto a esposa é restringida a um espaço doméstico. No caso das trabalhadoras sexuais, ambos os papéis são incorporados pela mulher, explicando, em parte, o motivo de Claretta insistir que Faustina ficar presa a um só homem significará a ruína de ambas:

¹² Isto não quer dizer que os casados não possam pecar na prática de relações sexuais, significa antes que o estado matrimonial é o único onde um homem e uma mulher têm a possibilidade de o fazer sem pecar, desde que cumpram com todas as indicações dos moralistas. Estas variam desde aspetos “psicológicos”, como a obrigação de ambos os casados praticarem a relação sexual pensando um no outro, até aspetos “mecânicos”, onde se proíbe os casados de, por exemplo, praticar certas posições sexuais porque invertem a ordem do mundo que se crê natural e se acredita impedir a fecundação (mulher por cima do homem), ou ainda porque se acredita tratar de atos animalescos (sodomia, entendida no sentido lato de “sexo anal”, onde, evidentemente, se mantém a questão de ser uma posição sexual que não contribui para a *proles*, uma das finalidades do matrimónio de acordo com Santo Agostinho).

- Clareta Deixa o logo pera ellas [= as casadas], que tem sua vida segura, mas tu que vives do comum, porque te fazes particular a hum so?
- Faustina Porquê, parece te mal?
- Clareta Antes me espanto de ti caíres em tamanho erro, queira Deos que nam venhas cair na conta, a tempo que te nam preste.

(Ferreira, 1622, fl. 133v, ato III, cena I)

Este debate entre Faustina e Clareta é mimetizado a partir da *Asinaria* de Plauto. No mesmo ato III, cena I, Cleéreta censura a filha Filénio por estar apaixonada por um homem, exatamente com a mesma explicação de que o ofício das trabalhadoras sexuais as obriga a não se entregar somente a um homem:

- Cleéreta (...) Ris-te daqueles que pagam, perdes-te de amores por aqueles que nos gozam. Por acaso achas que deves esperar, se alguém prometer tornar-te rica quando a sua mãe morrer? Caramba, corremos o sério risco de morrer de fome, nós e a família, enquanto esperamos a morte dela. (...)
- Filénio Suportarei passar fome, se mo ordenares, minha mãe.
- Cleéreta Eu não te proíbo de amares os que te pagam para serem amados.

(Plauto, 2006, pp. 204-205, ato III, cena I)

A interpretação do trabalho sexual como uma vida repleta de precariedade é a visão comum da sociedade quinhentista. Na literatura de matrimónio, este labor é tido como ofício exclusivo de mulheres em desespero e sem um homem para as suportar. Não só esta conceção tenta dissuadir as mulheres de optar por esta vida, como também procura admoestar os maridos que se ausentam em demasia de suas casas, como se pode observar nos *Coloquios Matrimoniales* (1550) de Pedro de Luján:

- Doroctea Para mantener la casa poco aprovecha lo que la mujer labra ni hila, sino que también es menester que el marido afane, sude, y trabaje; donde no, crea que o se ha de padecer gran necesidad, o que la cosa se proveerá a costa de la honra del marido, y de la persona de la mujer (...)
- Marcelo Muchas veces acontece eso, especialmente en algunos que van a las Indias, y dejan las mujeres mozas y hermosas solas.

(Luján, 2010, pp. 99-100, Tercero Coloquio)

No ato II, cena II observa-se uma outra justificação para o facto de Clareta considerar negativa a paixão de Faustina por Octávio. Em conversa com Janoto, o pajem de Octávio, Clareta diz-lhe que apenas se casaria com um príncipe:

- Clareta Quem vio aquella [= Júlio] de antes, mancebo galante, gentil homem, polido, penteado, mais enfeytado que hũa dama, como o conheceram agora, çujo, magro, a capa caída, por isso nam casaria, senam com hum principe.

(Ferreira, 1622, fl. 124v, ato II, cena II)

É fácil compreender que este motivo degenera da já apontada preocupação de Claretta com a sobrevivência de ambas. A única possibilidade de uma trabalhadora sexual deixar o seu ofício, aos olhos de Claretta, é o casamento com um homem de alto estado, e Octávio não é esse homem.

No entanto, historicamente, existia uma outra opção para sair do trabalho sexual, ancorada numa perspectiva abolicionista que concebe todas as trabalhadoras sexuais como vítimas sem agência própria, em necessidade de salvação. Arrependendo-se e sofrendo penitência, uma trabalhadora sexual poderia entrar na vida religiosa, tal como terá feito Elvira, uma trabalhadora sexual lisboeta mencionada no manuscrito de autoria e datação desconhecidas intitulado *Memórias de um Fidalgo de Chaves*:

E serem ao menos semelhantes a elvira nossa natural portuguesa que eu conheci sendo moço em Lisboa, mui fermosa e gentil molher que habitava no luguar publico com as publicas pecadoras. E depois ha vi em Roma descalça, vestida de burel E çilição, E com a penitência a mais disforme cousa do mundo. E perseuerando neste santo ofício, se foi a assiz E se empardeou fazendo tam estreita vida que de todo o pouo era tida por santissima molher (...) (Autoria desconhecida, 2017, p. 163)

Este trecho surge num capítulo onde o narrador descreve as cortesãs de Roma e no qual parece ocorrer uma menção à igreja de Santa Maria Maddalena delle Convertite, entregue em 1520 pelo papa Leão X à confraternidade Compagnia della Carità, exatamente para este propósito de receber trabalhadoras sexuais arrependidas. O esforço de criar casas religiosas para essa finalidade existiu também em Portugal. Um exemplo disto é a criação do mosteiro das Penitentes da Paixão de Cristo, atualmente conhecido como convento de Santa Ana, fundado a 21 de maio de 1543. Uma tradição afirma que o esforço de edificar este convento originou de dom João III, enquanto outra atribui esse projeto a dona Catarina de Áustria, a qual estaria a apoiar um projeto já iniciado por Violante da Conceição, uma mulher negra que recolhia trabalhadoras sexuais arrependidas num espaço que possuía (Rijo, 2017, pp. 133-134).

O desejo de Faustina por uma vida matrimonial com Octávio preocupa Claretta porque isso impedi-la-á de continuar o ofício de trabalhadora sexual através do qual ambas sobrevivem¹³, e também porque Claretta suspeita, corretamente, que Octávio apenas detém um interesse físico por Faustina. Destarte, Claretta lembra Faustina da velocidade com que a beleza feminina desaparece, aconselhando-a a aproveitar os seus dotes físicos enquanto pode¹⁴:

¹³ O medo de Claretta não é infundado. Logo no ato II, cena II, o espectador fica a saber da própria Claretta que Faustina ter-se-á escondido de Júlio quando este lhe levava um anel de rubi. Faustina apenas aceitará encontrar-se com Júlio após o início da quebra da relação com Octávio, prova de que Faustina não está somente a enganar Octávio para dele obter riquezas.

¹⁴ É esta “lição” de a beleza feminina ter um limite temporal que o sujeito poético do soneto de Luís de Camões iniciado pelo verso “Se as penas com que Amor tão mal me trata” ensina à amada para tentar convencê-la a

(Ferreira, 1622, fl. 134r, ato III, cena I)

TABELA 1 – Relação entre as idades da humanidade e as estações do ano.

Idade da humanidade	Estação do ano
Juventude (até aos 20 anos)	Primavera
Apogeu (até aos 40 anos)	Verão
Declínio (até aos 60 anos)	Outono
Velhice (depois dos 60 anos)	Inverno

entregar-se. Concordamos com a análise realizada em contexto de aula pela doutora Isabel Morujão de que, neste soneto camonianiano, o “eu” lírico não pretende tanto a fruição de um amor emocional, mas antes de um amor físico.¹⁵ Quanto à questão da juventude, diga-se que o trabalho sexual no século XVI poderia começar muitíssimo cedo. Por exemplo, entre as características indispensáveis às mulheres que quisessem trabalhar em Compás de La Laguna na cidade de Sevilha, local do famoso “bordel público” castelhano, consta a especificação de uma idade superior a doze anos (Bullough & Bullough, 1987, pp. 153-154). Assim, não será surpreendente que algo semelhante ocorresse em Portugal, especialmente tendo em conta que a lei quinhentista portuguesa estabelecia como idades mínimas para o casamento os quatorze anos para os homens e os doze para as mulheres, *Vide*, por exemplo, no *Espelho de Casados* (1540) do doutor João de Barros: “Segundo direito, pode casar o moço de XIV anos e a mulher de XII, e ainda sem licença de seu pai” (Barros, 2019, p. 795, Quarta Parte).

Vilhalpandos de Sá de Miranda. A velha mãe Giscarda, que alcovita a filha Aurélia¹⁶, pronuncia a mesma conceção numa discussão com Aurélia, causada, à imagem da *Comédia do Cioso* e da *Asinaria* de Plauto, pelo facto de a filha estar apaixonada por um homem:

Giscarda	Quantas vezes te tenho avisada que mostres amor a todos e que o não tenhas a ninguém.
Aurélia	Assi há de ser ãa molher igual a todos, como ãa alimária?
Giscarda	Ah douda, douda. Tu virás a morrer de fome, que eu também já fui fermosa. Ajuda-te do tempo, que passa muito asinha. (...)
Giscarda	O que te eu mando, o que te eu digo, o que te eu aconselho, assi, é que os trates a eles como eles tratam a ti. Querem lograr esta tua mocidade e fermosura, não os poupes. (Miranda, 2013, pp. 310-311, ato V, cena III)

Representar as alcoviteiras como velhas mulheres não se trata de um mero *topos* literário. Sendo dominante no século XVI a ideia de que a beleza feminina tem um “prazo de validade”, as trabalhadoras sexuais, ao envelhecer, necessitam de encontrar outras funções dentro desse ofício que lhes garanta a sobrevivência e, por isso, tornam-se alcoviteiras. É esta exata descrição que Luís de Camões realiza da “Madama del Puerto” na já citada “Carta que um amigo a outro manda de novas de Lisboa”:

E, porém, a Puta Velha [= “Madama del Puerto”] com o furto que lhe tornaram nas mãos lançaram-lhe nas costas com trombetas, até que por vários casos, *per tot discrimina rerum*, tornou aqui aportar a Lix.^a, e má Lix.^a, que é um ninho velho, e domicílio antigo de Putas Antigas. E aqui como dizem das Cegonhas, as moças mantêm as velhas (...) (In Franco, 2022, p. 232, destaque da edição consultada)

Ainda na nossa contemporaneidade, como explica Georgina Orellano, ocorre o mesmo, com muitas trabalhadoras sexuais mais velhas a tornar-se, por exemplo, “cobradoras de lugares” quando o interesse físico por parte dos clientes diminui¹⁷.

De volta à *Comédia do Cioso*, Clareta, mesmo discordando do amor de Faustina por Octávio, continua a interceder em favor da amiga, interpelando, por exemplo, Janoto para insistir na firmeza e veracidade do amor de Faustina por Octávio. Clareta afirma que Faustina tem rejeitado estar com qualquer outro homem, mas Janoto não se deixa convencer, assinalando abertamente a sua desconfiança nas palavras de trabalhadoras sexuais. Pela insistência do

¹⁶ A nossa construção frásica é propositada, uma vez que não temos certezas se Aurélia é uma trabalhadora sexual por vontade própria, ou se apenas pratica essa atividade porque a mãe a obriga.

¹⁷ Em suma, as “cobradoras de lugares” são pessoas que cobram uma taxa a outros trabalhadores sexuais por operarem na “sua zona”. Como demonstra Orellano, nem todas as cobradoras são negativas, algumas assumem um papel protetor, oferecendo cuidados de saúde, prevenção de roubos e até proteção dos clientes. Para uma melhor explicação, *vide* o capítulo “História “As cobradoras de lugares” em Orellano (2023, pp. 45-48).

discurso cultural quinhentista em classificar aquelas mulheres como trapaceiras, não é de estranhar essa avaliação de Janoto:

Janoto	Requerimentos trazes.
Clareta	Que requerimentos?
Janoto	Dou vos ao diabo todas, que tantos ardis sabeis.
Clareta	Bem Janoto, e isso sospeitas tu de Faustina pera Octavio.
Janoto	Ja não sospeito senão quanto vejo, perdoe me Deos.
Clareta	Nam sabes tu, que o seu amor pera com elle he odio cris pera todolos outros.

(Ferreira, 1622, fls. 124v-125r, ato II, cena II)

A quebra da relação entre Faustina e Octávio inicia quando este, numa tentativa de auxiliar Lúvia e Bernardo a encontrarem-se na casa de Júlio, pede a Faustina para passar uma noite com Júlio. Faustina exaspera-se e nem permite a Octávio explicar o motivo desse pedido. O espectador toma conhecimento deste episódio indiretamente, apenas ouvindo as últimas palavras de Octávio para Faustina e, quando Octávio vem para junto de Bernardo e o pajem deste chamado Ardélio, recebe uma espécie de sumário realizado por Octávio:

Octávio	Outra vez te prometo, esse amor, e essas lagrimas minhas. Faustina não me merecem enganar te pesa me somente de teu desgosto, nem desconfies que eu sou teu, e o serei sempre.
Bernardo	Muito se detem.
Ardélio	E sae afrontado.
Octávio	Se tal soubera, rira me de Bernardo, corrido venho do que passei com esta, tanto que lhe toquei no caso, deu se por avorrecida de mi, e a mim por enfadado.
Bernardo	Parece me que o enxergo triste.
Octávio	Lançou mãos aos cabelos, e aos toucados chamando se enganada, e fazendo extremos de hũa douda, não cuidei que nestas molheres se achasse amor tam inteiro.
Bernardo	Nam posso mais esperar.
Octávio	Em fim nam fiz mais que anojar a ella, e ella envergonar a mi, que nem me deixou dizer pera que lho pedia.

(Ferreira, 1622, fl. 139r, ato III, cena VI)

O desespero de Faustina deve-se ao facto de ela sentir um verdadeiro amor por Octávio, plasmado no monólogo que encerra o ato III, cena VIII, onde Faustina lamenta a condição da mulher quinhentista em matéria amorosa: se retribui o amor, o interesse masculino esfuma-se, se não o faz, é tida por ladra. A conclusão de Faustina é que mais vale o roubo porque, além de enriquecer, não sofrerá, corolário que a encerra totalmente na via feminina do trabalho sexual:

Faustina	Este Octavio me affeiçoou, assi que nam sei viver sem elle, amo o, dezejo o, nelle cuido, nelle sonho, olhae quam bem o embrego. (...) Coitadas de nos se amamos somos aborrecidas, se não amamos roubamos, e em fim melhor he o roubo pois nos enriquece, e os roubados vão mais contentes, mas minha condição não era essa, sempre desejei hum bom amor, agora que cuidava, que o tinha não o vejo. Enganaste me Octavio, não to
----------	--

merecia, trabalho me sera esquecer te. Trabalho serão aos meus olhos não te verem, mas per que outra vez não se enganem, fiquem com esta magoa.
(Ferreira, 1622, fls. 141r-141v, ato III, cena VIII)

Faustina aprende da forma mais árdua a difícil lição de que o amor matrimonial está vedado às trabalhadoras sexuais na cultura quinhentista, tal como também notou T. F. Earle (2012, p. 161). Porém, ao mesmo tempo, Faustina conquista um tipo de liberdade inalcançável às mulheres de outros estados, numa experiência pouco distante daquela que Georgina Orellano relata:

Sofri mais estando apaixonada do que a trabalhar como puta, embora os de fora julguem que nas nossas casas estamos a salvo e que os únicos machistas são os clientes dxs trabalhadorxs sexuais. A rua deu-me a liberdade que em casa me foi proibida, a rua ensinou-me aquilo que na minha casa não era falado.
(Orellano, 2023, p. 148)

O episódio que impossibilita totalmente o apaziguamento entre Faustina e Octávio deriva de uma especificidade do trabalho sexual inexistente em qualquer outro estado feminino quinhentista. Faustina acaba por ter um encontro com Júlio, o qual encerra abruptamente porque Júlio descobre o plano de Bernardo para entrar em sua casa. A narrativa não explica como essa descoberta sucedeu, apenas explicita que Faustina ficou imediatamente com o anel que Júlio trazia para ela:

Júlio Não de balde me detinha ella [= Faustina] em jogos, e em trapaças, e toda a festa era ao meu anel, que me logo arrebatou em entrando.
(Ferreira, 1622, fl. 145r, ato IV, cena V)

Na verdade, isso que Júlio considera ser um “furto” nada mais é do que o pagamento pelo serviço que Faustina iria prestar a Júlio se este não tivesse irrompido em direção a sua casa, tal como dirá Clareta mesmo no final da comédia:

Clareta Em fim Julio pagou por elle, coitado estava com a mesa posta, e a cama feita, e nem de mesa, nem de cama levou bocado.
(Ferreira, 1622, fl. 152r, ato V, cena V)

Toda a cena entre Faustina e Júlio foi observada por Octávio que, notando a porta de casa de Clareta e Faustina aberta à noite, decidiu esconder-se para ver o que estava a acontecer¹⁸. Ao avistar Júlio a sair de casa, Octávio, que tanto havia troçado Júlio por ser ultra-cioso, explode

¹⁸ A inclusão de vários episódios de voyeurismo é um outro elemento que António Ferreira mimetiza das comédias de Francisco de Sá de Miranda.

de ciúmes e, desta vez, é ele quem rejeita qualquer explicação¹⁹. Para Octávio, a presença de Júlio na casa é a única prova necessária de que o amor de Faustina não é verdadeiro:

Octávio Se soubera que era Julio, e me aquella puta deixara, viera mais cedo. Meteo me em cabeça, que elle se me viera meter em casa por força, com rogos, e piedade que lha fizerão ter delle, e com outras mayores, e mais lagrimas me pedio perdam. Engana se, feyto he, nam sou dos que esperam pela segunda (...)
(Ferreira, 1622, fl. 146v, ato IV, cena VII)

O trabalho de Faustina é exatamente o de seduzir homens e encontrar-se sexualmente com eles, por isso, ela não está de facto a cometer uma traição, está simplesmente a realizar o seu ofício. Todavia, Octávio, mergulhado na masculinidade do seu tempo, não consegue aceitar ou perceber isso e, ultimamente, acaba por seguir o conselho que lhe é dado por Bernardo:

Bernardo Por isso se tu tão discreto, que se nella conheces essa afeiçam tam viva, ou es tão desconfiado, que te pode dar ma vida a deixes, e busques outra.
(Ferreira, 1622, fl. 133r, ato II, cena V)

Concluindo, não se deve ignorar o facto de todas as fontes quinhentistas aqui tratadas terem sido redigidas por homens, os quais observam o trabalho sexual através de uma posição social superior²⁰. É possível que estes homens tenham contactado com trabalhadoras sexuais, seja em meras conversas, seja pagando pelos seus serviços, mas não deixam de transmitir uma perspetiva enviesada pelas suas perceções de género e pelo seu estado social. Isto não significa que um homem rico não possa redigir sobre mulheres pobres, significa antes que estes homens com maior ou menor estatuto social não conseguiram (ou não quiseram) colocar-se ao nível das condições materiais e sociais das trabalhadoras sexuais que retrataram.

¹⁹ No debate entre Bernardo e Octávio onde se discute sobre o amor, Octávio já havia demonstrado alguma inclinação para o ciúme. Apesar de considerar Júlio um “bargante”, Octávio tenta justificar as ações extremadas de Júlio para com a sua esposa Lívia: “Octávio – Tambem a hi molheres que sabes tu que o seu marido achou nella, se lhe enxergou algumas lagrimas, alguns sospiros, e alguns sinaes de desgosto, e arrependimento, que lhe desse causa a isto” (Ferreira, 1622, fl. 132v, ato II, cena V).

²⁰ Das leituras que realizamos até ao momento, não encontramos qualquer texto redigido por trabalhadoras sexuais no século XVI português, ao contrário do que sucede, por exemplo, na península itálica. Entre outras mulheres, Veronica Franco, uma famosa cortesã de Veneza, legou-nos alguns poemas e cartas, textos publicados pela primeira vez algumas décadas após a possível data de escrita da *Comédia do Cioso*. Numa dessas cartas, desaconselhando uma amiga a encaminhar a filha para o trabalho sexual, Franco classifica este trabalho como uma vida miserável, onde as trabalhadoras se arriscam todos os dias à violência, a doenças contagiosas, a serem roubadas e até à morte, concluindo não existir riqueza, luxo ou prazer que suplante as dificuldades que as trabalhadoras sexuais têm de suportar (Glassford, 2002, pp. 112-113). Se tivéssemos acesso a textos criados por trabalhadoras sexuais portuguesas, certamente a nossa visão sobre o trabalho sexual durante o século XVI seria diferente.

Quanto às personagens da *Comédia do Cioso* que nos propomos estudar, Clareta, apesar de ser descrita pela listagem de personagens como “moça da casa”²¹, atua como alcoviteira. Ainda assim, a amizade de Clareta por Faustina é verdadeira. Não há dúvidas de que Clareta, aos olhos dos moralistas, poderia ser criticada como materialista devido à sua constante preocupação com a obtenção de riqueza. Todavia, devemos entender esta faceta como realista devido às condições sociais das duas mulheres. Clareta tenta sempre auxiliar Faustina no seu amor por Octávio, mesmo que isso signifique atuar contra essa ansiedade financeira.

Já no caso de Faustina, a sua paixão estava condenada ao falhanço desde o início porque a sociedade quinhentista não consegue conceber a ideia de uma trabalhadora sexual ser fiel, tal como desabafa o próprio Octávio – passagem que já vimos e voltaremos a citar – e até Ardélio, perto do encerramento da comédia:

- | | |
|---------|--|
| Octávio | Lançou mãos aos cabelos, e aos toucados chamando se enganada, e fazendo extremos de hũa douda, não cuidei que nestas mulheres se achasse amor tam inteiro.
(Ferreira, 1622, fl. 139r, ato III, cena VI) |
| Ardélio | Eu nam sey do que mais me ria, se da parvoíce de Bernardo, ou dos desastres de Julio ou da lealdade de Faustina com Octavio.
(Ferreira, 1622, fl. 151r, ato V, cena IV) |

Na sociedade portuguesa quinhentista, onde a mulher é encerrada num papel de honestidade e de subserviência à família, as trabalhadoras sexuais tornam-se indispensáveis por causa do seu fim utilitário de causar prazer ao homem sem este nunca corromper os preceitos vigentes da organização familiar (Beauvoir, 2022, p. 174). Esta ideologia encontra-se ainda presente na nossa contemporaneidade, havendo maridos que, por exemplo, pagam a trabalhadoras sexuais por sexo oral pois acreditam que as suas esposas não devem “rebaixar-se” a esses atos sexuais considerados imorais para mulheres sacralizadas no papel de esposa e de mãe, como conta Georgina Orellano²². É dentro destes trâmites que se entende o facto de um marido extremamente ciumento como Júlio procurar Faustina, e é por este motivo também que Faustina nunca poderia “ascender” à vida matrimonial. As trabalhadoras sexuais são um mal indispensável para a sociedade quinhentista, daí a comparação com os soldados realizada por

²¹ Existe um erro tipográfico na lição impressa de 1622 que indica Clareta como “moço da casa”. Não nos parece ocorrer aqui um caso de travestismo pois nunca nenhuma personagem identifica Clareta como homem, nem ela própria o faz, nem existe qualquer indicação cénica para isso, à imagem de outros casos de travestismo no teatro português quinhentista.

²² Vide o capítulo “História “Com a minha esposa não” em Orellano (2023, pp. 89-91).

Pietro Aretino²³: ambos são pagos para praticar o mal, mas não devem ser condenados porque é isso que a sociedade precisa desses indivíduos (Bullough & Bullough, 1987, p. 145). Esta afirmação é a repetição da tese defendida por Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e outros eclesiásticos da Idade Média que condenavam o trabalho sexual como um pecado, mas entendiam-no como um mal necessário para proteger as mulheres “decentes” das paixões carnis masculinas, tidas como incontrolláveis, e também para impedir pecados ainda piores, tais como a sodomia, o adultério, a violação e o incesto (Clarke, 2015, p. 419; Glassford, 2002, pp. 107-108). Sem trabalhadoras sexuais, relegadas para uma posição ainda mais inferior às restantes mulheres, esta sociedade patriarcal e estruturada da *Comédia do Cioso* ruiria.

²³ No *Ragionamento della Nanna e dell'Antonia*, debate-se sobre qual a melhor via feminina para Pippa, filha de Nanna: religião, casamento ou trabalho sexual. Numa opinião contrária à de Veronica Franco, defende Antonia: “Antônia – A minha opinião é que imediatamente faças de tua Pipa uma cortesã, porque a religiosa atraiçoa o seu voto e a casada assassina o santo matrimônio, mas a rameira não prejudica nem o mosteiro nem o marido. Age como um soldado a quem se paga para causar mal e que quando o causa não pensa que o causa, já que a sua tenda vende a mercadoria que tem e nada mais” (Aretino, 1980, p. 91, Terceira Jornada).

Referências bibliográficas

- Aretino, P. (1980). *Diálogo das Prostitutas* (L. Neves, Trans.). Edilivro.
- Asensio, E. (1974). El teatro de Antonio Prestes. Notas de lectura. In *Estudios Portugueses* (pp. 349-380). Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Autoria desconhecida. (2017). *Memórias de um Fidalgo de Chaves: Um olhar português sobre a Itália do Renascimento* (P. C. Lopes, Ed.). Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- Barreiros, B. (2017). Nas fronteiras da exclusão: prostituição e marginalidade em finais do Antigo Regime. *Revista de História das Ideias*, 35, 259-281. https://doi.org/10.14195/2183-8925_35_10
- Barros, J. d. (2019). Espelho de Casados. In M. A. Lopes (Ed.), *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiros Livros de Edificação Moral e Primeira Crónica Biográfica* (Vol. 3, pp. 697-807). Círculo de Leitores.
- Beauvoir, S. d. (2022). *O Segundo Sexo* (S. Milliet, Trans.; Reimpr. da 2 ed., Vol. 1). Quetzal.
- Bullough, V., & Bullough, B. (1987). *Women and Prostitution: a social history*. Prometheus Books.
- Camões, L. d. (1984). *Teatro e Cartas* (H. Cidade, Ed. 8 ed.). Círculo de Leitores.
- Clarke, P. C. (2015). The Business of Prostitution in Early Renaissance Venice. *Renaissance Quarterly*, 68(2), 419-464. <https://doi.org/10.1086/682434>
- Costa, A. d. J. d. (1993). *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos* (3 ed.). Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras.
- Earle, T. F. (2006). Uma nova leitura das comédias de Sá de Miranda. *Floema*(4), 11-36. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1685>
- Earle, T. F. (2012). “Oh morte, que vida é esta!” Relations between women and male authority figures in the comedies of António Ferreira. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 22, 155-164. https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume22/6%20Earle.pdf
- Ferreira, A. (1622). Comedia do Cioso. In *Comedias Famosas Portuguesas. Dos Doctores Francisco de Saa de Miranda, e Antonio Ferreira. Dedicadas a Gaspar Severim de Faria* (pp. 117-155). Por Antonio Alvarez Impressor, e mercador de livros. <https://digitalis-dsp.uc.pt/bg5/UCBG-VT-17-7-4/rosto.html>
- Ferreira, A. (1973). *La comédie de Bristo ou l'entremetteur: Comédia do Fanchono ou de Bristo* (A. Roig, Ed.). Presses Universitaires de France.
- Ferreira, A. (2008). *Poemas Lusitanos* (T. F. Earle, Ed. 2 ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Figueiredo, A. T. Q. (2003). *Comédia do Cioso de António Ferreira* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade Católica de Viseu]. Viseu.
- Franco, M. A. (2019). A quinta carta em prosa de Camões: “Porque nem tudo seja falar-vos de siso”. *Abril – NEPA / UFF*, 11(23), 43-56. <https://doi.org/10.22409/abriluff.v11i23.30282>

- Franco, M. A. (2022). Proposta de edição da "Carta que hum amigo a outro manda de novas de Lisboa". In M. A. Franco & P. C. R. Filho (Eds.), *Reescrever o Século XVI: para uma história não oficial de Camões* (pp. 231-237). FFLCH/USP. <https://doi.org/10.11606/9788575064030>
- Glassford, S. (2002). Emerging From the Shadows: Prostitution in the Italian States During the Renaissance, 1380-1620. *The Mirror - Undergraduate History Journal*, 22(1), 105–127. <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/westernmirror/article/view/16100>
- Klibansky, R., Panofsky, E., & Saxl, F. (2019). *Saturn and Melancholy: Studies in the History of Natural Philosophy, Religion, and Art* (P. Despoix & G. Leroux, Eds.). McGill-Queen's University Press.
- Luján, P. d. (2010). *Coloquios Matrimoniales* (A. R. Gruss, Ed.). Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.
- Manuel I. (1984). *Ordenações Manuelinas - Livro V*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mejía, V. (1566). *Saludable instruccion del estado del matrimonio*. Por Juan Baptista Escudero. <http://hdl.handle.net/10481/9874>
- Miranda, F. d. S. d. (2013). *Comédias* (J. Camões & T. F. Earle, Eds.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Orellano, G. (2023). *Putá Feminista: Histórias de Uma Trabalhadora Sexual* (H. Pitta, Trans.; 3 ed.). Orfeu Negro.
- Osuna, F. d. (1531). *Norte de los estados en que se da reglas de biuir a los mancebos: y a los casados: e a los biudos: y a todos los continentes: y se tratan muy por estenso los remedios del desastrado casamiento: enseñando que tal ha de ser la vida del christiano casado*. Por Bartolome Perez impressor en la calle dela Sierpe. <http://hdl.handle.net/10481/16328>
- Plauto. (2006). *Comédias* (A. P. d. Couto, C. A. L. Fonseca, W. d. Medeiros, C. Teixeira, & H. C. Toipa, Trans.; Vol. I). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rijo, D. M. (2017). Memórias da Casa Pia das Convertidas. Instituição, Espaços e Agentes face ao Problema da Prostituição em Lisboa (Séculos XVI-XX). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17. https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_6
- Roig, A. (1983). *O teatro clássico em Portugal no século XVI*. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- Varejão, P. Á. (c. 1615). *[Textos literários em prosa e em verso e várias cartas]* (COD. 9492). Biblioteca Nacional de Portugal. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/1972246>
- Vergílio. (2021). *Bucólicas* (F. Lourenço, Trans.). Quetzal Editores.

Desconstrução de estereótipos de género no Ensino de Literatura: Uma abordagem pedagógica interventiva¹

Cláudia Marina Vicente Ruas

Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

claudiaruas@gmail.com

Maria Antónia Diniz Caetano Coutinho

Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

acoutinho@fcsh.unl.pt

Matilde Alves Gonçalves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
(Portugal)

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

matilde.goncalves@gmail.com

Resumo: O presente artigo investiga a relevância da abordagem das questões de género no ensino da literatura portuguesa, assumindo um enquadramento teórico pluridisciplinar, que inclui análise do discurso, estudos de género e teoria literária feminista (com destaque para Butler, 1990, Showalter, 1977 e hooks, 1994). O principal objetivo deste estudo, baseado numa metodologia de investigação-ação, é analisar o impacto de uma abordagem pedagógica crítica sobre as perceções discentes em relação aos estereótipos de género. Para tal, focando-se na intervenção realizada numa turma do 8.º ano, observou-se de que forma a análise de textos literários, orientada para a desconstrução de estereótipos, pode influenciar as representações de género e promover uma leitura mais inclusiva e reflexiva. De forma a apurar os resultados dessa intervenção pedagógica, aplicaram-se questionários pré e pós-intervenção, cujos resultados foram comparados com os de um grupo de controlo. Os dados mostram que a intervenção pedagógica promoveu uma maior consciência crítica sobre as construções de género, reforçando a importância de uma abordagem educativa inclusiva e crítica no currículo escolar. Neste sentido, o artigo aponta a importância de o corpo docente adotar metodologias que promovam a desconstrução de estereótipos de género e incentivem o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica.

Palavras-chave: Educação; Estereótipos de género; Análise crítica; literatura.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

Abstract: The present article investigates the relevance of addressing gender issues in the teaching of Portuguese literature, adopting a multidisciplinary theoretical framework that draws on discourse analysis, gender studies, and feminist literary theory (with particular reference to Butler, 1990; Showalter, 1977; and hooks, 1994). The main objective of this study, based on an action-research methodology, is to analyze the impact of a critical pedagogical approach on students' perceptions regarding gender stereotypes. To this end, focusing on an intervention carried out in an 8th-grade class, the study observed how the analysis of literary texts, aimed at deconstructing stereotypes, can influence gender representations and promote a more inclusive and reflective reading. In order to assess the results of this pedagogical intervention, pre- and post-intervention questionnaires were applied, and the results were compared with those of a control group. The data seems to reveal that the pedagogical intervention fostered greater critical awareness of gender constructs, reinforcing the importance of an inclusive and critical educational approach in the school curriculum. In this sense, the article highlights the importance of educators adopting methodologies that promote the deconstruction of gender stereotypes and encourage the development of active and critical citizenship.

Keywords: Education; Gender stereotypes; Critical analysis; Literature.

1. Introdução

O ensino de língua e literatura ocupa um lugar central na formação do pensamento crítico de cada estudante, uma vez que não se limita ao desenvolvimento de competências linguísticas, mas também envolve a análise de valores e ideologias subjacentes aos textos literários e às práticas interpretativas. Entre os diversos temas que emergem da análise de obras literárias, as questões do gênero revelam-se particularmente significativas, pois os papéis de gênero representados nas narrativas literárias refletem normas e valores sociais de uma determinada época e cultura.

Historicamente, a literatura tem funcionado como um veículo para a perpetuação de estereótipos de gênero, apresentando frequentemente figuras masculinas como heroicas e ativas, enquanto as personagens femininas são muitas vezes relegadas a papéis passivos ou secundários (Showalter, 1977). A análise crítica destes papéis é fundamental para desmistificar a naturalização das desigualdades de gênero, promovendo uma leitura mais inclusiva e equitativa. Neste contexto, a escola, enquanto instituição formadora para a cidadania, tem a responsabilidade de estimular o questionamento dessas construções sociais e fomentar uma consciência crítica sobre a representação de gênero na literatura.

É nesta perspectiva que se situa este artigo, que investiga a relevância da intervenção pedagógica na abordagem das questões de gênero no ensino de língua e literatura. A partir de uma metodologia de investigação-ação, aplicada a uma turma de 8.º ano, o estudo procura compreender como a análise crítica dos textos literários, no contexto da prática letiva, pode

transformar as percepções relativamente aos estereótipos de género. Além disso, o estudo explora a importância da desconstrução dos papéis de género no contexto escolar, destacando o papel da literatura na formação de uma consciência crítica e inclusiva.

2. Objetivos

O presente estudo visa avaliar a importância da análise crítica do texto literário em sala de aula, com foco na orientação docente sobre as representações de género, particularmente as relacionadas com o feminino e o masculino, nos textos curriculares ou nos manuais escolares adotados.

O trabalho está alinhado com o estabelecido nas *Aprendizagens Essenciais* (Direção-Geral da Educação, 2018), que, de forma transversal, incentivam uma postura crítica perante a informação textual, promovendo a interpretação de ideias e valores e a análise das "relações de sentidos entre palavras" (Direção-Geral da Educação, 2018, p. 11). Além disso, o estudo explora a reflexão crítica necessária para a construção de um discurso coerente, tanto na oralidade como na escrita.

As atividades pedagógicas realizadas com enfoque nas questões de género também respondem aos princípios estabelecidos no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Martins et al., 2018), que destaca a preparação de jovens para uma participação ativa e consciente na sociedade, promovendo o respeito pela dignidade humana, pela diversidade e pela rejeição de todas as formas de discriminação e exclusão social.

O tema alinha-se ainda com os propósitos do *Guião de Educação, Género e Cidadania: 3.º Ciclo do Ensino Básico* (Vieira et al., 2018), cujo principal objetivo é sensibilizar para as questões de igualdade entre raparigas e rapazes, e entre mulheres e homens, através de atividades concretas e de fácil implementação.

Este trabalho tem, assim, a dupla finalidade de promover a inclusão e a equidade de género no contexto escolar e de capacitar a população estudantil a compreender e a apropriar-se de identidades, de modo a atuar de forma crítica e informada na sociedade.

3. Enquadramento Teórico

As narrativas literárias desempenham um papel significativo na construção social das identidades de género, perpetuando frequentemente estereótipos e normas culturais que moldam a forma como cada jovem percebe o mundo e encara a sua própria identidade. Assim,

é imprescindível que a escola, enquanto mediadora cultural, promova a desconstrução desses estereótipos, possibilitando a criação de espaços de reflexão e análise crítica.

3.1. Género, Estereótipos e Identidade de Género

O conceito de género, tal como desenvolvido nas últimas décadas, vai além de uma simples diferenciação biológica entre masculino e feminino, assumindo uma natureza socialmente construída. De acordo com Butler (1990), o género é uma performance que resulta da repetição de atos e comportamentos dentro de um enquadramento cultural específico. Desta forma, a identidade de género pode, ou não, alinhar-se com as expectativas e estereótipos vigentes na sociedade, tendo um impacto profundo na auto-perceção e no comportamento social de cada pessoa.

Os estereótipos de género, por sua vez, referem-se às generalizações ou suposições sobre os papéis e comportamentos que se espera de homens e mulheres. Estes estereótipos estão enraizados em estruturas de poder e hierarquias sociais que legitimam e reproduzem a desigualdade entre géneros (Bem, 1981). Na literatura, como noutras esferas culturais, essas representações tendem a perpetuar uma visão restritiva dos papéis sociais, com personagens masculinas frequentemente retratadas como ativas e dominantes, enquanto as personagens femininas assumem um papel submisso ou secundário (Showalter, 1977).

Deste modo, a construção da identidade de género é, em grande medida, influenciada pelas normas sociais e culturais refletidas nos textos literários e curriculares, sendo que a escola se apresenta como um espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre essas representações. Neste contexto, a escola pode desempenhar um papel ativo na desconstrução dessas narrativas, criando oportunidades para que se questionem e se estimulem as perceções estereotipadas de género.

3.2. Sociointeracionismo e Análise Discursiva

A aprendizagem e a construção identitária das pessoas ocorrem num contexto de interação social, no qual o discurso exerce uma influência determinante. Segundo Bronckart (2005), a aprendizagem é um processo que permite, a quem nele se envolve, tomar contacto com diversas formas de posicionamento e compromissos enunciativos, situando-se em relação a eles e reformulando-os. A escola, nesse sentido, não transmite apenas conhecimento, mas também constrói e questiona identidades, incluindo a identidade de género.

Conforme Van Dijk (1998), as interações sociais, incluindo a comunicação e a interpretação de textos, são permeadas por ideologias dominantes que influenciam a forma como o gênero é representado. No contexto escolar, os textos literários lecionados frequentemente refletem as normas de gênero vigentes na sociedade da sua época, perpetuando estereótipos.

Porém, o papel da escola pode ser invertido se o discurso literário for abordado de forma crítica, levando em conta as condições sociais e culturais de produção e recepção dos textos. Este enfoque é reforçado pela necessidade de uma análise crítica das práticas comunicativas que revelem as ideologias presentes e permitam que docentes e estudantes reconheçam e questionem as construções de gênero nos textos curriculares. Assim, a literacia, enquanto prática social, deve ir além da mera decodificação de texto, envolvendo a capacidade de questionar as normas sociais e as ideologias subjacentes aos discursos literários (Gee, 1989).

Quem está em posição de docente desempenha um papel central, pois é responsável por mediar o processo de aprendizagem e fomentar o pensamento crítico. Ao proporcionar ferramentas para questionar e desconstruir as representações de gênero, a docente ou o docente capacita aquele grupo de jovens com que está a trabalhar a desenvolver uma identidade mais autêntica e livre de estereótipos limitadores. Este processo contribui não só para o desenvolvimento pessoal de cada estudante, mas também para a promoção de uma cidadania crítica e consciente, onde as questões de gênero são analisadas e debatidas de forma reflexiva.

3.3. Teoria Literária Feminista e Pedagogia de Gênero

A teoria literária feminista fornece a base para a análise crítica das representações de gênero na literatura. Esta corrente teórica, que ganhou impulso nas décadas de 1960 e 1970, desafia as formas como as normas patriarcais moldam os textos literários, expondo e criticando as representações de gênero e sexualidade (Wright, 2008).

Elaine Showalter (1977) argumenta que o cânone literário, historicamente dominado por homens, tende a marginalizar as escritoras e a perpetuar visões opressivas sobre o gênero. Portanto, a pedagogia de gênero, enquanto aplicação prática da teoria literária feminista no ensino, instrumentaliza-se com o objetivo de expor a desigualdade de gênero e criar espaços de aprendizagem inclusivos, que reflitam a diversidade das identidades e experiências de estudantes e de docentes (hooks, 1994), promovendo relações sociais mais justas, enraizadas no

diálogo, no pensamento crítico e na participação ativa de todas as partes envolvidas no processo educativo.

4. Quadros Metodológicos

Dois quadros metodológicos orientaram a execução deste estudo. O primeiro, de carácter pedagógico, incide sobre os procedimentos adotados em contexto da sala de aula, em conformidade com as orientações da pedagogia de género. O segundo, de natureza científica, está relacionado com a investigação-ação, cujo objetivo é avaliar os resultados do processo de ensino-aprendizagem no que se refere às questões de género, para que se possa intervir de forma mais eficaz em sala de aula, na desconstrução de estereótipos de género.

4.1. Metodologia de Investigação-Ação

Foi utilizada uma metodologia de investigação-ação (Coutinho et al., 2009), com o intuito de compreender o impacto da análise crítica dos textos literários na reflexão de cada estudante sobre questões de género. Esta abordagem visou, ainda, fomentar uma intervenção pedagógica organizada, com vista à alteração de perceções pré-existentes.

Inicialmente, aplicou-se um questionário diagnóstico, ou de pré-intervenção, para avaliar o nível de internalização de estereótipos de género entre discentes. Posteriormente, foram lecionados os conteúdos programáticos, com especial enfoque nas questões de género presentes nos textos literários abordados. A reflexão crítica foi incentivada através de atividades orais e escritas, como já referido. Após o período de intervenção, o mesmo questionário foi reaplicado, permitindo verificar possíveis mudanças nas perceções e atitudes do grupo discente.

De forma a garantir a robustez dos dados, o mesmo questionário foi também administrado a turmas de outros contextos escolares que não participaram na intervenção direta, atuando como grupo de controlo (Almeida e Freire, 1997).

4.2. Metodologia Pedagógica

A metodologia pedagógica adotada neste estudo foi delineada com base nas orientações propostas por Teresa-Cláudia Tavares, no capítulo *Cânone Literário e Igualdade entre Mulheres e Homens* (Tavares, 2017), bem como na metodologia de Bender-Sack (2009). Assim, o trabalho em sala de aula integrou todos os domínios de aprendizagem da disciplina, com especial ênfase nas questões relativas à desigualdade de género presentes nos textos literários.

Estas questões foram sistematicamente estimuladas em sala de aula, incentivando-se a reflexão através da escrita e de debates em sala de aula.

5. Contexto do Estudo

O presente estudo foi realizado ao longo do ano letivo de 2021/2022 em duas escolas localizadas no Seixal e em Setúbal, envolvendo um grupo de controlo composto por 182 discentes, entre o 7.º e o 10.º ano de escolaridade. Estas turmas, que não participaram diretamente na intervenção pedagógica, eram compostas por aprendentes com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, sendo que a maioria (47%) tinha 12 anos à data da resposta, resultante da aplicação do questionário a quatro turmas de 7.º ano, uma de 9.º ano e outra de 10.º ano. No que diz respeito à distribuição por género, 59,9% das pessoas inquiridas eram do sexo masculino.

Em paralelo, foi intervencionada uma turma específica do 8.º ano, designada como turma A, composta por 26 discentes, dos quais 13 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Eram estudantes que pertenciam a um grupo socioeconómico médio/médio-alto, com idades compreendidas entre os 12 e os 13 anos a 15 de novembro de 2021. Do ponto de vista linguístico, apenas um aluno era falante de português do Brasil, enquanto o resto do grupo tinha o português europeu como língua materna.

Este contexto de estudo permitiu uma análise comparativa entre os efeitos da intervenção pedagógica e as perceções das questões de género entre os dois grupos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do impacto das práticas educativas na formação das identidades de género de cada estudante.

6. Unidade didática: *Saga*, de Sophia de Mello Breyner Andresen

No âmbito da intervenção pedagógica realizada com a turma A do 8º ano, foi delineada uma unidade didática que contemplou uma sequência de 12 aulas de 60 minutos cada, durante as quais foi explorada a obra *Saga*, de Sophia de Mello Breyner Andresen. Este plano de aula foi especialmente pensado para promover uma análise crítica das representações de género presentes na obra e estimular a reflexão entre discentes sobre a construção e perpetuação de estereótipos de género.

A abordagem das questões de género foi realizada de forma dialógica, à medida que se lia e discutia o texto. Esta abordagem dialoga com a proposta de hooks (1994), que concebe a

sala de aula como um espaço de transgressão e transformação, onde se promove a emancipação crítica e a reconstrução de identidades marginalizadas, desafiando as estruturas normativas e os discursos dominantes. Assim, a turma foi levada a refletir sobre a importância das personagens femininas, que aparentavam estar silenciadas ou relegadas a papéis secundários na narrativa, centrada à volta da figura de Hans, tal como acontece com Maria, a mãe de Hans; Ana, sua esposa; e Joana, sua neta. Estas mulheres, embora aparentemente periféricas, adquirem um significado simbólico ao representar, respetivamente, o passado, o presente e o futuro de Hans.

A introdução destas temáticas suscitou uma reflexão aprofundada sobre o papel da mulher no contexto social descrito, indagando-se acerca da possibilidade de uma protagonista feminina poder enfrentar as mesmas provações vividas pela personagem principal masculina. Esta reflexão foi formalizada através de uma produção escrita, na qual cada estudante expressou a sua opinião sobre o tema. As respostas revelaram o sistema de crenças de alunos e alunas sobre a possibilidade de uma mulher desempenhar o mesmo papel que Hans. Entre as opiniões expressas, destacaram-se afirmações como:

- «sendo só uma miúda, é mais possível que ela não tivesse os mesmos desejos ou vontades de Hans» (M);
- «ia ter uma personalidade muito semelhante à de Hans só que um pouco mais inteligente, pois geralmente as raparigas são mais inteligentes» (M);
- «nunca poderia fazer as mesmas coisas porque, sendo uma mulher, o pai podia bater-lhe» (F).

Do conjunto das respostas, verificou-se que apenas três alunas consideraram que Hans não poderia ser uma mulher, enquanto do universo masculino apenas um aluno manifestou a opinião de que seria possível uma personagem feminina ter o mesmo percurso de Hans.

Este exercício revelou a complexidade das perceções de género entre discentes e sugeriu a necessidade de introduzir exemplos históricos de mulheres que desafiaram os papéis tradicionais de género, como figuras femininas na pirataria, nomeadamente Ching Shih e Anne Bonny. Tal abordagem permite desconstruir as visões estereotipadas e expandir o imaginário discente sobre os papéis de género.

Por fim, a sequência didática culminou num debate sobre as escolhas de algumas personagens da obra, nomeadamente Hans, Maria, Sören e Cristina. Alunos e alunas questionaram sobretudo a obediência de Maria ao seu marido, bem como a de Hans ao seu pai, manifestando a sua incompreensão sobre a ausência de um reencontro entre a família. Este

exercício de análise e reformulação narrativa incentivou o grupo discente a sugerir outros finais para o conto, que consideraram mais realistas e em consonância com os seus valores atuais.

7. Questionário sobre Questões de Género

Para aferir as perceções de cada discente relativamente às questões de género, foi aplicado um questionário pré-intervenção (QPRÉ) e outro pós-intervenção (QPÓS) à turma intervencionada (TI), assim como a um grupo de controlo (GC). Este processo permitiu observar se a intervenção pedagógica focada nas questões de género alterou a forma como o grupo estudantil percebe e interpreta estereótipos de género em textos literários.

7.1. Elaboração e Aplicação do Questionário

O questionário foi composto por excertos retirados do manual adotado para o 8.º ano, *Diálogos | Português 8.º ano* (Porto Editora). Os dez excertos selecionados descrevem comportamentos sem menção explícita ao género do enunciador ou personagem. O objetivo foi observar se a TI associava os comportamentos descritos nos excertos a um género específico ou se optava por uma interpretação neutra, isenta de estereótipos de género. Para tal, foi-lhe solicitado que desse a sua opinião sobre se enunciação do excerto em questão poderia ser atribuído a alguém do género masculino, do género feminino, ou de género indeterminado, ao apresentar-se o excerto de forma descontextualizada.

A aplicação do QPRÉ decorreu a 15 de novembro de 2021. O QPÓS foi aplicado a 30 de maio de 2022, com a participação de 21 discentes. O grupo de controlo (GC), foi inquirido ao longo do mesmo período, permitindo comparar os resultados com a TI.

7.2. Excertos Analisados

Os excertos apresentados no questionário permitiram uma análise comparativa entre o QPRÉ, o QPÓS e o grupo de controlo, destacando as mudanças de perceção de cada discente após a intervenção pedagógica. De seguida, apresentam-se os excertos selecionados, bem como os resultados para “género indeterminado” nos três questionários aplicados.

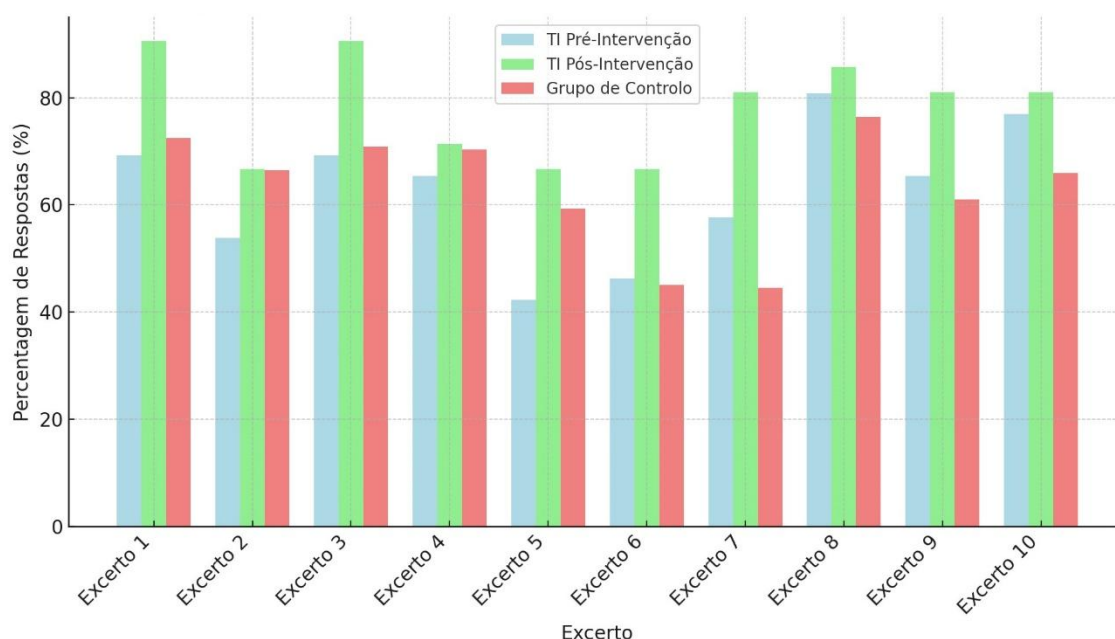
- **Excerto 1:** *"Daqui a uma hora estariam a rir-se com os bolsos cheios de dinheiro. [...] tirou a faca do bolso, sentiu o estômago contrair-se."*
- **Excerto 2:** *"E atirou um murro demolidor ao balcão e ao bolo. // Acertou no balcão e partiu tudo."*

- **Excerto 3:** "[...] teria fugido para pedir ajuda, mas, com medo de possíveis represálias, decidira voltar para casa."
- **Excerto 4:** "Foi quando tu, descendo do burrico, /Foste colher [...] Um ramallete rubro de papoulas."
- **Excerto 5:** "- Está-me a nascer uma borbulha na cara. Uma enorme... horrorosa! [...] Já não me bastavam as olheiras."
- **Excerto 6:** "[...] vinham aí uns oito mênfios a acelerar direito a mim. Mandeí-lhes com a merda do rádio às pernas, dei um sprint dos meus [...]."
- **Excerto 7:** "[...] nunca tive aqueles sonhos que todos os miúdos têm de quererem ser bombeiros, astronautas, sei lá mais."
- **Excerto 8:** "Consciente ou inconscientemente, adapto-me às opiniões provisórias dos outros."
- **Excerto 9:** "Eu [...] ia escrever uma carta de amor também muito bonita, mas nunca tão sincera quanto aquela."
- **Excerto 10:** "- Você já reparou que se, em vez de um anzol, puser dois anzóis na linha tem possibilidades de apanhar o dobro do peixe?"

TABELA 1 – Resultados por excerto: género indeterminado

Excerto	QPRÉ	QPÓS	GC
1.º Excerto	69,2%	90,5%	72,5%
2.º Excerto	53,8%	66,7%	66,5%
3.º Excerto	69,2%	90,5%	71%
4.º Excerto	65,4%	71,4%	70,3%
5.º Excerto	42,3%	66,7%	59,3%
6.º Excerto	46,2%	66,7%	45,1%
7.º Excerto	57,7%	81%	44,5%
8.º Excerto	80,8%	85,7%	76,4%
9.º Excerto	65,4%	81%	61%
10.º Excerto	76,9%	81%	65,9%

GRÁFICO 1 – Comparação das respostas de “género indeterminado” entre TI Pré, TI Pós e GC



7.3. Conclusões

Os dados indicam que a intervenção pedagógica sobre questões de género teve um impacto positivo e significativo na forma como a turma intervencionada interpreta os textos literários e os comportamentos descritos, em termos de género:

- No **QPRÉ**, o grupo discente apresenta uma tendência significativa para associar comportamentos a estereótipos de género, atribuindo frequentemente os comportamentos descritos a personagens masculinas ou femininas, de acordo com normas sociais e estereótipos comuns.
- Após a intervenção, no **QPÓS**, houve uma mudança clara na percepção da TI, com um aumento significativo nas respostas que optaram por "género indeterminado" em todos os excertos. Esta mudança indica uma maior abertura para interpretações menos dependentes de estereótipos de género e uma tendência crescente para a neutralidade de género. Em alguns excertos, a escolha por "género indeterminado" aumentou em mais de 20%, mostrando um efeito direto da intervenção pedagógica na formação das percepções discentes.
- **Comparação com o grupo de controlo (GC):** O grupo de controlo (GC), composto por discentes que não participaram na intervenção pedagógica, manteve, em geral,

padrões de resposta mais próximos dos resultados do QPRÉ da TI, com uma tendência para associar comportamentos a um género específico (masculino ou feminino), em vez de optar por uma leitura neutra. Este facto sublinha o impacto da intervenção pedagógica: ao confrontar a TI com uma análise crítica de questões de género, houve uma mudança clara na forma como os comportamentos foram interpretados, contrastando com o grupo que não foi intervencionado.

- Em alguns excertos, como no **Excerto 7**, onde há referência a profissões tradicionalmente associadas ao género masculino (como bombeiro ou astronauta), a diferença entre a TI pós-intervenção e o grupo de controlo foi ainda mais marcada. No QPÓS da TI, 81% optou por "género indeterminado", enquanto no GC, 48,9% ainda associava as profissões ao "género masculino", evidenciando o impacto da abordagem pedagógica sobre as questões de género na TI.
- Outro dado relevante é a influência do **uso do masculino genérico** nos excertos apresentados. Em situações onde o masculino genérico era utilizado, como no **Excerto 7**, o GC mostrou uma tendência para associar o comportamento ao género masculino, enquanto a TI, após a intervenção, demonstrou uma maior inclinação para uma leitura neutra. Este facto reforça a importância de uma abordagem crítica à linguagem sensível ao género no contexto educacional.
- De forma geral, os resultados indicam que a **intervenção pedagógica focada nas questões de género** foi eficaz em promover uma leitura mais inclusiva, crítica e reflexiva, que desafiou as construções tradicionais de género e encorajou cada aprendente a considerar uma interpretação mais neutra dos comportamentos e características apresentadas nos textos.

Essas conclusões sugerem que a lecionação de questões de género em sala de aula pode ter um efeito direto na forma como cada pessoa constrói as suas perceções, identidade e relações sociais, além de incentivar a desconstrução de estereótipos. Em contextos escolares, essa abordagem é fundamental para a promoção de uma cidadania ativa, informada e inclusiva.

8. Considerações Finais

No início deste trabalho, foram estabelecidos objetivos, centrados na observação da relevância da análise crítica do texto literário em contexto de sala de aula, com ênfase nas questões de género nele presentes. Foi destacada a importância da orientação da docente na

condução dessas discussões, alinhada com os princípios da pedagogia de gênero. O intuito foi não só cumprir os requisitos curriculares, mas também fomentar o desenvolvimento de competências interpretativas entre discentes, encorajando um posicionamento crítico e consciente, especialmente no que concerne à linguagem em uso e à cidadania ativa.

Ao longo da prática letiva, verificou-se que as questões de gênero emergiam de forma recorrente, tanto a partir dos textos curriculares como de acontecimentos escolares ou sociais. Esta observação reforça a atualidade e pertinência do tema. O grupo estudantil demonstrou grande interesse e envolvimento, participando ativamente nos debates e atividades propostas, quer oralmente, quer por escrito. A partilha de experiências entre pares mostrou-se igualmente essencial para a desconstrução de preconceitos e para uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto social de inserção.

Relativamente ao projeto de investigação-ação, as conclusões basearam-se na análise comparativa entre os resultados do questionário pré-intervenção (QPRÉ) e pós-intervenção (QPÓS), aplicados à turma intervencionada (TI), e os resultados obtidos no grupo de controlo (GC). As respostas relacionadas com a secção Questões de Gênero revelaram, de forma clara, o impacto que as crenças pré-estabelecidas têm na interpretação dos comportamentos descritos, especialmente quando tais descrições não apresentam marcas gramaticais de gênero. Após a intervenção pedagógica, observou-se uma mudança significativa na forma como a TI passou a abordar essas questões, com uma maior tendência para a neutralidade e inclusão.

Além disso, verificou-se, logo no QPRÉ, que o uso do masculino genérico tem um efeito claro na interpretação dos textos, ao influenciar a forma como o gênero das personagens é identificado.

Em resumo, os dados sugerem uma forte correlação entre o ensino explícito sobre as questões de gênero e a mudança de perceção de cada discente. A prática letiva neste domínio revelou-se crucial para a construção de uma compreensão mais inclusiva, tanto no uso da linguagem como na interpretação de textos literários e, espera-se, em comportamentos sociais. Estas conclusões reforçam a ideia de que a intervenção docente pode, efetivamente, alterar paradigmas e proporcionar um espaço de aprendizagem mais equitativo. Este resultado confirma a visão de Bronckart (2005) sobre o papel formativo do discurso nas práticas educativas, bem como a importância, referida por Van Dijk (1998), da análise crítica das ideologias que permeiam os textos escolares.

Apesar dos resultados positivos, reconhece-se que a intervenção teve uma duração limitada e foi aplicada a uma amostra relativamente pequena e localizada, o que pode restringir

a generalização dos resultados. Além disso, não foi possível controlar variáveis externas, como influências familiares ou mediáticas, que também podem moldar as percepções de gênero de cada discente.

Desta forma, este estudo abre caminho para futuras investigações, não só no campo da pedagogia de gênero, mas também no uso de linguagem sensível ao gênero em contextos educativos, sublinhando a interseção entre ambos os temas e o seu impacto no processo de ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

- Abranches, G. (2009). *Guia para a utilização de uma linguagem promotora da igualdade entre homens e mulheres na administração pública*. CIG. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/11/Guia_ling_mulhe_homens_Admin_Publica.pdf
- Almeida, L., Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: APPORT64 American Psychological Association. (n.d). Identity. Disponível em <https://dictionary.apa.org/identity>
- Bem, S. (1981). Gender schema theory: A cognitive account of sex typing. *Psychological Review*, 88(4), 354–364. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.88.4.354>
- Bronckart, J.P. (2005). *Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento*, in *Análise do Discurso*. Hugin.
- Butler, J. (2001). *El género en disputa*. Paidós.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. R. (2009). *Investigação-ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas*. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 355-379. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>
- Gee, J. P. (1989). *Literacy, Discourse, and Linguistics: Introduction*. *Journal of Education*, 171(1), 5–17. <https://doi.org/10.1177/002205748917100101>
- hooks, b. (1994) *Teaching to Transgress*. Routledge.
- Showalter, E. (1977). *A Literature of their Own*. Princeton University Press.
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology. A Multidisciplinary Approach*. SAGE. Disponível em http://www.discourses.org/OldBooks/Teun_A_van_Dijk-Ideology.pdf (consultado a 05/12/2021)
- Wright, E. (2008). *Feminism and a Question of Literary Theory*. University of Illinois Press.

Documentos curriculares

- Direção-Geral da Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais - 3.º ciclo do ensino básico: Português - 8.º ano*. Ministério da Educação, Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/3_ciclo/portugues_3c_8a_ff.pdf
- Martins, G. d'O. (coord.) et al. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa, Ministério da Educação/DGE. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Pinto, T. (coord.) et al. (2015). *Guião de Educação, Género e Cidadania: 3º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/734-15_3Ciclo_Versao_Digital_Final_NOVA.pdf
- Vieira, C. (coord.) et al. (2017) *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. <https://www.cig.gov.pt/wp->

[content/uploads/2018/01/Conhecimento_Genero_e_Cidadania_Ensino_Secundario_Vesao_Digital.pdf](#)

Por que a Globo Matou a Globeleza? O Silenciamento da Globo em Relação às Polêmicas Sobre Racismo e Nudez nas suas Vinhetas de Carnaval

Lídia Sacramento de Souza

Universidade do Estado da Bahia (Brasil)

liidia_souza@hotmail.com

Lidiane Santos de Lima Pinheiro

Universidade do Estado da Bahia (Brasil)

lislina@uneb.br

Resumo: O trabalho proposto tem como principal objetivo analisar o silenciamento e os não ditos das notas enviadas pela Globo à imprensa em relação ao questionamento referente à não exibição da musa em 2023 e às polêmicas sobre racismo e nudez presentes nas vinhetas do Carnaval Globeleza. Para fundamentar as discussões propostas, toma-se como base os pensamentos de Orlandi nos livros *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (2003), *As formas do silêncio* (1995) e de Maingueneau (2008), além da contribuição de outros autores para discutir acerca do não dito ou silenciamento, do *ethos* discursivo e da questão de gênero e raça nas vinhetas. Como metodologias da pesquisa, são utilizadas a revisão de literatura e a análise qualitativa do material coletado, por meio da análise materialista do discurso de linha francesa, dentro da perspectiva teórica pecheuxtiana utilizada por Orlandi e Maingueneau, a partir dos quais serão investigados o silenciamento e a construção do *ethos* discursivo da Globo. Como resultados, pode-se perceber que a emissora, em seu discurso, silencia as polêmicas que envolvem a marca, trazendo como foco em seus ditos e nos modos de dizer a pluralidade do Carnaval do Brasil.

Palavras-chave: Globeleza; Silenciamento; Discurso; Não ditos; Marca.

Abstract: The proposed work aims to analyze the silencing and unspoken aspects in the statements issued by Globo to the press regarding the controversy over the absence of the *Globeleza* muse in 2023 and the debates surrounding racism and nudity in the carnival vignettes. To support the proposed discussions, the study draws on the ideas of Orlandi in the books *Discourse Analysis: Principles and Procedures* (2003) and *The Forms of Silence* (1995), as well as Maingueneau (2008), along with contributions from other authors to explore the unspoken or silencing, discursive *ethos*, and issues of gender and race in the vignettes. The research methodology includes a literature review and French discourse analysis based on Pêcheux (Orlandi, 2003). The findings suggest that the broadcaster, in its discourse, silences the controversies involving its brand, instead focusing its statements and modes of expression on the plurality of Brazil's carnival.

Keywords: Globeleza; Silencing; Discourse; The Unspoken; Brand.

1. Introdução

A Globeleza surgiu nas telas em 1990 como a marca que representaria o carnaval da Rede Globo de Televisão. Na vinheta¹, havia uma mulher negra, seminua, com pinturas corporais coloridas, dançando em frente uma câmera sob a música gravada pelo compositor Jorge Aragão, com o mesmo nome da marca. Essa vinheta se tornou um grande sucesso e passou a ser apresentada todos os anos, começando em 1990 até 2023, quando a musa sai de cena. A cada ano, as vinhetas apresentadas continham as mesmas características presentes na primeira, mas com cores, pinturas e cenários diferentes.

Contudo, em 2016, foi publicado, pelas ativistas do movimento feminista negro Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro, um texto chamado “A Mulata Globeleza: Um Manifesto” no blog “Agora que são elas”², no jornal *Folha de S. Paulo*. Nele, as autoras fazem uma crítica em relação à forma como a Globo retrata a mulher negra e ainda denunciavam a troca que é feita no ano de 2016, entre uma Globeleza mais retinta por outra de tom de pele clara. Esse manifesto, conforme aponta Furtado (2017), alcançou mais de 12 mil pessoas somente no site *Folha de S. Paulo*, 4 mil no Portal *Geledés* e obteve mais de 50 mil compartilhamentos na postagem do blog.

O Manifesto exigia que a Globo parasse de colocar o corpo feminino negro apenas em lugares como o da Globeleza. Nas palavras das autoras: “esse Manifesto não só clama pelo fim da Globeleza como nasce da urgência e do grito (há muito abafado) pela abertura e incorporação de novos papéis e espaços para mulheres negras no meio artístico brasileiro” (Ribeiro & Ribeiro, 2016, s.p).

No ano seguinte, a Globo apresentou um novo posicionamento de marca. A nova vinheta não tinha mais uma mulher seminua diante das câmeras, mas várias mulheres e homens, vestidos com roupas que representam simbolicamente a diversidade do carnaval brasileiro. Essa propaganda recebeu vários comentários na mídia e a emissora foi questionada sobre o motivo da mudança, diante do padrão mantido desde 1990.

A Globo enviou uma nota para a imprensa desconversando os questionamentos e afirmando que já estava estudando mudanças na marca há algum tempo, mudanças que

¹ Primeira vinheta Globeleza, recuperado em: <https://globoplay.globo.com/v/3132749/>

² O manifesto completo está disponível no site: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/01/29/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>

englobassem novos ritmos e culturas do carnaval do país. Essa nova estética ficou sendo apresentada até 2020. No ano seguinte, aconteceu a pandemia da Covid-19 e não foi gravada pela emissora a vinheta nova com a musa Globeleza. No lugar, foram apresentados *takes* de vídeos das transmissões dos desfiles das escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2022, as características da última vinheta se mantiveram, mas a trilha sonora, pela primeira vez, foi gravada com uma voz feminina, da cantora e compositora Teresa Cristina. No ano de 2023, a Globo estreou um novo programa, chamado "*Glô na Rua*", que tem como objetivo mostrar os carnavais de rua das capitais do Brasil. A chamada para a apresentação desse novo programa tem a trilha sonora Globeleza, com *takes* de vídeos que lembram a vinheta tradicional, e a logomarca. No entanto, o vídeo com a presença da figura que antes representava, simbolicamente, a Globeleza não foi divulgado em 2023 pela emissora.

Esta não exibição da musa carnavalesca gerou muitos comentários e questionamentos nas mídias e nas redes sociais. O jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, fez uma matéria falando sobre o fato, intitulada "Por que a Globo matou a Globeleza após polêmicas envolvendo racismo e nudez", na qual questiona a emissora sobre o motivo da não exibição da Globeleza em 2023. Mais uma vez, a emissora enviou uma nota justificando as mudanças que ocorreram na marca durante os últimos anos e a inclusão da diversidade da cultura do carnaval brasileiro como o foco da vinheta, porém sem responder ao questionamento feito.

A partir disso e dando continuidade à pesquisa cujos resultados iniciais foram apresentados no Congresso da Abrapcorp 2023, objetiva-se, neste artigo, refletir em relação às polêmicas sobre racismo e nudez envolvendo as vinhetas do carnaval Globeleza, bem como entender a construção discursiva das notas enviadas pela Globo à imprensa, em resposta aos questionamentos acerca da retirada da musa das vinhetas. Como objetivos específicos, a pesquisa propõe 1) discutir sobre a produção e a disputa dos sentidos em um discurso, a partir dos ditos, dos não ditos (silenciamentos) e dos modos de dizer; 2) perceber como o *ethos* discursivo da Globo é constituído em relação à marca Globeleza; 3) analisar os não ditos e o silenciamento da Globo nas notas emitidas à imprensa sobre a não veiculação da Globeleza 2023 e 4) discutir acerca das questões sobre gênero e raça que envolvem a representação da marca a partir do corpo feminino negro.

Para fundamentar as análises e as discussões apresentadas sobre como se constituem os sentidos e os não ditos (o silêncio) no discurso, são utilizados como base principal do trabalho os conceitos abordados por Orlandi nos livros *Análise de discurso: princípios e procedimentos*

(2003) e *As Formas do Silêncio* (1995). Outros autores que integram o referencial teórico da escrita do artigo são Maingueneau (2008) e Amossy (2005), que embasaram a discussão referente à construção do *ethos* discursivo; Kunsch (2003), Baldissera (2009) e Hall (2003), para discorrer sobre a comunicação organizacional (CO) e a reação dos públicos em relação ao discurso reproduzido pela Globo; e Oliveira (2011), Dandolini e Ruiz (2020), Ribeiro (2019) e Furtado (2017) para trazer uma discussão sobre as questões relacionadas a gênero e raça que envolvem a marca Globeleza.

O artigo segue dividido em 6 partes, de modo a torná-lo mais dinâmico e objetivo em relação à exposição dos pensamentos apresentados. Na primeira parte será apresentada a definição de discurso proposta por Orlandi (2003), com base em Pêcheux. Na segunda, será discorrido sobre a construção do *ethos* discursivo como base para a comunicação organizacional (CO). Depois, será feita uma discussão em relação aos conceitos do dito/não ditos e silenciamento. Logo após, será realizada uma reflexão acerca das questões de gênero e raça e as polêmicas que envolvem a Globeleza. Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada no trabalho, com base na Análise do Discurso. Após essa parte, tendo como *corpus* as referidas vinhetas e notas da Globo publicadas em alguns veículos da imprensa brasileira, serão feitas as análises das materialidades discursivas que compõem a pesquisa. Por fim, serão desenvolvidas as considerações finais do trabalho.

2. O discurso e a produção dos sentidos

Quando ouvimos a palavra “discurso”, podemos pensar, em primeiro momento, nos discursos políticos, de formatura e jornalísticos. Contudo, o conceito vai além dessa concepção do senso comum. Orlandi (2003) apresenta o discurso, etimologicamente, como aquele que tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Em outros termos, o discurso se constitui como a palavra em movimento, sempre vinculada ao interdiscurso, que é o conjunto de ditos anteriores sustentando o dizer, ou seja, o “já dito” ou a memória discursiva. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o discurso não é imutável, pelo contrário, está sempre sofrendo transformações e, de acordo com a autora, deve ser compreendido como uma ação social e política que integra a vida humana.

Orlandi (2003), em seus escritos, apresenta o pensamento de M. Pêcheux em relação ao discurso e à análise do discurso. Ele define o discurso como sendo “efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto”, nas palavras de

Orlandi (2003, p.21). Pêcheux era um filósofo que defendia não haver discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, de modo que a língua só faz sentido pelo fato de o indivíduo ser interpelado em sujeito pela ideologia.

Orlandi ainda traz uma perspectiva do discurso como “o ritual das palavras”. É aquele que está em movimento dos sentidos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, errância dos sujeitos, movimentos de incertezas, trajetos e ancoragem de vestígios (Orlandi, 2003. p.10). Ou seja, o discurso se caracteriza como múltiplo em relação à produção de sentidos, aos sujeitos em interlocução, às histórias e ideologias.

O sentido apresentado no discurso não é fixo, pois se refere aos sentidos que são produzidos quando os sujeitos estão em interlocução. Uma mesma palavra pode ter vários sentidos, a depender do lugar socioideológico daqueles que conferem o sentido. De acordo com Pêcheux (citado por Fernandes, 2005, p.15):

As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Dentro dessa perspectiva, Orlandi (2003) ressalta que os sentidos não estão soltos, mas estão sempre “administrados”, e que são o resultado de relações dentro de um discurso que aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros. Ou seja, é possível afirmar que as relações de sentidos são o que constroem o discurso.

Para a autora, a Análise do Discurso de viés materialista é aquela que busca entender “a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico” (Orlandi, 2003, p.15). É por meio dela que os sentidos e a ideologia no discurso são materializados, deixando rastros das suas condições de produção. A autora ainda afirma que na análise não há uma linearidade em relação à forma como a comunicação é estabelecida. Para ela

(...) a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. (Orlandi, 2003, p.21).

Desse modo, na análise não existe a separação entre emissor e receptor e nem mesmo a relação entre um primeiro que fala e um outro que decodifica. Para a autora, todos estão no processo de significação ao mesmo tempo e, na análise, não é a mensagem que é colocada como

foco, mas sim o discurso. Nesse processo, é compreendido o funcionamento da linguagem nas relações entre os sujeitos e os sentidos produzidos. É a partir daí que o conceito de discurso é apresentado como “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2003, p.21).

3. O *ethos* discursivo como base para a comunicação organizacional

Para pensar a Comunicação Organizacional (CO) e os discursos produzidos neste ambiente, busca-se trazer a perspectiva de Baldissera (2009) sobre o paradigma da complexidade. Para o autor, a CO é definida como um “processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (Silva, 2023 citado por Baldissera, 2009, p. 36). Porém, não é uma disputa física ou econômica, mas estabelece uma relação simbólica com os sujeitos para que os sentidos/significados sejam internalizados entre eles.

A partir daí, Baldissera (2009) apresenta três concepções da CO, de modo a compreender a forma como o discurso se apresenta. São elas: “organização comunicada”, “organização comunicante” e “organização falada”. A primeira se refere ao que o autor chama de fala autorizada. É aquela em que a organização define e dá visibilidade a sua identidade com o auxílio dos meios de comunicação e com o intuito de gerar uma boa imagem e legitimidade em relação a sua influência na sociedade. A segunda refere-se a qualquer tipo de comunicação que é feita por alguém que tenha algum tipo de relação com a organização. Nas palavras do autor, “mesmo que a organização não deseje comunicar, se alguém – alteridade – atribuir sentido a algo e/ou alguma coisa dela e assumir isso como comunicação, então será comunicação” (Baldissera, 2009, p. 118). Por fim, a organização falada se refere aos processos comunicacionais que se realizam fora do ambiente organizacional, mas que se trata da organização. Um exemplo disso são as conversas que acontecem fora da organização entre colaboradores. Assim, percebe-se, a partir dos conceitos apontados por Baldissera (2009), que as organizações tendem a se posicionar de uma maneira específica diante de seus públicos, buscando se apresentar como se vêem ou como desejam ser vistas, mas que não detêm o controle dos sentidos que os interlocutores produzem a respeito delas.

Neste seguimento, Maingueneau (2008) apresenta o conceito de *ethos* discursivo que traduz a forma como o sujeito enunciador (as organizações, no caso) estabelece a imagem de si no enunciado. Conforme o autor, o *ethos* discursivo tem como objetivo “causar boa impressão mediante a forma com que se constroi o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança” (Maingueneau, 2008, p. 56). O autor baseia seu conceito

no debate aristotélico acerca do *ethos* como um mecanismo pelo qual o orador se torna digno de fé e que está relacionado à constituição de uma identidade com uso de estratégias capazes de “agradar” à audiência.

Dialogando com o autor, Amossy (2010) traz sua concepção em relação ao *ethos* e afirma que este é revelado no discurso por meio do modo de dizer do locutor, da “maneira de se exprimir” (Amossy, 2010, p. 31). Para ela, no discurso produzido pelo locutor há uma variedade de imagens de si e estas revelam facetas de sua identidade. Esse discurso é pautado em representações criadas pelo enunciador sobre si, a fim de gerar um efeito desejado sobre os seus públicos, capaz de lhe conceder autoridade e legitimidade.

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que as organizações buscam exprimir uma identidade ou uma imagem de si para adquirir legitimidade e confiança diante dos seus públicos e esse processo é analisado no enunciado pelo conceito de *ethos* discursivo. Esses aspectos podem ser observados nos modos como a Rede Globo se coloca na mídia para responder às perguntas feitas acerca das polêmicas sobre racismo e nudez impressos na GLOBELEZA, como será demonstrado mais à frente.

4. O silêncio x O não dito

Entre os aspectos possíveis de serem captados no discurso analisado está o não-dito. Inicialmente, Orlandi (2003, p. 82) apresenta o não-dizer (implícito) como pressuposto, “aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem”, ou como subentendido, aquilo cujo sentido se dá em contexto. Um exemplo apontado pela autora é a frase “deixei de fumar” (Orlandi, 2005, p.82). O pressuposto é o fato de que, se parou de fumar (o dito), é porque fumava antes (pressuposto). Já o subentendido é o que podemos captar pelo contexto do que foi dito: “Deixou de fumar porque faz mal ou porque está doente”. Nesse sentido, podemos dizer que o não-dito se configura a partir do que foi dito antes ou dentro de um discurso.

Outra forma de captar o não-dito em um discurso é por meio do que Orlandi (1995) chama de silenciamento. Buscando entender a palavra, de acordo com a etimologia, silêncio vem de *silentium*, *silens*, que, em latim, significa que se cala, silencioso, que não faz ruído, calmo, que está em repouso, sombra etc. No discurso, pode haver ou não marcas de silenciamento (como na censura), mas sempre haverá o silêncio.

O silêncio é assim a "respiração" (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é "um", para o que permite o movimento do sujeito (Orlandi, 1995, p.13)

Conforme a autora, o silêncio atravessa as palavras, as significa e produz sentido, pois nem tudo pode ser dito. Nesse sentido, Orlandi (1995) coloca o silêncio como “fundante”, pensando o não-dito como história, imaginário e a função da relação entre língua e ideologia, estando este não-dizer no interior da linguagem. A partir daí, é feita uma distinção em relação aos silêncios presentes em um discurso (Quadro 1), que pode ser fundador ou política do silêncio.

QUADRO 1 – Tipos de silêncio no discurso

(Orlandi, 1995)

Tipos de silêncio		
Fundador	Aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante produzindo as condições para significar.	
Política do silêncio	Silêncio constitutivo	O que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as "outras" palavras).
	Silêncio local	Que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

Assim, o sentido que é produzido no dito/em palavras e o sentido que é produzido no não-dito/silêncio são bem diferentes e, conforme a autora, é por meio deles que significamos e nos relacionamos com o mundo e com as pessoas.

5. Globeleza: Uma questão sobre gênero e raça

O conceito visual da figura da Globeleza foi criado em 1990 pelo designer Hans Donner e ficou famoso pelo fato de ser exibido todos os anos, no período do carnaval, em uma vinheta apresentando uma mulher negra seminua no centro. Esse material audiovisual ficou sendo

exibido durante os intervalos da programação da Globo por mais de 26 anos, mantendo as mesmas características e, por mais de 8 anos, a mesma “musa”: a modelo Valéria Valenssa. A marca do carnaval da emissora se tornou um grande sucesso na época, porém, à medida que os anos foram passando, muitas críticas foram feitas pela sociedade em relação ao fato de ser sempre uma mulher negra seminua a ocupar aquele lugar de Globeleza, enquanto em outros lugares como as novelas e os jornais esses mesmos corpos não eram vistos com destaque, mas sim subalternizados.

A partir daí, propõe-se a pensar o porquê de a Globeleza ser problemática no que se refere às questões sobre gênero e raça, retomando aspectos esquecidos do interdiscurso. O primeiro aspecto a ser considerado nessa discussão é o termo cunhado para a musa Globeleza: A mulata. Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro (2016) apontam que esta palavra é de origem espanhola – vem de *mulo* ou *mula* – e significa aquilo que é híbrido e originário de um cruzamento entre espécies. Mula é o resultado da cópula entre o cavalo, visto como um animal nobre, com um jumento, que seria um animal de segunda classe. Ou seja, conforme as autoras, mulata é uma palavra de cunho pejorativo, por indicar a mistura de algo que seria impróprio ou impuro. Nesse sentido, a palavra mulata

era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho. Tal nomenclatura tem cunho machista e racista e foi transferido à personagem globeleza, naturalizado. A adjetivação “mulata” é uma memória triste dos 354 anos (1534 a 1888) de escravidão negra no Brasil. (Ribeiro & Ribeiro, 2016, s.p).

Chiavenato (citado por Oliveira, 2011) dialoga com os pensamentos das autoras e afirma em suas escritas que a Globeleza tem o corpo do que seria uma mulher negra aceita, “a boa mulatada sexualizada” (Chiavenato, citado por Oliveira 2011, p.103), e que a escolha desse tipo de mulher na mídia não ocorria de forma muito diferente do período escravocrata. Sobre esse aspecto, também Ribeiro e Ribeiro (2016) afirmam que o padrão estabelecido para escolher a musa que representaria a marca da emissora é próximo ao dos senhores de engenho em relação às mulheres escravizadas que ficariam trabalhando na casa-grande: mulheres de pele mais clara e com traços semelhantes ao que a branquitude denomina como belo. Ainda nesta perspectiva interdiscursiva, é importante destacar o fato de o corpo da mulher negra ser historicamente visto como objeto sexual e não é à toa que a emissora apresentou nas primeiras vinhetas uma musa com pinturas corporais mínimas, dando destaque aos seios e as ancas no vídeo.

As autoras Ribeiro e Ribeiro (2016) trazem no texto “A Mulata Globeleza: Um Manifesto” uma frase de Luísa Barros que, segundo elas, explica o lugar que a sociedade sempre encaixa a mulher negra e enfatiza o fato de o corpo negro carregar a marca da sexualidade e da subalternidade:

“*Nós carregamos a marca*”. Não importa onde estejamos, a marca é a exotização dos nossos corpos e a subalternidade. Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras de homens. (Ribeiro & Ribeiro, 2016, s.p).

Nesse sentido, é perceptível o quão problemática é a figura da musa exibida como símbolo da marca Globeleza e como o discurso por ela reproduzido é racista e sexista. Na sequência do trabalho, busca-se apresentar como a emissora se posiciona em relação às críticas feitas pela sociedade sobre esses aspectos presentes na Globeleza e o motivo apresentado pela emissora sobre remover a musa da tradicional vinheta carnavalesca.

6. Metodologia

Como uma pesquisa qualitativa, este trabalho utiliza a revisão de literatura e a Análise do Discurso de linha francesa de Pêcheux, a partir de Orlandi (2003), e tem por guia da análise os conceitos de não ditos e de *ethos* discursivo (Maingueneau, 2015; Amossy, 2011), a fim de identificar como se constroi o *ethos* discursivo da Globo, o silenciamento e os sentidos presentes nos não ditos e modos de dizer das notas emitidas à imprensa a respeito das alterações nas vinhetas da Globeleza.

Conforme Orlandi (1995), o analista do discurso deve seguir o que ela vai chamar de “bases da análise”. Primeiro, deve-se delimitar o corpus para a análise que, em sua construção, já vem imbricado com as propriedades discursivas que serão analisadas. Em seguida, deve ser feito o processo de superficialização ou observação da materialidade linguística, que é entender no discurso “o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc.” No próximo passo, busca-se aplicar o chamado “esquecimento número 2”³ que basicamente se refere a construir, a partir do *corpus* estabelecido, um objeto discursivo, para observar o dito presente no discurso analisado e em outros, sob outras condições e em contextos históricos diferentes. Após esta

³ Orlandi (2003) apresenta o esquecimento número 2 como aquele da ordem do enunciado que se refere ao fato de que só podemos dizer algo de uma única forma e não de outra. O dito só pode ser dito apenas de um modo, levando-se em consideração a sua formação discursiva e ideológica.

etapa, deve-se observar os gestos de leituras, a estruturação, o modo de circulação e de construção presentes nos sentidos produzidos no discurso e começar de fato a desenvolver a análise identificando os elementos que o analista deseja ressaltar.

Assim, na pesquisa proposta, a análise é feita tendo como base os conceitos sobre ditos, não ditos e silenciamento (Orlandi, 2003) e seguindo alguns aspectos das bases de análise propostos pela autora. Então, primeiro foram observadas todas as vinhetas exibidas pela Rede Globo e as notas enviadas à imprensa para delimitar o corpus de análise: as notas emitidas pela emissora.

Em seguida, foi feito o processo de superficialização, identificando elementos imagéticos e textuais para realizar o gesto de leitura e depois, a partir dos conceitos já estabelecidos, foram feitas as descrições e análises buscando evidenciar o silêncio da Globo em relação a polêmicas sobre racismo e nudez presentes em suas vinhetas. Outro aspecto observado durante a análise se refere à construção do *ethos* discursivo da emissora e como essa imagem projetada comunica com os seus públicos.

7. O discurso da Globo diante as polêmicas da Globeleza

A partir do corpus de análise, colocando como foco, no primeiro momento, as vinhetas da Globeleza, desde a primeira, de 1990, até a de 2016, é possível observar os mesmos elementos presentes nos vídeos: uma mulher negra, seminua, com pinturas corporais coloridas, sambando em frente a uma câmera. Seios, nádegas e vagina da Globeleza são destacados nas vinhetas. Isso define a representação do carnaval da Globo, carregado de sexualidade ao expor o corpo do que se naturalizou como a “mulata”.

Polêmicas começam a surgir em torno do assunto, como já demonstrado aqui, e, em 2017, a emissora apresenta um reposicionamento de marca e envia uma nota para imprensa, mudando o discurso das vinhetas anteriores e se calando em relação às polêmicas que envolvem a marca sobre nudez e racismo. Na nota, a Globo afirma que

O Carnaval é uma festa popular, vanguardista, inclusiva, contestadora, múltipla. Já há algum tempo, estudamos uma maneira de enriquecer a vinheta com outros ritmos do carnaval brasileiro, representando a riqueza da diversidade dessa festa popular (...) Assim, chegamos a esse formato, que une o já tradicional carnaval de avenida, com símbolos e elementos do frevo, do axé, do maracatu e do bumba meu boi. A boa acolhida do público mostra que fomos no caminho certo. Ampliamos o significado do carnaval Globeleza, uma marca importante da Globo, e o público entrou nesta festa conosco. (Globo citado por Pennafort, 2017, s.p)

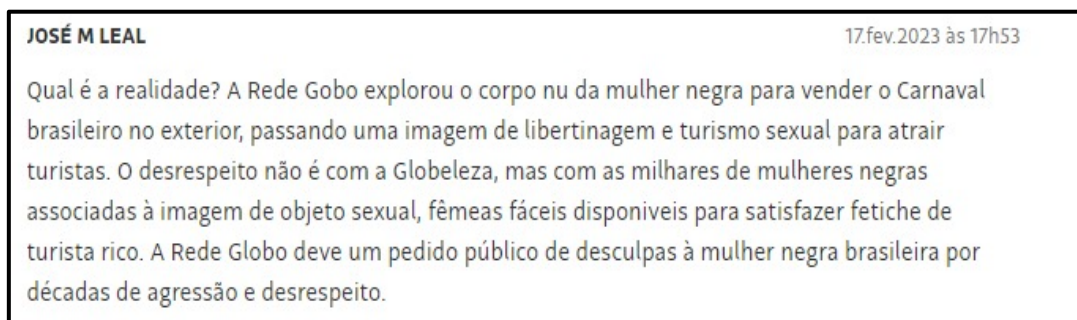
A emissora em momento algum responde aos questionamentos sobre racismo e nudez nas vinhetas, trazendo consigo vários não-ditos e silenciamentos no contexto que levou ao reposicionamento da Globeleza. É dito na nota que há algum tempo a marca era estudada, buscando enriquecê-la. A partir daí, pode-se questionar “Por que só agora mudanças significativas foram adicionadas?” e “por que antes não eram apresentadas as riquezas das festas populares?”. São mais de 20 anos mantendo as mesmas características na vinheta e somente depois das diversas críticas feitas pela sociedade e evidenciadas no manifesto de Djamila e Stephanie Ribeiro – não mencionadas pela emissora – que o reposicionamento da marca foi feito. Nesse sentido, percebe-se que a Globo constroi o discurso trazendo como foco valores socialmente aceitos, como a riqueza e as diversidades presentes na nova vinheta, e deixa silenciados os prováveis motivos que levaram à mudança da marca, subentendendo que partiu dela a iniciativa, ao usar o nós exclusivo em “chegamos a esse formato”. Ainda, a emissora legitima o seu discurso na nota, apontando “a boa acolhida do público” sobre a nova vinheta, tentando mostrar que ela foi aceita pelos telespectadores.

Quando a emissora diz que “ampliamos o significado do carnaval Globeleza” e usa o verbo “enriquecer” ao invés de admitir a mudança, pressupõe-se que o significado anterior da marca era limitado e que apenas foi “ampliado” e “enriquecido”, do que se subentende que não haveria erro a ser corrigido na forma como explorou o corpo da mulher negra (como um objeto sexual).

Em 2018, 2019 e 2020 são apresentadas vinhetas mantendo características contidas no vídeo de 2017, como a vestimenta das modelos. Em 2021, a emissora remove a Globeleza com a justificativa da pandemia e, nos anos seguintes, não exhibe mais a vinheta tradicional com a musa. No lugar dela, apresenta um novo programa, o “Glô na Rua”. Isso, contudo, não elimina a discussão em torno do tema, como pode ser percebido em comentários feitos nas redes sociais pelos telespectadores. (Figura 1)

FIGURA 1 – Comentário sobre a conduta da Globo

(Folha de S. Paulo, 2023)



A matéria “Por que a Globo matou a Globeleza após polêmicas envolvendo racismo e nudez”⁴, publicada em fevereiro de 2023 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, busca apresentar os motivos pelos quais a emissora teria removido a musa carnavalesca. Nesta matéria também é divulgada a nota emitida pela Globo na íntegra - por onde podemos perceber a construção discursiva da emissora em relação às polêmicas citadas:

Assim como o carnaval brasileiro, o Carnaval Globeleza foi se adaptando, se modificando, ano a ano, acompanhando as mudanças da sociedade e da própria festa. A tradicional vinheta passou por atualizações nos últimos anos, quando ganhou mais integrantes e passou a representar carnavais de todo o país. [...] O Carnaval Globeleza caminha ainda mais para contemplar a pluralidade dessas manifestações ao transmitir nacionalmente o trio Pipoca da Ivete, direto de Salvador, os blocos carnavalescos e de rua do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Florianópolis e Salvador, através do programa 'Glô na Rua', e os desfiles das escolas de samba do grupo especial das capitais fluminense e paulista (Globo citado por Luis, 2023, s.p).

Nessa nota enviada pela Globo em resposta aos questionamentos da mídia sobre não haver mais musa na vinheta, é possível observar como os ditos encobrem não ditos, como quando afirma que a Globeleza “passou a representar o carnaval de todo o país”. A frase tira o foco do que foi deixado de fora (a musa), em um enunciado que evidencia o que as recentes vinhetas apresentariam de novo, e põe em relevância os valores socialmente aceitos de mudança e inclusão (“todo o país”). Fica subentendido que, na vinheta “tradicional”, era representado apenas o carnaval projetado pela emissora, na qual a mulher negra/“mulata” seminua (Chiavenato citado por Oliveira, 2011) foi colocada como figura central, mas que progressivamente a “pluralidade” vinha sendo contemplada. É observado, portanto, que a Globo naturaliza a modificação (“[...] acompanhando as mudanças da sociedade e da própria

⁴ Matéria que inspirou a escrita e o título do artigo. Disponível em: [Por que a Globo matou a Globeleza; entenda os motivos - 17/02/2023 - Ilustrada - Folha \(uol.com.br\)](#) Acesso em: 01 abr 2023

festa”) enquanto mantém o silêncio em relação ao principal questionamento: “por que a Globo matou a [figura da] Globeleza?”.

É possível perceber a reafirmação da organização como aquela que busca trazer a diversidade das manifestações culturais e que a cada ano acrescenta elementos novos na vinheta. Diante disso, o *ethos* discursivo projetado pela Globo (mas, hipoteticamente, não aceito por parte do público) nas notas enviadas para a imprensa e nas últimas vinhetas é de uma organização atenta às mudanças de uma parcela da sociedade, que se importa e que preza pela pluralidade do país, principalmente, em relação às manifestações culturais. Contudo, ao reafirmar as mudanças, a Globo omite os questionamentos feitos e, nas entrelinhas (não ditos), não nega o interdiscurso racista e sexista que sustenta a manifestação principal da sua marca de cobertura do carnaval, silenciando a respeito da objetificação do corpo negro feminino, ao invés de se posicionar a respeito.

8. Considerações Finais

A partir das discussões realizadas, pode-se constatar que, diante das polêmicas sobre racismo e nudez que envolvem a marca Globeleza, a Globo deu adeus a sua musa carnavalesca após mais de 26 anos de exibição nas telas durante os intervalos da sua programação. Na segunda nota enviada à imprensa, em momento algum a emissora responde se de fato “matou”/eliminou a figura da Globeleza, mas entre os ditos há subentendidos de que a marca está caminhando para focar a diversidade do carnaval do Brasil, exibindo, além dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo, o carnaval de rua de várias capitais do país. Assim, quando a Globo deixa de simular o carnaval feito em estúdio, com a musa objetificada ou, depois, com pessoas vestidas com fantasias dos carnavais do país, e passa a mostrar recortes dessa diversidade indo para as ruas (*takes* do carnaval real), o discurso da emissora projeta sobre si a imagem (*ethos*) de uma marca supostamente preocupada com as mudanças sociais e a diversidade do país.

Nesse sentido, vale retornar às escritas de Baldissera (2009), quando diz que as organizações tendem a se posicionar de uma maneira específica diante de seus públicos, buscando se apresentar como se vê ou como deseja ser vista, mas que a comunicação organizacional se constitui como um processo de construção e disputa de sentidos. É observada, no discurso da Globo, a tentativa de silenciar as críticas e questionamentos feitos pela sociedade referentes a seu posicionamento racista e sexista. Ao mesmo tempo, a emissora tenta trazer, por

meio da fala autorizada, a imagem de uma organização que, ao contrário das críticas feitas, está preocupada em contemplar a pluralidade existente no país - pluralidade sobre a qual uma parte da sociedade exige o devido posicionamento das marcas.

Orlandi (2003) explica que na política do silêncio – silêncio local – há aqueles discursos nos quais é “proibido dizer em uma certa conjuntura” (Orlandi, 2003, p. 83) e que, na análise, devemos observar o que está sendo dito e o que não pode ser dito. Logo, olhando a partir de uma perspectiva organizacional, o fato de a emissora permanecer em silêncio em relação às polêmicas que envolvem a GLOBELEZA mostra uma estratégia comunicacional comumente empregada em momentos de crise. Assumir um erro sustentado pela marca por tanto tempo não só alimentaria a polêmica, como poderia causar um problema judicial para a empresa. Contudo, na luta por mudanças sociais, não podemos nos calar diante de discursos que naturalizam estéticas racistas ou sexistas, como os analisados aqui, sobretudo, quando envolvem marcas poderosas como a Globo.

Por fim, nos trabalhos futuros buscaremos aprofundar a discussão sobre as questões de raça e gênero, incorporando o debate sobre interseccionalidade proposta por Akotirene (2008), englobando novos elementos que envolvem a Globo, o carnaval e a disputa de sentidos entre organização e seus públicos.

Referências bibliográficas

- Amossy, R. (Org.). (2011). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos* (2. ed.). Contexto.
- Baldissera, R. (2009). Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, 6(10-11), 115-120.
- Dandolini, A. de O. V., & Ruiz, M. S. (2020). Mídia e gênero: Uma análise sobre o símbolo da Globeleza. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/02/analise-simbolo-globeleza.html>. Acesso em 20 jun. 2023.
- Furtado, L. (2017). A nova Globeleza e a divergência de enquadramentos do acontecimento. *Revista Cambiassu*, 13(21). Recuperado de http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2017.2/globeleza.pdf. Acesso em 17 fev. 2023.
- Globo. (2023). *Carnaval de rua é na tela da Globo!* [Vídeo de 55 segundos]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=8ALXsGr0ExU>. Acesso em 14 fev. 2023.
- Kunsch, M. M. K. (2003). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. Summus.
- Luis, G. (2023). Por que a Globo matou a Globeleza após polêmicas envolvendo nudez. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/02/por-que-a-globo-acabou-com-a-globeleza-apos-polemicas-com-racismo-e-nudez.shtml>. Acesso em 15 jun. 2023.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. Parábola.
- Memória Globo. (2023). Globeleza. Recuperado de <https://memoriaglobo.globo.com/exclusivo-memoria-globo/projetos-especiais/carnaval-na-globo/noticia/globeleza.ghtml>. Acesso em 15 fev. 2023.
- Oliveira, M. (2011). Mulher negra e violência: O lugar da dor na vivência do racismo. *Edufal*, 99-115. Maceió: Alagoas.
- Orlandi, E. P. (1995). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp.
- Orlandi, E. P. (2003). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Pontes.
- Pennafort, R. (2017). Globeleza 2017: Por que a mudança na vinheta da Globo deu o que falar. *GHZTV*. Recuperado de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/tv/noticia/2017/01/globeleza-2017-por-que-a-mudanca-na-vinheta-da-globo-deu-o-que-falar-9392843.html>. Acesso em 15 jun. 2023.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Ribeiro, D., & Ribeiro, S. (2016). A mulata Globeleza: Um manifesto. *Geledés - Instituto da Mulher Negra*. Recuperado de <https://goo.gl/mPAXCy>. Acesso em 17 fev. 2023.
- Silva, M. V. da. (2012). *Mito, organizações e comunicação: O caso da Petrobras* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55325>. Acesso em 14 fev. 2023.

Mecanismos linguístico-discursivos e diferenciação de linguagem e género

Mariana Filipa da Silva Pinto¹

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

marianafilipa.pinto@gmail.com

Resumo: A identidade de género é intrínseca à expressão linguística e é construída através do discurso, dos mecanismos linguístico-discursivos utilizados e da atitude comunicativa adotada. Determinadas escolhas linguísticas são associadas, pela sociedade, a um género em particular, o que contribui para a construção de estereótipos de género, nomeadamente na área da linguagem. Devido à perpetuação de categorizações estereotipadas, este estudo propõe-se a investigar a diferenciação de género no discurso, com o objetivo de identificar e caracterizar regularidades nos usos linguísticos entre homens e mulheres. Para tal, foi elaborado um questionário, no qual se testaram enunciados potencialmente representativos do discurso masculino e do discurso feminino, organizados por tipos de atos de fala e caracterizados por diferentes graus de força ilocutória. As respostas fornecidas pelos participantes foram ao encontro das expectativas iniciais e demonstram que, de facto, existem usos linguísticos que são identificados como sendo típicos do homem e da mulher. Conclui-se, principalmente, com base na análise qualitativa e quantitativa dos dados, que os atos expressivos e compromissivos com força ilocutória elevada e os atos diretivos com força ilocutória mitigada foram associados com mais frequência à mulher e, contrariamente ao que era expectável, os atos assertivos com força ilocutória intensificada não foram associados predominantemente ao homem.

Palavras-chave: Diferenciação de género na linguagem; Usos linguísticos diferenciados por género; Atos ilocutórios; Modalização; Modalidades; Força ilocutória.

Abstract: Gender identity is intrinsic to linguistic expression and is constructed through discourse, the linguistic-discursive mechanisms used, and the communicative attitude adopted. Certain linguistic choices are associated by society with a particular gender, which contributes to the construction of gender stereotypes, particularly in the area of language. Due to the perpetuation of stereotypical categorizations, this study aims to investigate the gender differentiation in discourse, in order to identify and characterize regularities in the linguistic uses between men and women. To this end, a questionnaire was designed, in which utterances potentially representative of male and female speech were tested, organized by types of speech acts and characterized by different degrees of illocutionary force. The answers provided by the participants met initial expectations and demonstrate that, indeed, there are linguistic uses that are identified as being typical of men and women. It is mainly concluded, based on the qualitative and quantitative analysis of the data, that expressive and commissive acts with high illocutionary force and directive acts with mitigated illocutionary force were more frequently associated with women and, contrary to what was expected, assertive acts with intensified illocutionary force were not predominantly associated with men.

¹ A autora é financiada pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., ref. 2024.03020.BD.

Keywords: Gender differentiation in language; Gendered language uses; Illocutionary acts; Modalization; Modalities; Illocutionary force.

1. Introdução

O presente estudo debruça-se sobre as diferenças de género na linguagem, ou seja, sobre os usos linguísticos diferenciados através de determinados mecanismos linguístico-discursivos por género. A escolha do tema abordado prende-se com a sua relevância para a atualidade, com o intuito de se compreender como é que a identidade de género é uma construção social que se pode refletir e cristalizar nas escolhas linguísticas dos falantes. Para se desconstruir categorizações estereotipadas e convenções sociais que se perpetuam inconscientemente, é necessário estudar, observar e interpretar as mesmas a partir de dados concretos, e essa é a finalidade basilar do estudo em causa.

Os objetivos gerais a atingir com a realização deste trabalho são identificar regularidades estereotipadas nos usos linguísticos de homens e mulheres, caracterizar as regularidades identificadas e interpretá-las, de modo a trazer evidências científicas para o estudo deste tema. As questões de investigação a que se pretende responder poderão ser formuladas do modo que se segue: “Será possível identificar regularidades estereotipadas nos usos linguísticos entre homens e mulheres?”; “Se existem, que tipos de regularidades são essas?”. Quanto às hipóteses, baseadas na proposta de Lakoff (1975) sobre diferenças de género no discurso, estas são colocadas da seguinte forma: (i) Os usos linguísticos do homem e da mulher diferem; (ii) Os atos expressivos e compromissivos de força ilocutória elevada são mais associados ao género feminino; (iii) Os atos assertivos de força ilocutória elevada são mais associados ao género masculino; (iv) O discurso da mulher contém mais mecanismos que mitigam a força ilocutória dos atos diretivos que o discurso do homem. O propósito principal neste estudo é, portanto, avaliar o modo como os estereótipos de género no discurso são percecionados em diferentes tipos de atos ilocutórios, tendo por base as intuições de Lakoff.

A abordagem metodológica deste estudo é quali-quantitativa, uma vez que se incluirá a interpretação e descrição dos resultados e a consequente quantificação dos mesmos. Acerca das limitações subjacentes à realização da pesquisa, a primeira restrição a destacar é a de tempo, uma vez que o espaço temporal disponível para a recolha dos dados foi relativamente curto, negando assim a possibilidade da análise de uma amostra de maior dimensão. A segunda e última restrição a apontar diz respeito ao acesso limitado a grupos de participantes específicos,

por exemplo, com faixas etárias mais avançadas (adultos com mais de 40 anos e idosos) e também homens (houve um número significativamente superior de mulheres a participar neste estudo, em comparação com o número de homens). Como o instrumento utilizado para o estudo foi construído e divulgado *online*, maioritariamente entre jovens adultos que frequentam o Ensino Superior, a amostra não abrange, especialmente, grande diversidade de faixas etárias e habilitações literárias, e esse é um fator que deverá ser levado em conta em trabalhos futuros.

Os resultados do estudo comprovam, sobretudo, as hipóteses anteriormente levantadas, havendo apenas uma hipótese que não é, na sua totalidade, confirmada, mas sim refutada. A partir dos resultados obtidos, reconhece-se que existem, efetivamente, regularidades estereotipadas distintas em relação ao modo de expressão dos géneros masculino e feminino. Os mecanismos linguístico-discursivos utilizados no discurso também são percecionados diferentemente dependendo do género. Para além disso, entende-se que determinados tipos de atos ilocutórios são mais associados a um dado género, tendo em consideração a variação da força ilocutória com a qual são produzidos. Acima de tudo, são captados estereótipos de género na linguagem, dado que grande parte dos participantes envolvidos no estudo fez as associações que eram esperadas, o que valida a maioria dos pressupostos previamente apresentados.

2. Revisão de literatura

2.1. Diferença de género no discurso

Na esfera social circulam, inconscientemente, noções estereotipadas sobre diferenças de género, que se perpetuam amplamente, nomeadamente através de perceções convencionadas em relação ao modo como os homens e as mulheres comunicam e utilizam a linguagem. Estes estereótipos de género, enraizados na sociedade, persistem devido às tradições culturais que prescrevem diferentes papéis sociais para os géneros masculino e feminino e, por causa destas tradições, espera-se consequentemente certos padrões de comportamento de cada um dos géneros, até no modo de expressão e na atitude linguística (McMillan et al., 1977). É de realçar que os diferentes meios de comunicação (e.g. jornais, televisão, anúncios, literatura, música, filmes) moldam a compreensão do ser humano em relação à ideia de género e podem levar à assimilação e ativação subconsciente de estereótipos, como a diferenças de género no discurso: “Stereotypes about how men and women speak reveal insights into our attitudes about what men and women are like or what we think they are supposed to be like.” (Romaine, 1998, p. 5).

Tendo em conta a conceção de categorização de género e, especificamente, a diferenciação de género na linguagem, acredita-se que os mecanismos linguístico-discursivos utilizados pelo homem e pela mulher em sede de discurso diferem e contrastam em alguns aspetos, em todas as comunidades linguísticas: "The linguistic forms used by women and men contrast – to different degrees – in all speech communities." (Holmes, 2013, p. 159). Deste modo, levanta-se a hipótese de que ambos os géneros enfatizam diferentes funções quando se expressam, como por exemplo, no nível de cortesia (Holmes, 2013). Nas várias áreas da Linguística, fazem-se distinções claras entre os usos linguísticos do homem e da mulher. Especificamente na área da Pragmática, várias pesquisas sugerem que o discurso feminino é mais saturado por expressões de cordialidade e educação do que o discurso do homem em situações equiparáveis, sendo que as mulheres evitam com mais frequência ordens diretas, optando pela formulação de construções imperativas em forma de pergunta (Ely & Gleason, 2002).

Num primeiro momento, as diferenças de género no discurso foram exploradas em estudos sobre dialetos sociais (Holmes, 2013). Porém, Lakoff (1975), em *Language and Woman's Place*, dá origem a uma nova abordagem sobre o assunto, concentrando a sua atenção nos domínios sintático, semântico e estilístico e identificando alguns mecanismos linguísticos que considera característicos do discurso da mulher, como o uso de determinados adjetivos que indicam admiração ou aprovação, chamados *empty adjectives* (e.g. adorável, divino, fofo), de intensificadores (e.g. imenso, muito), de recursos sintáticos específicos como *tag questions* que atenuam a força ilocutória das asserções (e.g. (...), *não está?*; (...), *não é?*), de expressões reforçadas de cortesia, ou *superpolite forms* (e.g. ordens ou pedidos indiretos), de termos precisos na descrição de cores (e.g. cor lavanda, malva, *taupe*), entre outros traços (e.g. entoação crescente em afirmações ou no final das frases, uso de *filler words*, hipercorreção gramatical). As características linguísticas assinaladas, segundo a opinião de Lakoff (1975), expressam, sobretudo, incerteza, hesitação e falta de confiança na enunciação discursiva, podendo ser ilustradas numa divisão em dois grupos: (i) mecanismos linguísticos que reduzem a força do enunciado e, consequentemente, sinalizam insegurança e incerteza no discurso; (ii) mecanismos linguísticos que reforçam o enunciado, como tentativa de persuadir o interlocutor a acreditar no que é dito pelo locutor. Com base nesta divisão, parece que a mulher mitiga a força ilocutória dos seus enunciados para retirar convicção naquilo que diz e evitar a expressão de afirmações categóricas e, noutros momentos, eleva a força ilocutória por receio de não ser ouvida ou levada a sério (Holmes, 2013). De modo geral, o discurso proferido pela mulher é menos assertivo do que o discurso produzido pelo homem, e simultaneamente mais "apropriado"

e cortês (Lakoff, 1975). As hipóteses propostas por Lakoff (1975) sobre o discurso feminino foram criticadas pela ausência de evidência empírica, isto é, por se basearem unicamente em intuições, introspeções e observações (Coates, 2015). Contudo, existem estudos sobre usos linguísticos diferenciados por género que apoiam e comprovam algumas das suposições teóricas delineadas pela autora, mas mais importante ainda, trazem novas descobertas científicas sobre diferenças de género na linguagem e no discurso.

2.1.1. Estudos sobre usos linguísticos diferenciados por género

Importa salientar trabalhos de investigação que incidem sobre usos linguísticos diferenciados por género e os seus contributos para o desenvolvimento e exploração do tema. Contudo, é de notar que, inicialmente, alguns estudos na área foram considerados metodologicamente pouco sofisticados devido a restrições artificiais, uma vez que estas dificultaram a captação de discurso autêntico (Holmes, 2013). É igualmente importante destacar que, por causa da variedade de métodos utilizados para recolher e analisar dados neste âmbito, os resultados das pesquisas eram frequentemente contraditórios (Holmes, 2013).

Os primeiros estudos a realçar focalizam o uso de *tag questions* e as funções que podem servir discursivamente (cf. Dubois & Crouch, 1975; Holmes, 1984; Cameron, McAlinden & O’Leary, 1988). Num dos estudos (Holmes, 1984), foram descobertos padrões de uso das *tag questions*, num *corpus* constituído por cerca de 60,000 palavras, que contém discursos proferidos por homens e mulheres em contextos coincidentes. Constatou-se que, de facto, as mulheres recorrem ao uso de *tag questions* mais frequentemente do que os homens como Lakoff (1975) tinha previsto, mas para a transmissão de diferentes funções linguístico-discursivas. Os homens utilizam *tag questions* para expressar, sobretudo, incerteza, enquanto as mulheres não só as utilizam para a expressão de dúvida, como também com a intenção de facilitar a comunicação: “Women put more emphasis than men on the polite or affective functions of tags, using them as facilitative positive politeness devices. Men, on the other hand, used more tags for the expression of uncertainty.” (Holmes, 2013, p. 307).

Outros estudos importantes a frisar (cf. Zimmerman & West, 1975; Eakins & Eakins, 1979; West & Zimmerman, 1983; Hyndman, 1985; James & Clarke, 1993) prendem-se com a quantidade de interrupções que os homens e as mulheres executam numa dada situação comunicativa. Embora exista o estereótipo de que o género feminino é o género mais falador, veiculado através de alguns provérbios como “Women’s tongues are like lambs’ tails; they are

never still” (Holmes, 2013, p. 311), a verdade é que grande parte das pesquisas científicas evidenciam o contrário, uma vez que o gênero masculino é o que parece dominar o tempo de fala nos diferentes tipos de contextos de comunicação, nomeadamente nos contextos comunicativos públicos (e.g. entrevistas de televisão, reuniões de trabalho, discussões de conferência, etc.). Num dos estudos em questão (Zimmerman & West, 1975) nota-se que, em interações que incluem pessoas apenas do mesmo gênero, as interrupções distribuem-se uniformemente, mas em interações que abrangem os gêneros masculino e feminino, o gênero masculino é o que interrompe mais frequentemente. Noutros contextos mais formais, como por exemplo uma consulta médica entre doutor-paciente (West, 1984), o padrão mantém-se: as mulheres são interrompidas com mais frequência do que os homens, independentemente da ocupação/cargo ou papel desempenhado. Estes estudos em particular, centrados na pesquisa sobre interrupções executadas em situações comunicativas por gênero, indicam que as mulheres esperam ser interrompidas devido à organização patriarcal da sociedade, o que faz com que os homens dominem as interações independentemente da posição social ou profissional que ocupam: “The societally subordinate position of women indicated by these patterns has more to do with gender than role or occupation. (...) women’s subordinate position in a male-dominated society seems the most obvious explanatory factor.” (Holmes, 2013, p. 315).

Há um outro estudo relevante (Holmes, 2013), no qual se fez uma análise da distribuição de *feedback* positivo (sons que indicam aprovação e encorajam o interlocutor a continuar a falar) em interações entre jovens. Depreendeu-se, sobretudo, que as mulheres utilizaram quatro vezes mais este tipo de *feedback* quando comunicavam do que os homens. Outros estudos americanos também demonstraram que, tanto em contexto informal como em laboratório, tipicamente as mulheres fornecem respostas significativamente mais encorajadoras para os interlocutores que participam na situação comunicativa do que os homens (Holmes, 2013). Parece que, então, as mulheres se revelam como sendo mais cooperativas durante a comunicação com as pessoas que partilham o mesmo contexto de comunicação do que os homens, e não propriamente inseguras, como Lakoff (1975) antecipou: “Analyses which take account of the function of features of women’s speech often suggest that women are facilitative and supportive conversationalists, rather than unconfident, tentative talkers.” (Holmes, 2013, p. 308). É ainda interessante mencionar que, em contextos informais, relaxados, de interação em grupo, onde o tema de conversa é dedicado a *gossip*, as mulheres costumam focar-se em experiências, vivências e relações pessoais, em problemas e sentimentos íntimos, enquanto os tópicos abordados pelos homens no mesmo contexto são reservados a atividades ou objetos, concentrando a atenção em

informação e factos, e não tanto em emoções e reações (Holmes, 2013). Há também estudos (cf. Coates, 1988; Pilkington, 1989) que analisam esta divergência de assuntos ou temas em sessões de *gossip* entre homens e mulheres, que ilustram a atitude cooperativa e concordante entre as mulheres e a atitude de crítica, argumentativa e desafiante entre os homens.

Mais recentemente, no domínio tecnológico e das redes sociais, o estudo de Tannen (2012) captou padrões de uso de uma linguagem mais emotiva e enfática no discurso de mulheres, através da repetição de letras, palavras ou marcas de pontuação e da utilização mais frequente de letras maiúsculas. Estas escolhas discursivas contribuem para o reforço da entoação e alongamento dos sons, como estratégia de se enfatizar a expressividade comunicativa em mensagens de texto. Já o discurso adotado por homens em contexto virtual parece dar lugar, mais frequentemente, a interpretações que poderão não corresponder à realidade por não se expressarem com a mesma intensidade (e.g. maior seriedade discursiva através do uso de pontos finais ou da construção de mensagens mais curtas e diretas), levando à sensação de falta de entusiasmo ou de um possível distanciamento emocional.

Em suma, existe uma compilação extensa de pesquisas relacionadas com usos linguísticos diferenciados por género, por isso é indispensável relembrar que os estudos em destaque nesta secção proporcionam apenas uma visão geral do tema deste estudo.

2.2. Atos ilocutórios

Nesta secção e nas seguintes, serão introduzidas algumas noções pragmático-discursivas que são importantes para se compreender os conteúdos discutidos ao longo do estudo, principalmente na parte dedicada aos resultados obtidos. De acordo com Searle (1969; 1979), todo o enunciado corresponde a uma ação: a linguagem é perspectivada como uma forma de agir, dado que os enunciados funcionam como atos de fala. A área da Pragmática, tendo por base as ideias teóricas de Searle (1979), faz uma classificação relativa às intenções que estão por detrás das produções linguísticas que os falantes executam. Com uma economia de meios, o autor recorre a um número mínimo de atos, definindo cinco categorias básicas de atos ilocutórios (*speech acts*) que abarcam todo o fenómeno linguístico: atos assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Além disso, o autor propõe critérios diferentes para a distinção dos atos referidos: *direction of fit* (relação das palavras com o mundo); *psychological state* (estado psicológico do falante); *illocutionary point* (objetivo comunicativo subjacente ao ato ilocutório). Nos atos assertivos, o objetivo ilocutório é a descrição de um dado

real, ou seja, representa-se (de forma exata ou imprecisa) um dado estado de coisas. Neste ato ilocutório, as palavras ajustam-se ao mundo porque o descrevem e o estado psicológico que o falante comunica é o de crença. Os atos diretivos representam tentativas, em graus variados, por parte do falante de levar o ouvinte a executar uma determinada ação futura. Neste caso, o mundo ajusta-se às palavras porque são executadas no sentido de ele sofrer uma alteração. O estado psicológico comunicado é o de desejo de o mundo mudar em função das palavras expressas. Nos atos compromissivos, o falante compromete-se a executar uma dada ação futura. Pretende-se ajustar as palavras ao mundo e o estado psicológico transmitido é o de intenção, uma vez que o falante revela a intenção de fazer alguma coisa futuramente. Nos atos expressivos, é realçado o estado mental ou emocional do falante em relação a um dado estado de coisas. Não há direccionalidade neste tipo de ato e a previsibilidade ilocutória é quase impossível, uma vez que a maior parte dos estados psicológicos podem ser expressos de múltiplas formas linguísticas. É de sublinhar que Lopes (2018) faz a distinção entre dois tipos de atos expressivos: atos expressivos prototípicos, fortemente institucionalizados, que se materializam em material linguístico convencional e que são determinados por convenções sociais (e.g. ato de pedido de desculpa, ato de parabenização ou de felicitações, ato dos pêsames) e atos expressivos que traduzem genuinamente emoções, sentimentos e avaliações subjetivas do falante, os quais são difíceis de estabilizar porque podem ser executados linguisticamente de forma muito diversificada (e.g. ato de desagrado, ato de felicidade, ato de crítica). Por último, os atos declarativos almejam trazer um novo estado de coisas à existência. Trata-se de atos que exigem um enunciador autorizado para consumir uma alteração no mundo, atendendo a fórmulas ritualizadas. A linguagem coincide com a realidade neste tipo de ato de fala (correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo), e não há um estado psicológico específico que o caracterize. Ainda segundo uma distinção feita por Austin (1962), dentro dos atos ilocutórios distinguem-se os atos performativos explícitos dos atos performativos primários, sendo os primeiros aqueles em que é possível identificar explicitamente o ato executado (o verbo performativo correspondente ao ato encontra-se verbalizado) e os segundos aqueles que não são possíveis de identificar explicitamente (o verbo performativo correspondente ao ato não se encontra verbalizado). Existem, também, atos linguísticos indiretos, que envolvem dois objetivos ilocutórios num mesmo enunciado (um explícito e outro implícito). Nestes atos, o locutor tem a intenção de querer dizer algo diferente daquilo que efetivamente diz, sendo que o ato primário corresponde ao objetivo ilocutório do enunciador, porque é aquele que se pretende executar, mas está escondido por detrás de material linguístico enganador.

2.3. Modalidade e modalização

A modalidade, modalização e modificação da força ilocutória são também conceitos importantes para o entendimento do tema deste estudo. Em primeiro lugar, a modalidade é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes, correspondendo a um fenómeno de grande amplitude (Oliveira, 1993). Existem várias propostas teóricas que versam sobre o conceito da modalidade (cf. Bally, 1944; Lyons, 1970; Meunier, 1974; Halliday, 1985; Fairclough, 2003; Oliveira & Mendes, 2013), porém as propostas a serem adotadas para este estudo são de Campos e Xavier (1991), Campos (1998) e Campos (2004), que fazem uma tipologia tripartida de modalidade: modalidade epistémica, modalidade apreciativa e modalidade intersujeitos ou deôntica. A modalidade epistémica relaciona-se com o grau de conhecimento e de crença que o enunciador tem relativamente ao que enuncia. Dependendo, então, do grau de conhecimento ou crença que o enunciador tem acerca daquilo que diz, ele pode marcar os seus enunciados com diferentes graus de certeza ou dúvida. Para marcar uma atitude em relação ao enunciado, o sujeito falante tem ao seu dispor diversas opções linguísticas, como operadores modais com valor funcional, que servem para a transmissão do grau de conhecimento ou crença face ao enunciado produzido. O falante posiciona-se num determinado ponto da escala epistémica (+ certo; - certo), ou seja, pode apresentar o conteúdo do seu enunciado como sendo verdadeiro ou duvidoso, através da produção de uma asserção categórica ou mitigada, respetivamente. A modalidade apreciativa tem a ver com a forma como o enunciador percebe aquilo que enuncia, positiva ou negativamente, por meio da expressão de um juízo de valor ou de uma apreciação sobre um dado conteúdo proposicional. A modalidade deôntica incide sobre a expressão de permissões, proibições, obrigações ou necessidades, permitindo ao sujeito falante agir por meio do seu enunciado sobre outros sujeitos presentes no contexto de enunciação ou no enunciado. Os recursos linguísticos utilizados para a expressão de qualquer uma destas modalidades são de natureza muito diversificada.

A modalização é um outro conceito primordial para o enquadramento deste estudo. Para Oliveira e Mendes (2013), na modalização “ocorre uma reinterpretação da força modal de um enunciado de mais forte para menos forte no âmbito do mesmo domínio modal”. O mesmo movimento mas inverso também é aplicável, em outras palavras, a ocorrência da “reinterpretação da força modal de um enunciado de menos forte para mais forte no âmbito do mesmo domínio modal”. Há outros autores (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1980; Charaudeau &

Maingueneau, 2002; Corbari, 2008) que também abordam o conceito da modalização. Em Oliveira e Mendes (2013), o valor modal dos enunciados é expresso com recurso a mecanismos linguísticos variados, tais como: tempos e modos verbais, advérbios, adjetivos, partículas discursivas com diferentes valores modais e sinais de pontuação. É de salientar que existe uma vasta lista de tipos de verbos com função modalizadora, como os verbos semiauxiliares modais (e.g. poder, dever, ter de, haver de) e verbos que veiculam valores modais (e.g. saber, crer, permitir, obrigar). Há ainda advérbios e locuções adverbiais (e.g. talvez, se calhar) que transportam valores modais de crença, assim como os modos indicativo e conjuntivo e alguns tempos gramaticais (e.g. imperfeito e futuro). Além disso, palavras, expressões e construções sintáticas específicas podem receber funções modalizadoras (e.g. possivelmente, é que possível que, há probabilidade de), tal como elementos como a pontuação, a entoação ou outro tipo de sinais gráficos.

2.3.1. Relação dos conceitos de modalidade e modalização com outros conteúdos semântico-pragmáticos

As modalidades apresentadas na secção anterior podem articular-se com os vários tipos de atos ilocutórios introduzidos por Searle. É possível aproximar a modalidade epistémica dos atos assertivos, a modalidade apreciativa dos atos expressivos e, finalmente, a modalidade deontica dos atos compromissivos e diretivos. Nas palavras de Lopes (2011), a modalidade epistémica permite a produção de asserções não estritas ou não categóricas: na escala dos valores assertivos, o quase-certo ou incerto expressos pelos verbos modais “dever” e “poder”, correspondem a graus diferentes de responsabilização do enunciador pela verdade do que diz. Ainda de acordo com a autora, a modalidade deontica, na medida que asseire como obrigatória ou permitida uma determinada forma de conduta, corresponde ao objetivo ilocutório de um ato diretivo. Campos e Xavier (1991) afirmam que os atos expressivos marcam, nos enunciados, a construção de um juízo de valor, sobre uma construção predicativa já constituída, o que significa que a modalidade apreciativa já se encontra naturalmente presente no ato ilocutório.

A modalização pode correlacionar-se com a regulação e modificação ilocutória. Em qualquer tipo de ato ilocutório, é possível regular a intensidade com a qual é executado. Instintivamente, o sujeito falante é capaz de diagnosticar quando está perante recursos linguísticos que reforçam ou atenuam a força ilocutória dos enunciados (e.g. aspetos de configuração dos produtos verbais que transmitem mais ênfase, como a curva de entoação).

Segundo Soares (1996), encontram-se diferentes mecanismos linguísticos na modificação ilocutória de atenuação ou de reforço nos atos de fala, podendo-se optar por uma ação discursiva com força ilocutória neutra, reforçada ou atenuada. Cada ato de fala pode ser representado, de acordo com a autora, num “continuum” – escala de valores – que se desenvolve a partir de um polo negativo, situado na zona da modalidade de atenuação, até um polo positivo, localizado na zona da modalidade do reforço, que pode passar por uma multiplicidade de soluções intermédias posicionadas numa zona neutra. As modalidades de intensificação e atenuação são categorias pragmáticas que desempenham funções estratégicas na comunicação: a modalidade de intensificação almeja a eficiência comunicativa, trazendo credibilidade ao discurso e buscando assim a adesão do ouvinte através da intensificação da força ilocutória, enquanto que a modalidade de atenuação é como “uma atividade argumentativa estratégica de minimização da força ilocutória e do papel dos participantes na enunciação para tentar chegar com êxito à meta prevista”, incluindo assim diversos recursos (diminutivos, quantificadores, minimizadores, usos modalizados de tempos verbais, construções concessivas com verbos de dúvida ou opinião) (Briz & Albelda, 2013).

3. Metodologia

3.1. Instrumento e procedimentos da recolha de dados

Em primeiro lugar, deu-se lugar a uma breve revisão bibliográfica sobre diferenças de género na linguagem e estudos já compilados anteriormente que confrontam usos linguísticos diferenciados por género, seguidos de um enquadramento teórico sobre determinados conteúdos de natureza pragmática, como os atos ilocutórios, a modalidade e a modalização ilocutória, que serão retomados na secção da apresentação dos resultados e da sua respetiva discussão e interpretação.

Depois, em segundo lugar, foi constituído um pequeno *corpus*, composto por 16 enunciados potencialmente representativos do discurso masculino e 16 enunciados potencialmente representativos do discurso feminino², que poderá ser consultado em anexo (anexo 1). A seleção e divisão dos enunciados por género resulta, essencialmente, dos critérios

² Por questões de simplificação e de fluidez de leitura, a expressão “enunciados potencialmente representativos do discurso masculino” passará a ser substituída por “enunciados prototípicos masculinos” e a expressão “enunciados potencialmente representativos do discurso feminino” passará a ser substituída por “enunciados prototípicos femininos”. A atribuição destas etiquetas serve para fazer a distinção entre os dois tipos de enunciados.

de Lakoff (1975), significando que os enunciados prototípicos femininos se basearam nas características que a autora considera ser mais comuns do discurso da mulher, como o uso de expressões ou mecanismos de cordialidade, marcas de incerteza ou hesitação, adjetivos que intensificam a força ilocutória, *tag questions*, etc. Em contrapartida, os enunciados prototípicos masculinos foram pensados e construídos com características distintas, isto é, com escolhas linguístico-discursivas que tornam os atos mais assertivos (com um grau de crença mais certo), menos expressivos ou modalizados com uma força ilocutória diretiva alta. Os enunciados criados foram, portanto, singularizados com algumas diferenças na sua elaboração (através da intensificação ou atenuação da força ilocutória, da presença ou ausência de certos intensificadores, *tag questions*, adjetivos, entre outras diferenças) e organizados em pares correspondentes. A organização dos enunciados em pares³ representa usos linguísticos estereotipados à luz dos fundamentos introduzidos por Lakoff e, por isso, articulam-se com os seus princípios metodológicos maioritariamente intuitivos: “(...) Lakoff’s methods are wholly consistent with her disciplinary commitments at the time: introspection and native-speaker intuition were the central methodology of linguistic investigation (as, indeed, they continue to be) (...)” (Bucholtz & Kira, 1995: 3). Entende-se, assim, que os critérios de construção dos enunciados deste estudo atenderam às intuições da autora, ou seja, às características que identifica nos discursos de homens e mulheres. Posteriormente, os enunciados foram adaptados a possíveis contextos que se enquadrassem em diferentes objetivos ilocutórios da proposta de Searle. Procurou-se, precisamente, criar atos de fala genéricos e simples (enunciados que correspondem a expressões genéricas de asserções, ordens/sugestões, emoções e promessas/compromissos) que refletissem as particularidades linguístico-discursivas que Lakoff atribui a enunciados produzidos por homens e a enunciados produzidos por mulheres, e testar a validade dessas associações. Tentou-se “isolar” os contextos de enunciação para se criar representações potencialmente estereotipadas. O *corpus* criado consiste em nove pares de enunciados correspondentes a atos ilocutórios expressivos (18 enunciados), em três pares de enunciados correspondentes a atos assertivos (seis enunciados), em dois pares de enunciados correspondentes a atos diretivos (quatro enunciados) e a dois pares de enunciados correspondentes a atos compromissivos (quatro enunciados), ou seja, 32 enunciados ao todo.

³ A organização dos enunciados em pares permitiu não só controlar a análise, mas também perceber como determinados mecanismos linguístico-discursivos, numa comparação direta entre atos de fala correspondentes, são percebidos como sendo mais característicos do discurso de um género ou de outro.

Em terceiro lugar, de forma a testar os pares de enunciados construídos neste estudo, foi elaborado um questionário na plataforma *Google Forms* para o efeito, dirigido apenas a falantes de Português Europeu. O questionário foi divulgado *online*, em diversas redes sociais, tais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, na aplicação de mensagens instantâneas *WhatsApp* e também através do *e-mail* dinâmico da Faculdade de Letras do Porto (FLUP). No cabeçalho do questionário, introduziu-se a contextualização do estudo, o perfil dos participantes necessários, a temática e a orientação a ser cumprida, com a garantia de que os dados recolhidos seriam utilizados estritamente para fins académicos e tratados de forma absolutamente anónima. A primeira parte do questionário foi dedicada a questões relacionadas com informações pessoais e biográficas dos participantes, como a idade, o género e o nível de escolaridade. A segunda e última parte foi destinada ao *corpus* constituído pelos pares de enunciados prototípicos masculinos e femininos, construídos com o propósito de serem testados. Para cada enunciado, o participante foi solicitado a seleccionar uma das duas seguintes opções: (i) homem; (ii) mulher. A tarefa era a de seleccionar uma das opções referidas, tendo em conta a maior probabilidade de cada enunciado testado ser proferido por um homem ou por uma mulher.

Em último lugar, procedeu-se a uma análise dos dados recolhidos, num primeiro momento qualitativa, com o objetivo de se interpretar, comentar e explicar os resultados obtidos, ou seja, as respostas dos participantes. Para isso, foi selecionado um número restrito de exemplos de análise, isto é, apenas um exemplo para cada tipo de ato ilocutório testado no questionário. Dessa análise qualitativa, serão demonstradas as principais observações, com a respetiva apresentação das percentagens em gráficos. Em seguida, fez-se um tratamento estatístico dos dados, transferidos do *Google Forms* para uma folha de cálculo em *Excel*, a partir dos quais se elaboraram gráficos. Na folha de cálculo onde se trataram os dados, realizou-se uma classificação/anotação a cores para a identificação de cada tipo de ato ilocutório. Para a criação do primeiro gráfico, fez-se uma análise geral quantificada de todos os enunciados incluídos no questionário, dividida por enunciados masculinos e femininos. A partir da funcionalidade de filtragem de intervalos de dados no programa *Microsoft Excel*, verificou-se o número de respostas para cada opção, “homem” e “mulher”, em todos os enunciados. Depois, com os enunciados seccionados por categoria e com o número total de respostas, realizou-se um segundo gráfico com a soma dos valores isolados para cada ato ilocutório, transformados posteriormente em percentagens. Resumidamente, o processo metodológico pode ser considerado como uma sequência das seguintes etapas: (i) revisão bibliográfica sobre diferenças de género na linguagem e estudos relacionados com o tema; (ii) constituição de um

corpus com base nas fontes bibliográficas consultadas; (iii) elaboração de um questionário no *Google Forms* para testar o *corpus*; (iii) delimitação da amostra e recolha dos dados; (iv) seleção de exemplos isolados para interpretação e descrição; (v) tratamento estatístico dos dados gerais em *Excel*; (vi) criação de gráficos desenvolvidos para a análise e discussão dos resultados obtidos.

3.2. Amostra

Ao todo, foram recolhidas 70 respostas voluntárias ao questionário construído para a elaboração deste estudo. Grande parte dos participantes situa-se na faixa etária entre os 18 e os 24 anos (61,4%), mas verifica-se também a participação de pessoas pertencentes às faixas etárias entre 25 e 34 anos (24,3%), 45 e 54 anos (8,6%), 35 e 44 anos (2,9%), 55 e 64 anos (1,4%) e mais de 65 anos (1,4%). O género predominante nas percentagens de resposta é o género feminino (62,9%), seguido do género masculino (34,3%) e, por fim, outro género, ou seja, não binário (2,9%). O nível de escolaridade com maior percentagem é o nível do Ensino Superior (68,6%), mas o nível do Ensino Secundário também apresenta um peso percentual significativo na totalidade das respostas (28,6%). Os níveis do 2.º Ciclo (1,4%) e 1.º Ciclo (1,4%) também constam na amostra, mas com percentagens muito mais reduzidas. De modo geral, o perfil proeminente na totalidade das respostas são jovens que frequentam o Ensino Superior, do género feminino, com idades entre os 18 e os 24 anos.

4. Resultados e Discussão

4.1. Análise dos dados

Quanto aos resultados e à subsequente discussão sobre os mesmos, como referido na secção da descrição da metodologia, serão apresentados primeiramente exemplos isolados relativos a cada tipo de ato ilocutório testado no questionário. O primeiro par de enunciados a analisar corresponde a atos ilocutórios expressivos, como demonstrado nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 1 – Enunciado prototípico
masculino (ato expressivo)

“Que cão engraçado.”

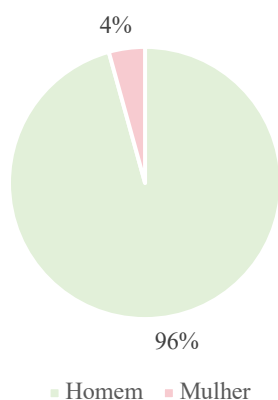
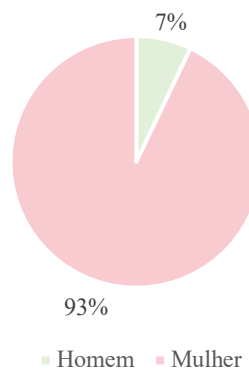


GRÁFICO 2 – Enunciado prototípico
feminino (ato expressivo)

“Que cão tão fofinho! É mesmo adorável.”



Através das percentagens, verifica-se que há um consenso quase total nas respostas fornecidas pelos participantes. No enunciado prototípico masculino (gráfico 1), bem como no enunciado prototípico feminino (gráfico 2), as percentagens de atribuição ao género esperado são notoriamente elevadas, visto que ambas rondam a percentagem dos 90% (96% para o enunciado masculino e 93% para o enunciado feminino). Considerando as ideias apresentadas na revisão da literatura e as características descritas por Lakoff (1975) com respeito à caracterização do discurso da mulher, adjetivos como “fofinho” e “adorável”, designados como *empty adjectives* pela autora, são associados tipicamente ao género feminino. Já o adjetivo “engraçado”, que diminui a força ilocutória da expressividade do ato em questão, é mais associado ao género masculino quando comparado com o adjetivo utilizado no enunciado feminino. As percentagens refletem a dicotomia entre adjetivos subjetivos afetivos que diminuem ou elevam a força expressiva do ato quando está envolvida uma modalidade apreciativa, isto é, a apreciação de um dado conteúdo proposicional ou a transmissão de um juízo de valor.

Passando para um par de enunciados que representa atos ilocutórios assertivos, nota-se que as percentagens são menos discrepantes do que as que se verificaram nos atos expressivos:

GRÁFICO 3 – Enunciado prototípico masculino (ato assertivo)

“Tenho a certeza de que a solução é esta.”

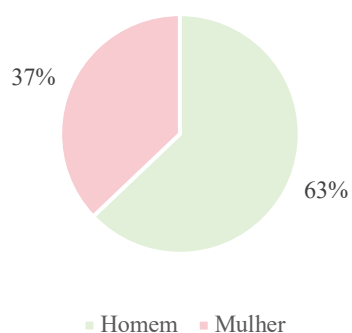
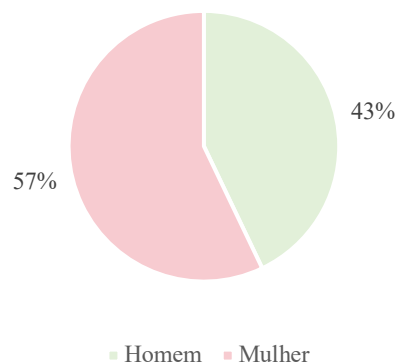


GRÁFICO 4 – Enunciado prototípico feminino (ato assertivo)

“A solução pode ser esta, creio eu.”



Constata-se que, nos atos assertivos, não há grande conformidade nas percentagens das respostas dos participantes. No enunciado prototípico masculino (gráfico 3), nota-se uma percentagem significativa de 37% de atribuição à opção “mulher”, o que quer dizer que um ato com força assertiva elevada, posicionado num ponto elevado da escala epistémica (asserção categórica), é associado por uma parte considerável dos participantes como sendo proferido, preferencialmente, pela mulher. No enunciado prototípico feminino (gráfico 4), caracterizado por uma modalidade epistémica de dúvida através do operador modal “poder” e do verbo “crer” (asserção mitigada), 43% dos participantes optaram pela opção “homem”, ou seja, escolheram a opção contrária ao que era expectável. Este afastamento das expectativas e a dispersividade dos resultados refletem uma mudança social no que concerne aos estereótipos de género, uma vez que o discurso feminino é percecionado, por muitos dos participantes, como sendo firme e convicto, em oposição à proposta de Lakoff (1975) que caracterizou o discurso da mulher como sendo inseguro, duvidoso e hesitante.

No par de enunciados que se segue nos gráficos abaixo, que corresponde a atos ilocutórios diretivos, as percentagens indicam, maioritariamente, consenso entre os participantes:

GRÁFICO 5 – Enunciado prototípico
masculino (ato diretivo)

“Dá-me uma informação, por favor?”

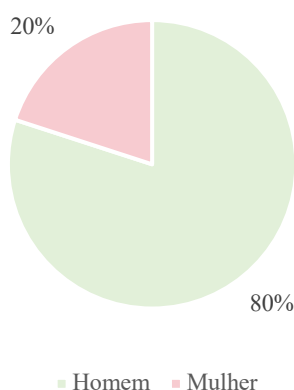
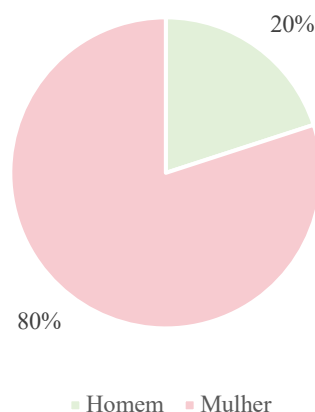


GRÁFICO 6 – Enunciado prototípico
feminino (ato diretivo)

“Não quero incomodar, mas seria possível dar-me uma informação?”



Verifica-se que tanto no enunciado prototípico masculino (gráfico 5) como no enunciado prototípico feminino (gráfico 6), as percentagens são equivalentes, com 80% de atribuição à opção prevista em ambos. No caso do enunciado masculino, o ato diretivo perfaz-se, mais claramente, como um ato diretivo imperativo, marcado pela modalidade deontica de ordem, acompanhado da expressão atenuadora “por favor” no final. O enunciado feminino, por outro lado, está carregado de mecanismos linguísticos que mitigam a força ilocutória do ato diretivo, como a expressão inicial “não quero incomodar” e o modo verbal condicional “seria” que indicam uma solicitação educada. A diferença principal entre os dois enunciados está no nível de cortesia e, também, no tipo de ato: o enunciado masculino aproxima-se a um ato diretivo de ordem embora contenha uma interrogação, já o enunciado feminino efetua-se como um ato diretivo explícito de pergunta, em que o ato primário é o de pedido. Lakoff (1975) estabeleceu que, no discurso feminino, é mais comum a utilização de mecanismos que contribuem para o reforço do nível de cortesia, denominados *superpolite forms*, que mitigam a força ilocutória dos atos de fala diretivos. Parece que, com base nas respostas dos participantes, a hipótese da autora é comprovada.

Por fim, o par de enunciados que manifesta atos de fala compromissivos aparenta, de modo semelhante aos atos diretivos, uma concordância relativa nas respostas dos participantes:

GRÁFICO 7 – Enunciado prototípico
masculino (ato compromissivo)

“Podes contar comigo.”

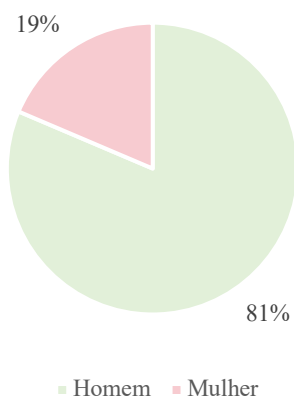
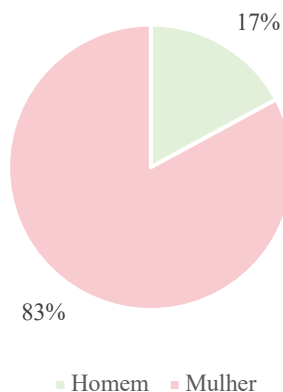


GRÁFICO 8 – Enunciado prototípico
feminino (ato compromissivo)

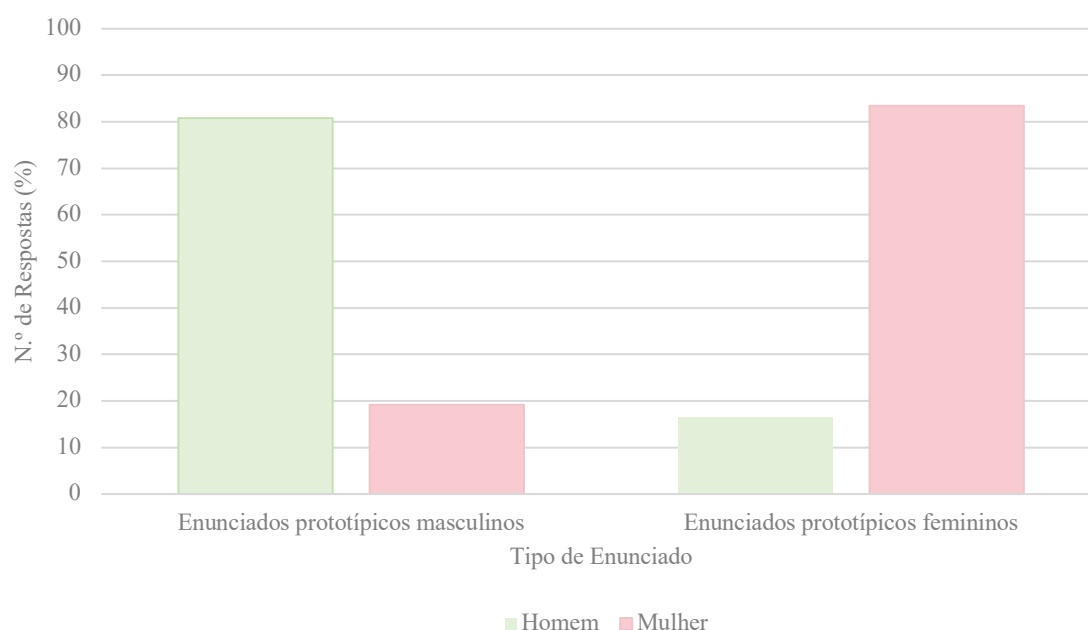
“Prometo que vou estar aqui para ti
sempre que precisares de mim!”



As percentagens patenteadas nos dois enunciados, no prototípico masculino (gráfico 7), assim como no prototípico feminino (gráfico 8), encontram-se próximas em termos de atribuição à opção calculada. O enunciado masculino traduz-se num ato performativo primário, uma vez que o verbo correspondente ao tipo de ato não se encontra verbalizado, porém, está subentendida a produção de um ato compromissivo com força ilocutória mais atenuada. No enunciado feminino, a força ilocutória do ato compromissivo está mais intensificada, porque o ato está explicitado através da verbalização do verbo “prometer” formulado no início do enunciado, que corresponde ao tipo de ato expresso, isto é, de promessa. Cerca de 80% dos participantes fizeram a associação que era esperável, o que corrobora e valida mais uma vez as intuições de Lakoff (1975). As percentagens sugerem que o discurso feminino não é tido em consideração do mesmo modo que o discurso masculino, o que conduz ao reforço e elevação constante dos enunciados produzidos pela mulher, até mesmo na formulação de compromissos/promessas, à exceção dos atos assertivos.

Após a análise individual e exemplificada de cada tipo de ato ilocutório testado no questionário, segue-se a apresentação de gráficos que expõem os resultados de modo generalizado, tendo em conta todos os enunciados contemplados no estudo. O primeiro gráfico a considerar mostra a distribuição dos tipos de enunciado pelas opções de escolha (“homem” ou “mulher”), concernindo à associação dos enunciados prototípicos masculinos com a opção “homem”, e a associação dos enunciados prototípicos femininos com a opção “mulher”:

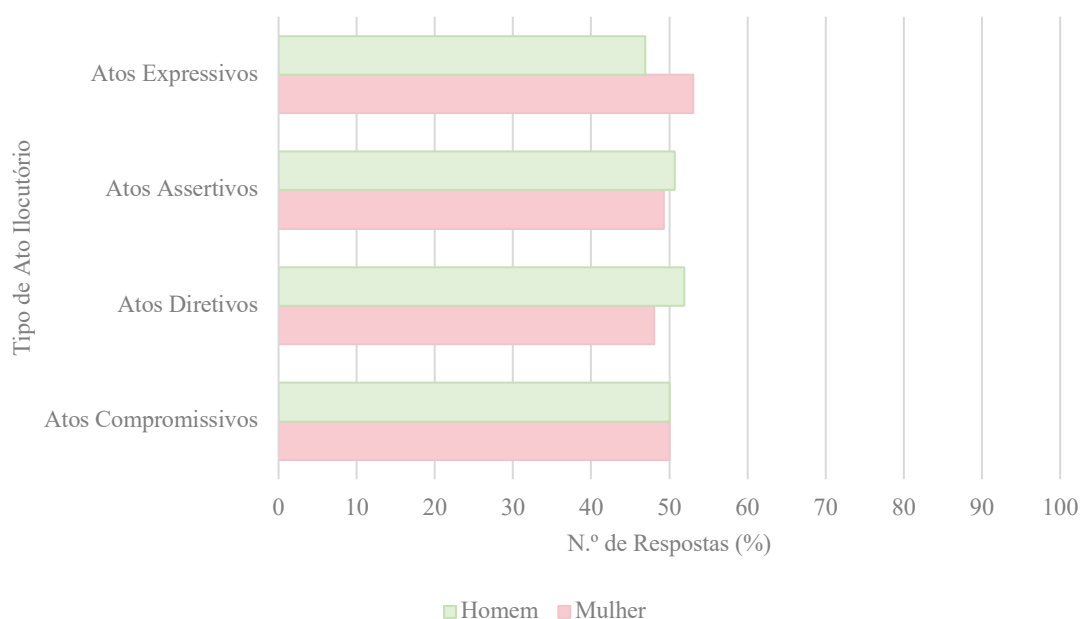
GRÁFICO 9 – Distribuição do tipo de enunciado pelas opções de escolha



Percebe-se, pelas percentagens presentes no gráfico (gráfico 9), que a maior parte dos participantes associou os enunciados prototípicos ao género pressuposto. Cerca de 80% dos participantes associaram os enunciados prototípicos masculinos à opção “homem” (80,8%) e o mesmo acontece com os enunciados prototípicos femininos, com a opção “mulher” (83,5%). Esta associação percentual elevada poderá significar que existe uma ideia pré-concebida relativa à forma como cada género se expressa e, também, quanto aos recursos linguísticos utilizados com mais regularidade por cada um dos géneros no seu discurso. Apenas uma minoria (19% nos enunciados prototípicos masculinos e 16% nos enunciados prototípicos femininos) não seguiu o padrão, isto é, o que era efetivamente expectável das respostas.

Por fim, o segundo e último gráfico a apresentar é alusivo à distribuição de cada tipo de ato ilocutório pelas opções de escolha, onde é possível observar as percentagens de atribuição dos participantes isoladamente:

GRÁFICO 10 – Distribuição de cada tipo de ato ilocutório pela opções de escolha



Observa-se, no gráfico (gráfico 10), que as percentagens de associação às opções “homem” e “mulher” não apresentam grandes discrepâncias entre si, nos diferentes tipos de ato ilocutório. Todavia, nos atos expressivos, a percentagem de atribuição ao género feminino (53,1%) é salientemente mais elevada do que a percentagem de atribuição ao género masculino (46,9%), significando que, em geral, os atos expressivos são, em termos de probabilidade e frequência, mais expressos pela mulher, na perspetiva dos participantes. Nos atos assertivos, há uma diferença mínima entre as percentagens de atribuição aos dois géneros (50,1% para “homem” e 49,3% para “mulher”), o que dá a entender que os atos assertivos são expressos regularmente por ambos, equitativamente (este dado poderá relacionar-se com a alta frequência de produção deste tipo de ato tanto por homens como por mulheres). Nos atos diretivos, é de sublinhar que a percentagem de atribuição à opção “homem” (51,9%) é superior à opção “mulher” (48,1%), sugerindo assim que se trata de um tipo de ato que é percecionado pelos participantes como sendo mais enunciado pelo género masculino do que pelo género feminino. Finalmente, nos atos compromissivos, a percentagem é equivalente nas duas opções (50%), o que demonstra que, com base nas perceções dos participantes, a expressão de compromissos (promessas, ameaças, etc.) é comum aos dois géneros.

5. Conclusão

A principal conclusão a ser retirada dos resultados atingidos e que, por sua vez, responde à primeira pergunta de investigação formulada inicialmente, é a de que existem regularidades nas percepções sobre os usos linguísticos entre homens e mulheres, particularmente na força ilocutória utilizada para a execução dos atos, corroborando-se assim a hipótese (i). As respostas dos participantes refletiram, em grande parte, as associações dos enunciados prototípicos testados ao género esperado (gráfico 9), querendo isto dizer que há regularidades estereotipicamente percebidas como sendo características do discurso do homem ou da mulher.

Quanto à análise isolada dos diferentes tipos de atos, verificou-se que é nos atos ilocutórios expressivos onde existe mais conformidade nas respostas fornecidas pelos participantes. É importante realçar que os participantes associaram tanto os atos expressivos como os atos compromissivos de força ilocutória intensificada como sendo tipicamente proferidos pela mulher e os atos expressivos e compromissivos de força neutra ou atenuada como sendo proferidos pelo homem, tal como a hipótese (ii) propôs (gráficos 1 e 2; gráficos 7 e 8). Já nos atos assertivos, os resultados não se demonstraram tão lineares como os que se constatarem nos atos expressivos, uma vez que são os atos em que se assiste a uma maior dispersividade e menos consenso na totalidade das respostas proporcionadas (gráficos 3 e 4). Nesse caso particular, uma parte significativa dos participantes associou os atos assertivos de força ilocutória intensificada como sendo proferidos pela mulher e os atos assertivos mitigados como sendo proferidos pelo homem. Esta associação vai contra a hipótese (iii), dado que as percentagens assinaladas não evidenciaram que os atos assertivos de força ilocutória elevada são intrinsecamente mais associados ao género masculino, sendo também significativamente associados ao género feminino. A última hipótese (iv) é também comprovada, em virtude de os atos diretivos de força ilocutória mitigada, formulados através de perguntas e com recurso a mecanismos linguísticos que reforçam o nível de cortesia, serem correlacionados predominantemente com o género feminino, e os atos diretivos de ordem, com força ilocutória elevada por serem explícitos, serem correlacionados com o género masculino (gráficos 5 e 6). A comprovação ou refutação das hipóteses colocadas serve de resposta à segunda pergunta de investigação, dado que se detetaram regularidades específicas nos usos linguísticos associados ao homem e à mulher: atos expressivos e compromissivos de força ilocutória elevada e atos diretivos de força ilocutória mitigada eminentemente associados à mulher; atos expressivos e

compromissivos de força ilocutória mitigada e atos diretivos de força intensificada fortemente associados ao homem; ausência de consenso na associação de atos assertivos de força ilocutória realçada ou reduzida a um determinado género.

Finalmente, através do tratamento estatístico dos dados, detetou-se que determinados atos ilocutórios estabelecem uma ligação mais próxima com o género masculino ou feminino (gráfico 10). Apesar disso, em alguns atos não existe discrepância percentual entre géneros, porque as percentagens de ambas as opções “homem” e “mulher” se apresentam distribuídas unanimemente. Nos atos expressivos é onde as percentagens são menos equilibradas, pois trata-se de um tipo de ato de fala que é mais associado ao género feminino, de acordo com os resultados obtidos. Nos atos diretivos observa-se o contrário, dado que estes são moderadamente mais associados ao género masculino. Já nos atos assertivos, assim como nos atos compromissivos, depreende-se que não há grande diferença nas percentagens por seleção de género, verificando-se, portanto, uma coincidência percentual entre as opções.

Em pesquisas ou desdobramentos futuros deste estudo em concreto, seria interessante recolher mais dados a partir de uma amostra maior e mais diversificada em termos de faixas etárias e género, de forma a garantir uma representação mais equilibrada entre todas as variáveis e, assim, ser possível fazer uma correlação entre as mesmas sem riscos de enviesamento. Considerou-se a hipótese de se correlacionar a variável do género com os resultados conseguidos mas, como referido nas secções da introdução e da amostra, o número de mulheres que responderam ao questionário foi bastante superior ao número de homens, o que levou à decisão de não se incluir essa análise neste estudo. Além disso, seria igualmente instigante alargar este estudo a um espectro mais aprofundado e complexo de investigação, através da inclusão de perguntas abertas sobre o tema e da inserção de mais opções de escolha/condições num próximo questionário, ou da realização complementar de entrevistas para a obtenção de informações descritivas que suportassem e fundamentassem os dados estatísticos encontrados.

Referências bibliográficas

- Austin, J. L. (1962). *How To Do Things With Words*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bally, C. (1944). *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: A. Francke.
- Briz, A., & Albelda, M. (2013). Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES. POR. ATENUACIÓN). *Onomázein*, (28), 288-319.
- Bucholtz, M., & Hall, K. (1995). Introduction: Twenty Years after Language and Woman's Place. In K. Hall & M. Bucholtz (Eds.), *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self* (pp. 1-22). London: Routledge.
- Cameron, D., McAlinden, F., & O'Leary, K. (1988). Lakoff in context. In J. Coates & D. Cameron (Eds.), *Women in their speech communities* (pp. 74-93). London: Longman.
- Campos, M. H. C. (1998). *Dever e poder – Um subsistema modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Campos, M. H. C. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In F. Oliveira & I. M. Duarte (Eds.), *Da Língua e do Discurso* (pp. 265-281). Porto: Campo das Letras.
- Campos, M. H. C., & Xavier, F. M. (1991). *Sintaxe e semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coates, J. (1988). Gossip revisited: language in all-female groups. In J. Coates & D. Cameron (Eds.), *Women in their speech communities* (pp. 94-122). London: Longman.
- Coates, J. (2015). *Women, men and language: a sociolinguistic account of gender differences in language*. London: Routledge.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Armand Colin.
- Corbari, A. T. (2008). *Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par "e + adjetivo" em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste].
- Dubois, B. L., & Crouch, I. (1975). The question of tag questions in women's speech: they don't really use more of them, do they? *Language in Society*, 4(3), 289-294. <https://doi.org/10.1017/S0047404500006680>
- Eakins, B. W., & Eakins, R. G. (1979). Verbal turn-taking and exchanges in faculty dialogue. In B. L. Dubois & I. Crouch (Eds.), *The sociology of the languages of american women* (pp. 53-62). San Antonio, TX: Trinity University.
- Ely, R. & Gleason, J. B. (2002). Gender differences in language development. In A. V. McGillicuddy-De Lisi & R. De Lisi (Eds.), *Biology, society and behavior: the development of sex differences in cognition* (Vol. 21). London: Bloomsbury Publishing.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (Trad. I. Magalhães). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar* (1st ed.). London: Edward Arnold.

- Holmes, J. (1984). Hedging your bets and sitting on the fence: some evidence for hedges as support structures. *Te Reo*, 27(1), 47-62.
- Holmes, J. (2013). *An introduction to sociolinguistics* (4th ed). London: Routledge.
- Hyndman, C. (1985). *Gender and language differences: a small study* [Unpublished term paper, Victoria University of Wellington].
- James, D., & Clarke, S. (1993). Interruptions, gender and power: a critical review of the literature. In D. Tannen (Ed.), *Gender and conversational interaction* (pp. 231-280). Oxford: Oxford University Press.
- Lakoff, R. (1973). Language and woman's place. *Language in society*, 2(1), 45-79. <https://doi.org/10.1017/S0047404500000051>
- Lyons, J. (1970). *Linguistique générale: introduction à la linguistique théorique*. Paris: Librairie Larousse.
- Lopes, A. C. M. (2011). Atos de fala e ensino do português como língua materna: algumas reflexões. *Português, língua e ensino*, 223-246.
- Lopes, A. C. M. (2018). *Pragmática: uma introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- McMillan, J. R., Clifton, A. K., McGrath, D., & Gale, W. S. (1977). Women's language: Uncertainty or interpersonal sensitivity and emotionality? *Sex roles*, 3, 545-559. <https://doi.org/10.1007/BF00287838>
- Meunier, A. (1974). Modalités et communication. *Langue française*, 21, 8-25. <https://doi.org/10.3406/lfr.1974.5662>
- Searle, J. R. (1969). *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1979). *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Soares, M. (1996). *Modificação de actos ilocutórios, em português* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. <http://hdl.handle.net/10216/18118>
- Tannen, D. (2012). The medium is the metamessage: conversational style in new media interaction. In D. Tannen & A. M. Trester (Eds.), *Discourse 2.0: Language and New Media* (pp. 99-117). Washington, DC: Georgetown University Press.
- Oliveira, F. (1993). Questões sobre modalidade em português. *Cadernos de Semântica*, 15. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (Vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pilkington, J. (1989). 'Don't try and make out that I'm nice': the different strategies that men and women use when gossiping [Unpublished term paper, Victoria University of Wellington].
- Romaine, S. (1998). *Communicating gender*. New York: Psychology Press.
- West, C. (1984). When the doctor is a "lady": power, status and gender in physician-patient encounters. *Symbolic Interaction*, 7(1), 87-106. <https://doi.org/10.1525/si.1984.7.1.87>

- West, C., & Zimmerman, D. H. (1983). Small insults: a study of interruptions in cross-sex conversations between unacquainted persons. In B. Thorne, C. Kramarae, & N. Henley (Eds.), *Language, Gender and Society* (pp. 103-118). Rowley, MA: Newbury House.
- Zimmerman, D. H., & West, C. (1975). Sex roles, interruptions and silences in conversation. In B. Thorne & N. Henley (Eds.), *Language and sex: difference and dominance* (pp. 105-129). Rowley, MA: Newbury House.

Anexos

Anexo 1: *corpus* constituído por 16 enunciados prototípicos masculinos e 16 enunciados prototípicos femininos, distribuídos por pares correspondentes, com as etiquetas “H” (homem) e “M” (mulher):

- (1) “O passeio foi super divertido!” **M**
“O passeio foi bom.” **H**
- (2) “Credo, nem pensar! Eu não era capaz de uma coisa dessas.” **M**
“Eu não era capaz disso.” **H**
- (3) “Que cão tão fofinho! É mesmo adorável.” **M**
“Que cão engraçado.” **H**
- (4) “Não percebi, explica outra vez.” **H**
“Desculpa, parece que não entendi bem. Podes explicar outra vez, por favor?” **M**
- (5) “Graças a Deus que tudo correu bem!” **M**
“Ainda bem que correu bem.” **H**
- (6) “Não quero incomodar, mas seria possível dar-me uma informação?” **M**
“Dá-me uma informação, por favor?” **H**
- (7) “Tenho a certeza de que a solução é esta.” **H**
“A solução pode ser esta, creio eu.” **M**
- (8) “A saída de ontem até foi fixe.” **H**
“Adorei a saída de ontem!” **M**
- (9) “O tempo está ótimo, não está?” **M**
“O tempo está ótimo.” **H**
- (10) “Desculpa, atrasei-me.” **H**
“Peço imensa desculpa, atrasei-me.” **M**
- (11) “Eu creio que vamos sempre a tempo de mudar, não achas?” **M**
“Vamos sempre a tempo de mudar.” **H**
- (12) “Ó meu deus, não vais acreditar no que descobri!” **M**
“Sabes o que descobri?” **H**
- (13) “Depois falamos, agora não dá.” **H**

“Depois falamos, pode ser? Agora não dá muito jeito.” **M**

(14) “Prometo que vou estar aqui para ti sempre que precisares de mim!” **M**
“Podes contar comigo.” **H**

(15) “Vamos dar uma volta logo.” **H**
“Que tal darmos uma volta mais logo?” **M**

(16) “Agradeço a ajuda.” **H**
“Agradeço imenso a ajuda.” **M**

Género y activación de vocabulario. Entre la estereotipación y la normalización de los nuevos roles

Mirta Fernández dos Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

mfernandez@letras.up.pt

Resumen: En este artículo se dan a conocer los principales resultados de una investigación en la que se ha analizado la incidencia de la variable independiente “sexo” en relación con los centros de interés de carácter sociocultural “mujer” y “hombre”. Para ello, siguiendo la metodología habitual de la disponibilidad léxica en el contexto hispánico, fijada por el *Proyecto Panhispánico de Disponibilidad Léxica*, se aplicaron testes asociativos en español a un grupo de estudiantes de grado en lenguas (N=30), de diferentes nacionalidades, que estaban cursando la asignatura de Espanhol B2.2 en la FLUP en el curso lectivo 2023-2024. A efectos de contextualización de la recogida de datos, se les dio previamente como *input* la lectura del poema “8 de marzo” de Gioconda Belli. Los resultados de nuestro estudio ratifican la influencia de los elementos socioculturales en la activación del léxico disponible de los informantes (ya apuntada por investigadores como Pacheco Carpio, Cabrera Albert y González López, 2017) y ponen de manifiesto que, en paralelo a una relativa normalización de los nuevos roles de género, persisten ciertos estereotipos, que, al incidir en las percepciones y actitudes de los estudiantes, se reflejan también inconscientemente en su selección léxica.

Palabras clave: Disponibilidad léxica; ELE; Estudios de género; Sociolingüística; Portugal.

Abstract: This article presents the main results of a research project that has analysed the impact of the independent variable “gender” in relation to the sociocultural prompts “woman” and “man”. To do so, following the usual methodology of lexical availability in the Hispanic context, established by the Pan-Hispanic Lexical Availability Project, associative tests have been applied in Spanish to a group of undergraduate students in languages (N=30), of different nationalities, who were taking the subject of Spanish B2.2 at FLUP in the 2023-2024 academic year. For the purposes of contextualizing the data collection, they were previously given the reading of the poem “March 8” by Gioconda Belli as input. The results of our study confirm the influence of sociocultural elements in the activation of the informants' available vocabulary (already pointed out by researchers such as Pacheco Carpio, Cabrera Albert and González López, 2017) and show that, in parallel with a relative normalization of the new gender roles, certain stereotypes persist, which, by influencing the students' perceptions and attitudes, are also unconsciously reflected in their lexical selection.

Keywords: Lexical availability; SFL; Gender studies; Sociolinguistics; Portugal.

1. Introducción

La disponibilidad léxica es un campo de investigación de la lingüística léxico-estadística que se centra en la recogida y análisis del léxico disponible de una determinada comunidad de habla, entendiendo por léxico disponible “el conjunto de palabras que los hablantes tienen en el lexicón mental y cuyo uso está condicionado por el tema concreto de la comunicación” (Equipo del *Proyecto Panhispánico de Disponibilidad Léxica*¹, 2001). Por consiguiente, la disponibilidad léxica permite determinar qué vocabulario potencial se activa de forma instantánea en la mente de los informantes cuando se les indica un centro de interés o núcleo temático específico, pues tal como demostró Michéa (1953) una buena parte de nuestro vocabulario está condicionada por el tema del discurso.

Las investigaciones sobre disponibilidad léxica comenzaron en Francia en los años 50 del siglo XX con la finalidad primordial de seleccionar los vocablos básicos de la lengua francesa que serían objeto de enseñanza en los territorios de la Union Française, a través de la fijación del corpus léxico del francés fundamental. No obstante, dada su productividad y aplicabilidad, estos estudios pronto se alargaron a otras lenguas, tanto en comunidades monolingües como bilingües.

Los estudios pioneros usaban la frecuencia como criterio de selección del léxico, puesto que los investigadores consideraban que los términos más frecuentes eran los más representativos de la lengua francesa y, por lo tanto, aquellos que había que incluir en el *Français Élémentaire* (Gougenheim, Michéa, Rivenc y Sauvageot, 1956). Sin embargo, enseguida se depararon con un problema inesperado:

Había palabras muy familiares para los hablantes que o bien no se hallaban en los listados de frecuencia o bien presentaban frecuencias muy bajas, porque el procedimiento utilizado favorecía la presencia de las palabras gramaticales o de las palabras léxicas de contenido general, de modo que las de contenido semántico más concreto resultaban prácticamente excluidas de los listados. (López Meirama, 2008, p. 9)

Para tratar de solucionar este contratiempo, Michéa llevó a cabo distintos experimentos que posibilitaron la distinción entre las palabras frecuentes (con presencia elevada en los corpus) y las palabras disponibles (escasas en las listas de frecuencia, pero muy estables en listados de vocabulario producidos *ad hoc* mediante la indicación de estímulos temáticos más precisos).

¹ En lo sucesivo, *PPDDL*.

Nació así la noción de “disponibilidad léxica”, que se convirtió en una metodología de indagación del léxico, paralela y complementaria al análisis de la frecuencia. Así, tal como señala López Morales (1995), de la suma de las palabras más frecuentes y las más disponibles se obtiene el léxico fundamental de una lengua.

En el contexto hispánico, las primeras investigaciones datan de los años 70 del siglo pasado y desde entonces “han proliferado considerablemente a uno y otro lado del Atlántico” (Trigo y González, 2012, p. 28). El trabajo de referencia es el de López Morales, quien en 1973 se propuso estudiar el léxico disponible de los escolares preuniversitarios de la zona metropolitana de San Juan de Puerto Rico. A partir de los años 90 del siglo XX, siguiendo los postulados del investigador cubano, se multiplicaron los estudios enfocados en esta disciplina científica tanto en España como en Hispanoamérica, dando origen al *PPDDL*, un ambicioso proyecto que persigue la elaboración de diccionarios de disponibilidad léxica para las diversas zonas del mundo hispánico. En ese sentido, se espera que la homogeneización procedimental fijada y seguida por los investigadores del *PPDDL* permita establecer posteriores comparaciones de tipo lingüístico, etnográfico y cultural.

Este objetivo último pone de manifiesto el potencial del léxico como diagnóstico no solo lingüístico con fines pedagógico-didácticos, sino también psicosocial, antropológico y cultural. De hecho, en los últimos años abundan los estudios de disponibilidad léxica que buscan extraer información de índole sociocultural de los listados de vocabulario producidos por los sujetos encuestados, con el propósito de contribuir a una mejor comprensión de la comunicación humana desde una perspectiva multidisciplinar más abarcadora.

El estudio que aquí presentamos se plantea desde esa óptica, ya que su objetivo es determinar el comportamiento de la variable psicosocial “sexo” en relación con los centros de interés de carácter sociocultural “mujer” y “hombre”, en términos cuantitativos y cualitativos, a fin de averiguar hasta qué punto el léxico activado por el conjunto de informantes refleja o no estereotipos de género cultural y socialmente transmitidos de generación en generación.

La idea de acometer esta investigación surgió a raíz de la conmemoración del Día Internacional de la Mujer el pasado 08 de marzo de 2024. Para señalar esta efeméride se explotó con los estudiantes de la unidad curricular Espanhol B2.2 de la FLUP² una unidad didáctica creada con base en el poema “8 de marzo” de la escritora nicaragüense Gioconda Belli, trabajo

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto

que sirvió como punto de partida y justificación de la posterior recogida de datos a través de las prototípicas pruebas asociativas de disponibilidad léxica.

2. Bases Teóricas

Además de los estudios ya citados, que son clásicos en el ámbito de la disciplina científica en análisis en los contextos francés e hispánico, atendiendo a su objetivo, nuestra investigación asienta en tres pilares fundamentales, a saber: trabajos de disponibilidad léxica que inciden en el comportamiento de la variable “sexo”; estudios que analizan la relación entre léxico disponible y estereotipos socioculturales; y, por último, investigaciones de sociolingüística enfocadas en las diferencias discursivas en función de la edad y/o el género de los hablantes.

En primer lugar, destacamos algunos estudios de disponibilidad léxica centrados en el análisis de la variable independiente “sexo” que se han implementado en distintas sintopías del español, a ambas orillas del Atlántico: Ávila, 2006; Gómez-Devis, 2004; González y Orellana, 1999; Lagüens, 2008; Lugones, 2015; Pacheco, Cabrera y González, 2017; Prado y Galloso, 2005; Ríos, 2007; Sandu, 2012; y Trigo y González, 2011.

Aunque, en relación con el comportamiento de la variable independiente “sexo”, las conclusiones de la mayoría de las investigaciones previas apuntan a que esta es la característica que menos parece influir en la disponibilidad léxica de los sujetos en términos cuantitativos, dado que no existen diferencias significativas en cuanto al caudal léxico generado por informantes masculinos y femeninos, algunos trabajos ponen de manifiesto que son los sujetos del sexo femenino quienes tienden a una mayor producción léxica (Galloso, 2002; Gómez, 2004; Lagüens, 2008; Trigo y González, 2011; Pacheco, Cabrera y González, 2017), incluso en contextos de adquisición de segundas lenguas o lenguas extranjeras (Sandu, 2012; Lugones, 2015).

En cambio, si se atiende al análisis cualitativo del léxico movilizado por ambos grupos de informantes, sí se detectan diferencias significativas, que tienen que ver, por ejemplo, con la distinción temática de los centros de interés propuestos, ya que algunos remiten a atributos considerados tradicionalmente masculinos o femeninos, como subrayan Lagüens, 2008; Trigo y González, 2011; y Pacheco, Cabrera y González, 2017. En ese sentido, dichos trabajos han demostrado que los informantes varones producen más vocabulario y más variado en núcleos temáticos como “Alimentos y bebidas” o “Medios de transporte” (con propensión a nombrar

distintas marcas), y son, además, más proclives al uso de disfemismos en centros de interés como “Partes del cuerpo”. Por su parte, las informantes mujeres son más productivas en núcleos temáticos como “La ropa” o “La cocina y sus utensilios”. Tal como sostienen Samper Padilla y Samper Hernández (2006, p. 111), “no deja de ser curioso que en la población juvenil actual se sigan manteniendo esas diferencias cuantitativas en centros de interés asociados con los papeles masculino y femenino”.

Además, Sandu (2012), entre otros, ha llegado a la conclusión de que la variable “sexo” suele afectar al orden en el que se actualizan los vocablos, así como a la tipología de términos activados en el lexicón mental.

Por último, en relación con el centro de interés “Profesiones y oficios”, cabe destacar que las investigaciones realizadas evidencian que impera el uso del género masculino para su designación, incluso entre informantes del género femenino, lo que denota que sigue prevaleciendo en la actualidad la consideración secular de determinadas profesiones como masculinas (Galloso, 2002).

En definitiva, se puede afirmar que el uso que hacemos de la lengua, en tanto vehículo del pensamiento, refleja —a veces inconscientemente— creencias sociales y culturales profundamente arraigadas en nuestra mentalidad que, como es evidente, influyen en nuestra forma de ver el mundo. Y, desde esa perspectiva, la disponibilidad léxica es una herramienta extremadamente útil para la obtención de información, al operar como un termómetro lingüístico y sociocultural:

Las divergencias analizadas en la disponibilidad léxica de hombres y mujeres [...] son expresión, sin duda, de concepciones estereotipadas de género que atienden a las diferencias en el proceso de socialización, comportamientos esperados y expectativas sociales, generados a partir de los modelos de masculinidad y feminidad legitimados históricamente. (Pacheco, Cabrera y González, 2017, p. 251)

Relativamente al segundo sostén teórico de nuestro estudio, la mayoría de las investigaciones que han indagado acerca de la relación entre vocabulario y estereotipos socioculturales desde la disponibilidad léxica coinciden en señalar que, en efecto, los tópicos o clichés —ya sean sobre España y los españoles, roles de género o edad, entre otros aspectos examinados— tienen una presencia significativa en el léxico movilizado por los informantes (Fernández dos Santos, 2024; Gamazo, 2014; Hernández Cortés, 2014; Herreros, 2015; Rodríguez Menduiña, 2006; Salido Machado, 2021; Salido y Salido, 2021; Santos Díaz, 2015; Sifrar Kalan, 2020).

Por su afinidad directa con los objetivos de la presente investigación, destacamos, de entre las referencias bibliográficas previas, el trabajo de fin de Máster de Salido Machado (2021), en el que la autora se sirve de la disponibilidad léxica como diagnóstico de estereotipos de género en el alumnado de 1.º de Secundaria de distintos centros educativos de Las Palmas de Gran Canaria.

Finalmente, en lo concerniente a estudios de sociolingüística que abordan la variación discursiva en función de la edad y, fundamentalmente, del género de los hablantes (Casado, 1989; Català, 1989; Costa, Pérez y Tropea, 1997; García Moutón, 1999 y 2003; Góngora y Leyva, 2005; Lera, 2002; Lozano, 2005; Martín, 1993; Paredes, 2005; Rivière, 1989; Rodríguez González, 1989 y 2002; Tannen, 1996; Zimmermann, 2002), existe también amplio consenso respecto a la constatación de que la edad y el género determinan la naturaleza del léxico empleado.

Así, tal como señalan González y Orellana (1999), citados por Pacheco, Cabrera y González (2017, p. 239), el léxico empleado por las mujeres “es más prestigioso socialmente y a la vez, más conservador”. Por su parte, García Moutón (2003) trata de ofrecer una explicación para este fenómeno, intrínsecamente vinculado a aspectos socioculturales:

[...] tradicionalmente la mujer ha recibido presiones para que hable poco o para que calle, pero muchas más para que hable “bien” o para que no hable de ciertas cosas: todo esto significa que el lenguaje grosero, las blasfemias y el argot le han estado siempre expresamente prohibidos. (García Moutón, 2003, p. 103)

En la misma línea se expresa Lozano (2005), quien, partiendo también de la premisa de que “la cultura incide notoriamente en el lenguaje” (Trigo y González, 2011, p. 39), establece un vínculo entre sociedad, género y discurso:

La sociedad educa a los individuos de distinta manera según su sexo, lo que condiciona su posterior comportamiento, al tiempo que se espera que cada uno actúe según esos patrones masculinos o femeninos previamente establecidos. La mujer ha sido tradicionalmente educada e instada a actuar “como señorita”, lo cual implica cierto grado de refinamiento en su comportamiento, sus gestos y ademanes, sus modales de cortesía y, por supuesto, sus hábitos lingüísticos. (Lozano, 2005, p. 144)

En ese sentido, los trabajos de sociolingüística anteriormente citados también corroboran la existencia de estereotipos en cuanto al empleo del lenguaje por parte de hombres y mujeres. Estos tópicos, en tanto reflejo de la conciencia colectiva, lógicamente influyen en las creencias y en las actitudes lingüísticas de ambos grupos de hablantes.

Relativamente a los clichés sobre el habla femenina, probablemente el más difundido es el que sugiere que las mujeres hablan demasiado, de lo cual se infiere que “charlan” sobre cuestiones intrascendentes y no saben guardar secretos, por lo que deben ser reconvenidas. Este estereotipo se ha perpetuado históricamente a través de refranes, dichos populares, cuentos y literatura folclórica y, según García Moutón (1999), entronca con las enseñanzas bíblicas difundidas por la tradición judeocristiana:

Según los antropólogos, los estereotipos sirven para proteger el orden social establecido, y estos que hemos visto se dan en sociedades patriarcales que tienden a evitar que la mujer utilice la lengua para trastocar ese orden; de ahí que traten de relegarla a un uso mínimo de la palabra lo más cercano posible al silencio. Por eso los proverbios, los cuentos y la tradición religiosa amonestan a la mujer habladora y elogian a la discreta y callada. (García Moutón, 1999, p. 61).

Pero también sobre el habla masculina pesan estereotipos de género y estándares impuestos, totalmente contrarios a los del discurso femenino, es decir, tendentes en este caso a consolidar el tradicional papel dominante de los varones en la sociedad. Por consiguiente, de la forma de expresarse de los hombres se espera seguridad lingüística y protagonismo, traducidos en fuerza y firmeza expresivas, toma de la palabra para entablar y concluir conversaciones, transmisión de órdenes que pongan de manifiesto sus dotes de mando y, llegado el caso, rudeza lingüística para imponer su autoridad.

En suma, la interiorización de estos patrones comportamentales socialmente transmitidos de generación en generación hace que hombres y mujeres utilicen la misma lengua como instrumento de comunicación, pero se expresen de forma muy distinta. Esta diferenciación, obviamente, también afecta al uso del léxico, a través de cuya activación a menudo afloran estereotipos de género.

3. Metodología

En esta sección de nuestro artículo presentamos la muestra del estudio, ofreciendo brevemente sus características. Más adelante, explicamos el procedimiento empleado en lo que respecta a la aplicación de las pruebas psicolingüísticas de disponibilidad léxica. Finalmente, describimos los principales pasos seguidos de cara a la informatización de los datos, tras la necesaria fijación de los criterios de edición del material. Todo ello con miras a la obtención de resultados cuantitativos y cualitativos significativos que nos permitan dar cumplimiento al objetivo central de nuestra investigación: determinar el comportamiento de la variable

psicosocial “sexo” en relación con los centros de interés de carácter sociocultural “mujer” y “hombre”, a fin de averiguar hasta qué punto el léxico activado por el conjunto de informantes refleja o no estereotipos de género.

3.1. La muestra

La muestra de este estudio está formada por 37 estudiantes de ELE³ que en el curso lectivo 2023-2024 estaban cursando la asignatura de *Espanhol B2.2* en la FLUP. Se trata de estudiantes de las siguientes licenciaturas: *Línguas, Literaturas e Culturas* (LLC), *Línguas Aplicadas* (LA) e *Línguas e Relações Internacionais* (LRI). De la muestra forman parte también 5 estudiantes del programa *Erasmus +*, de distintas nacionalidades, que estaban matriculados en la asignatura en el momento de recogida de los datos.

En la siguiente tabla se presenta la distribución de la muestra de nuestra investigación por variables independientes, a saber: sexo, lengua materna, edad, nacionalidad y zona de procedencia, en caso de tratarse de informantes de Portugal:

TABLA 1 – Estratificación de la muestra por variables independientes

VARIABLES INDEPENDIENTES		N.º DE INFORMANTES
Sexo	Femenino	29
	Masculino	8
Lengua materna	Portugués	32
	Otra	5
Grupos de edad	Menos de 20	3
	20-25	32
	Más de 25	2
Nacionalidad	Portuguesa	29
	Otra	8
Zona de procedencia (Portugal)	Norte	23
	Centro	5
	Sur	1

³ Español como Lengua Extranjera

En relación con el género⁴, observamos que 29 informantes son del sexo femenino (78,37%) y 8, del género masculino (21,63%)⁵. Todos tienen edades comprendidas entre los 19 y los 27 años. De la totalidad de informantes, 32 tienen como lengua materna el portugués (29, de la variedad europea y 3, de la brasileña), mientras que 5 son nativos de otras lenguas (3, de italiano; 1, de francés; y 1, de polaco). Relativamente a la zona de procedencia de los informantes portugueses, 23 son oriundos de la zona norte del país, 5, del centro y 1, de la zona sur.

Por consiguiente, del contenido de la tabla 1 se colige que la mayor parte de nuestros informantes son mujeres, de entre 20 y 25 años, de nacionalidad portuguesa, nativas de portugués europeo y oriundas de la zona norte de Portugal.

3.2. Procedimiento de obtención e informatización de datos

Con miras a explorar la disponibilidad léxica de los informantes que conforman la muestra de nuestro estudio en los centros de interés “Mujer” y “Hombre”, empleamos la metodología que habitualmente siguen los trabajos que se enmarcan en el *PPDDL*, pese a que los dos núcleos temáticos sobre los cuales queríamos indagar no forman parte de la lista de los 16 centros de interés prototípicos establecidos por este proyecto. No obstante, la naturaleza multidimensional de la disponibilidad léxica como dominio científico, fundamentalmente en el contexto hispánico, hace que cada vez sean más frecuentes las adaptaciones metodológicas de las directrices recogidas en el *PPDDL*, lo que se traduce, entre otros aspectos, en la formulación *ad hoc* de nuevos centros de interés, sobre todo para la obtención de información de cariz sociocultural, como es el caso de nuestra investigación.

El procedimiento seguido para la obtención de los datos consistió en la aplicación de la típica prueba asociativa con vistas a la activación de palabras o expresiones relacionadas con los núcleos temáticos propuestos. Las pruebas de disponibilidad léxica entregadas a los informantes, que son anónimas, constaban de dos apartados: en el primero se indicaban datos

⁴ La alternancia entre los vocablos "género" y "sexo" responde a la necesidad estilística de evitar la repetición excesiva de una misma palabra. También se ha tenido en cuenta, a la hora de decidir mantener los dos términos, la tercera acepción que el Diccionario de la Lengua Española (RAE) ofrece de la palabra "género": "Grupo al que pertenecen los seres humanos de cada sexo, entendido este desde un punto de vista sociocultural en lugar de exclusivamente biológico". (Fuente: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>)

⁵ La muestra examinada es altamente representativa en relación con la incidencia de la variable “sexo”, ya que de los 107 estudiantes inscritos en la unidad curricular de *Espanhol B2.2* en el curso lectivo 2023-2024, 85 eran mujeres y 22, hombres (79,43% frente a 20,57%).

socioculturales (sexo, edad, lengua materna, nacionalidad y zona geográfica de procedencia) que los estudiantes debían seleccionar o cumplimentar, mientras que en el reverso de la hoja se consignaba espacio en blanco, dividido en 2 columnas, destinado a los dos centros de interés en estudio (“Mujer” y “Hombre”), para los cuales los sujetos debían producir una lista de palabras en un tiempo de dos minutos por centro verbalizado, en concordancia con las investigaciones actuales en la materia.

La uniformización procedimental en los estudios de disponibilidad léxica es fundamental, puesto que, tal como señala Hernández Muñoz (2004), facilita la comparación de resultados entre las distintas sintopías que participan en el *PPDDL* y, sobre todo, favorece el desarrollo de una teoría firme y coherente de aplicación general en la investigación lingüística sobre el léxico.

Relativamente a la coyuntura temporal de recogida de los datos, las encuestas para nuestro estudios se administraron a los informantes el día 08 de marzo de 2024, al final de la sesión de *Espanhol B2.2*, tras haber explotado una unidad didáctica que giraba en torno al poema “8 de marzo”⁶ de la nicaragüense Gioconda Belli, en el cual la escritora reflexiona sobre la necesidad de celebrar la efeméride del Día Internacional de la Mujer, haciendo hincapié en desigualdad injusta que ha sufrido el colectivo femenino a lo largo de la historia.

Considerando la cuestión ética de la preservación del anonimato de las encuestas, estas fueron numeradas a posteriori por el equipo investigador, con miras a proceder al tratamiento informático de los datos, identificando a los informantes apenas por el número de su prueba.

Tras establecer los criterios de edición⁷ del vocabulario plasmado por los informantes en las encuestas, pasamos los datos codificados a una plantilla de Excel y usamos por primera vez la herramienta *LexPro*⁸, creada por la Universidad de Salamanca, como soporte del proyecto DISPOGRAM. El programa *LexPro* calcula los índices cuantitativos y cualitativos de la disponibilidad léxica: total de palabras u ocurrencias (PT); total de vocablos o palabras diferentes (PD); promedios por informante (PI); índice de cohesión de las respuestas (IC); y lista de palabras más disponibles por centro de interés (DL por CI), entre otros datos. Una vez cumplimentada la plantilla de Excel, se sube al programa y este hace los cálculos en cuestión de segundos.

⁶ Se puede acceder a la versión completa del poema en el siguiente enlace: <https://bit.ly/3Bv5LS1>.

⁷ El principal criterio consistió en la corrección de errores ortográficos, léxicos o gramaticales vertidos en las encuestas. Cabe señalar, no obstante, que al tratarse de estudiantes con un nivel avanzado de conocimiento de ELE (B2), dichos errores eran escasos, lo que facilitó la tarea de edición del material.

⁸ <https://dispogram.usal.es/lexpro/>

Posteriormente, procedimos a la extracción de los datos cuantitativos y cualitativos más relevantes, que se presentan en tablas; y, finalmente, acometimos el análisis de dichos resultados.

4. Resultados

4.1. Índices cuantitativos

En este primer subapartado encauzaremos nuestra actuación hacia el análisis de las diferencias existentes en la producción léxica de los informantes masculinos y femeninos (los dos grupos en los que hemos dividido la muestra), en relación con los centros de interés “Mujer” y “Hombre”.

En la siguiente tabla se presentan, por lo tanto, los datos relativos a la cantidad de palabras totales, palabras diferentes, promedios por informante e índice de cohesión aportados por cada grupo:

TABLA 2 – Datos cuantitativos generales por centro de interés

CENTRO DE INTERÉS	HOMBRES				MUJERES			
	PT	PD	PI	IC	PT	PD	PI	IC
Mujer	79	61	9,88	0,16	262	143	9,03	0,06
Hombre	58	49	7,25	0,15	215	122	7,41	0,06

Atendiendo a la cantidad de palabras totales (PT), las informantes superan claramente a los informantes en ambos CI, pero esta desigualdad está motivada por la diferencia de representación de ambos sexos en la muestra, por lo que no es un resultado relevante.

En relación con el número de palabras diferentes (PD), en ambos grupos de informantes, el CI de mayor rango es “Mujer”, es decir, que contrariamente a lo esperado, incluso los hombres usan más palabras diferentes para referirse al sexo opuesto que al suyo propio, por lo que podemos inferir que ambos subgrupos sociales poseen una mayor riqueza léxica en el núcleo temático “Mujer” frente a “Hombre”.

Analizando ahora el promedio de palabras por informante, que es un índice muy significativo, en la medida en que no se relaciona con el distinto porcentaje de representación

de informantes de ambos sexos en la muestra, constatamos, con sorpresa, que la media de palabras activadas por los informantes masculinos para referirse al CI “Mujer” es ligeramente superior al de las informantes femeninas (9,88 frente a 9,03), mientras que las estudiantes superan ligeramente a los estudiantes en el núcleo temático “Hombre” (7,41 frente a 7,25), si bien la diferencia es, en este caso, menos reveladora.

En lo concerniente al índice de cohesión⁹, indicador que clasifica los CI en más o menos compactos o más o menos dispersos, en función del grado de homogeneidad del vocabulario activado por los sujetos en estudio (siendo la coincidencia total =1 y la coincidencia nula =0), se verifica que hay un alto grado de dispersión en las palabras apuntadas por los informantes en los dos CI, si bien la dispersión es superior en las informantes femeninas (0,06), lo que quiere decir que el vocabulario movilizado por los informantes masculinos es más homogéneo, esto es, hay una mayor coincidencia en sus respuestas.

Por último, si ponemos el foco en datos más específicos, que resultan del análisis individual de cada encuesta, cabe apuntar que quien produjo un mayor promedio de respuestas (14,5) fue la informante n.º 5, una estudiante portuguesa de 19 años, nativa de portugués europeo y oriunda del norte de Portugal; por su parte, quien activó el promedio más bajo (2), fue la informante n.º 10, una estudiante también portuguesa y nativa de portugués europeo, de 23 años y natural del centro de Portugal (esta estudiante no consignó ninguna palabra en el CI “Mujer” y escribió solo 4 en el CI “Hombre”).

4.2. Índices cualitativos

En este apartado presentaremos y discutiremos los principales resultados cualitativos obtenidos en nuestro estudio. Para ello, pondremos especial énfasis en el análisis del contenido de la lista de las 10 palabras más disponibles para el grupo de informantes masculinos y femeninos en cada centro de interés. Asimismo, también tendremos en cuenta la compatibilidad y la discrepancia entre los repertorios ofrecidos por cada grupo de informantes.

⁹ El índice de cohesión (IC) se obtiene del cociente entre el promedio de respuestas de un determinado grupo dividido por el total de palabras diferentes apuntadas por ese mismo grupo.

En la siguiente tabla aparecen las 10 palabras más disponibles para los elementos masculinos y femeninos de nuestra muestra en el CI “Mujer”, junto con su correspondiente índice de disponibilidad léxica (IDL)¹⁰:

TABLA 3 – Vocablos más disponibles en el centro de interés “Mujer”

	MUJERES		HOMBRES	
Rango	VOCABLO	IDL	VOCABLO	IDL
1	madre/s	0,3386	feminismo	0,4811
2	feminismo	0,2836	madre/s	0,3022
3	fuerza	0,2220	lucha	0,2356
4	desigualdad	0,2081	derechos	0,2014
5	(lo) femenino	0,1379	igualdad (de género)	0,1961
6	poder	0,1336	flor/es	0,1769
7	lucha	0,1321	abuela/s	0,1697
8	belleza	0,1150	ropas caras	0,1250
9	derechos	0,0982	víctima/s de violencia	0,1250
10	femicidio	0,0960	falda	0,1250

A la luz de los resultados recogidos en la anterior tabla, lo primero que cabe apuntar es que consideramos que tanto la fecha en la que pasamos las encuestas como la unidad didáctica dedicada a la efeméride del Día Internacional de la Mujer (8 de marzo) actuaron como acicates o impulsores del vocabulario movilizado por los estudiantes.

El poema de Gioconda Belli denuncia diversas situaciones de injusticia que las mujeres como colectivo han sufrido a lo largo de la historia y reivindica la “igualdad” de “derechos” y “oportunidades” a través de la lucha “feminista”. Esto explica la alta disponibilidad no solo de estos vocablos, sino también de “fuerza”, “lucha”, “poder”, “femicidio”, “desigualdad” y “víctimas de violencia”. También del vocablo “flores”, pues en el poema antes mencionado se

¹⁰ El índice de disponibilidad léxica se obtiene aplicando una fórmula matemática creada por López Chávez y Strassburguer en 1987 y tiene en cuenta no solo el grado de frecuencia de un determinado vocablo, sino también su posición en los listados de palabras escritas por los informantes.

repite constantemente la anáfora “Queremos flores” como forma de compensación por los agravios históricos infligidos al colectivo femenino.

Por otra parte, al escuchar el centro de interés “Mujer”, los informantes de ambos grupos han activado inmediatamente el vocablo “madre/s”, lo que puede deberse a que se trata para ellos de la principal figura femenina o, entonces que la maternidad es un rol exclusivo y, por lo tanto, distintivo, del género femenino, al igual que “abuela/s”, también dentro del ámbito familiar. En la lista de palabras más disponibles encontramos ya algunos estereotipos de género, como “belleza”, movilizado por las informantes como un atributo propio de las mujeres y “falda” y “ropas caras”, activados por los informantes masculinos en relación con el tópico “Mujer”.

En la tabla 4 se presenta la lista de las 10 palabras más disponibles para ambos grupos de la muestra, ahora en relación con el centro de interés “Hombre”:

TABLA 4 – Vocablos más disponibles en el centro de interés “Hombre”

	MUJERES		HOMBRES	
Rango	VOCABLO	ID	VOCABLO	ID
1	padre/s	0,3688	machismo	0,4377
2	machismo	0,3407	padre/s	0,2236
3	violencia	0,2376	patriarcado	0,2039
4	trabajo	0,1390	abuelo/s	0,1452
5	patriarcado	0,1382	fuerza	0,1250
6	fuerza	0,1281	peinado	0,1250
7	masculinidad	0,1221	trabajos arduos y pesados	0,1250
8	superioridad	0,1203	jugar al fútbol	0,1250
9	poder	0,0840	hijo/s	0,1104
10	fuerte/s	0,0827	presión	0,0993

También en este caso es posible constatar, aunque en menor grado, la influencia de la fecha en la que se administraron las pruebas, así como de la unidad didáctica dedicada a la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, lo que explica el alto índice de disponibilidad léxica de vocablos como “machismo”, “violencia”, “patriarcado”, “poder”, “superioridad”, “fuerza” y “fuerte/s”, si bien estos dos últimos son también vocablos asociados a la “masculinidad” tradicional, tal como los también evocados “trabajos arduos y pesados” y

“jugar al fútbol”. Por otro lado, llama la atención la presencia –en la lista de los 10 más disponibles para los hombres– de un vocablo (“peinado”, que ocupa el 6.º puesto) más asociado a la nueva masculinidad, de la que también forma parte la vanidad, un atributo tradicionalmente vinculado al universo femenino.

Asimismo, tiene un grado alto de disponibilidad el vocablo “padre/s”, como figura masculina de proximidad o de referencia o como un rol del colectivo masculino, que se asocia con “hijo/s” y también con “abuelo/s”.

Cabe destacar, por último, el vocablo “presión”, cuya activación, con las debidas reservas, puede deberse a lo que sienten algunos hombres ante el empuje del feminismo, que implica un cambio de perspectiva en relación con los roles sociales de género secularmente legitimados e interiorizados.

Analizando ahora la compatibilidad o discrepancia entre los repertorios ofrecidos por cada grupo de informantes, presentamos, en primer lugar, los vocablos compartidos en relación con el centro de interés “Mujer”:

TABLA 5 – Vocablos compartidos por los dos grupos de estudio en el centro de interés “Mujer”

N.º	Vocablo	N.º	Vocablo	N.º	Vocablo
1	madre/s	10	hija/s	19	femineidad
2	feminismo	11	niña/s	20	libre/s
3	fuerza	12	acoso	21	esposa/s
4	lucha	13	pelo	22	profesora/s
5	derechos	14	libertad	23	aborto
6	flor/es	15	amor	24	resiliencia
7	belleza	16	oprimida/s	25	reina
8	opresión	17	violencia		
9	abuela/s	18	cuidadora/s		

De los 178 vocablos o palabras diferentes activados por la muestra en el CI “Mujer”, los dos grupos en estudio comparten 25, por lo que el grado de compatibilidad léxica es del 14,04%. Destacamos, por no formar parte de la lista de los 10 más disponibles ya presentados en las tablas 3 y 4, los términos “opresión» y “oprimidas” frente a “libertad” y “libres”; también son

compartidos los términos “resiliencia”, “acoso”, “amor”, “aborto”, “femineidad”, “cuidadora/s”, “esposa/s”, “profesora/s” y “reina”, estos cinco últimos claramente estereotipados.

En la tabla 6 se recogen los 13 vocablos compartidos por los informantes masculinos y femeninos respecto al centro de interés “Hombre”:

TABLA 6 – Vocablos compartidos por los dos grupos de estudio en el centro de interés “Hombre”

N.º	Vocablo		Vocablo
1	machismo	8	poder
2	padre/s	9	trabajador/es
3	violencia	10	abuelo/s
4	patriarcado	11	hijo/s
5	fuerza	12	barba
6	trabajo	13	guerra/s
7	fuerte/s		

En este caso, de los 158 vocablos o palabras diferentes activados por la muestra en el CI “Hombre”, los dos grupos en estudio solo comparten estos 13, por lo que el grado de compatibilidad léxica es del 8,23%, es decir, bastante inferior al del núcleo temático “Mujer”. Observamos que casi todos los términos coincidentes forman parte de la lista de los 10 vocablos más disponibles para ambos grupos en el CI “Hombre”, de modo que solo destacamos, por estar ausentes de dicha lista, “trabajo”, “trabajadores”, “guerras” y “barba”, como actividades o atributos físicos propios del universo masculino.

Pero, si la lista de vocablos coincidentes aporta información relevante, es todavía más significativa para los objetivos de nuestra investigación la lista de vocablos usados exclusivamente por el grupo de informantes masculinos o por el grupo de informantes femeninos, pues consideramos que refleja la verdadera imagen, sin filtros, que ambos colectivos tienen de su propio sexo y del sexo opuesto, más allá de lo políticamente correcto, que sería el mensaje transmitido por el poema de Gioconda Belli.

Y aquí, claro está, los estereotipos de género afloran sin cortapisas, como podemos observar, prestando atención, en primer lugar, a la lista que contiene algunos de los vocablos discrepantes con relación al centro de interés “Mujer”:

TABLA 7 – Algunos vocablos discrepantes en el centro de interés “Mujer”

SOLO USADOS POR EL GRUPO «HOMBRES»	SOLO USADOS POR EL GRUPO «MUJERES»
perfume, procedimientos estéticos, bolsos, zapatos	maquillaje, tacones, pintalabios, vestidos, ropa, tiendas, diademas, pelo
sexismo, desigualdad salarial	desigualdad, injusticia, brecha salarial, explotación, techo de cristal
colores, joyas, pendientes	empoderamiento, valentía, independencia, sufragistas
gran cocinera	familia, matrimonio, amigas
manifestación	hace mil cosas al mismo tiempo
dietas	hogar, ama de casa
enfermera/s	dar a luz, maternidad
apoyo	violación, abusos
luna	Frida Kahlo, Barbie

Se percibe que tanto varones como féminas identifican a la “mujer” con vocabulario que tiene que ver con el cuidado de la imagen y con el hogar; además, para el grupo de informantes masculinos, el campo semántico de la “mujer” se relaciona con “colores”, con profesiones que tradicionalmente se han considerado femeninas, como “buena cocinera” o “enfermera”, con las manifestaciones del 8M, con la “luna” (en diáfana referencia a los efectos del satélite en el comportamiento y ciclos femeninos) y con el hecho de ser víctimas de injusticias como el “sexismo” o la “desigualdad salarial”.

Por su parte, las informantes femeninas incrementan la nómina de agravios que sufren y, además, son más precisas en su enunciación discursiva: “brecha salarial” y “techo de cristal”. Aluden también al ámbito doméstico, a su papel en el seno familiar y a su competencia multifuncional. Por último, activan dos referentes femeninos concretos (“Frida Kahlo” y “Barbie”), que se pueden considerar antagónicos, dado que representan distintos modelos de mujer: el primero, más moderno y el segundo, más tradicional o convencional.

Por último, la tabla 8 refleja el comportamiento de la variable “sexo” a partir de algunos vocablos no coincidentes en lo concerniente al centro de interés “Hombre”:

TABLA 8 – Algunos vocablos discrepantes en el centro de interés “Hombre”

SOLO USADOS POR EL GRUPO «HOMBRES»	SOLO USADOS POR EL GRUPO «MUJERES»
práctica de actividades radicales, conducir rápido	corbata, traje, pantalones, camisa/s, bigote, caballo
explorador, patriarcal, arrogante, reservado, valiente, reprimido/s, guapo/s, simpático/s	privilegiado/s, impaciente/s, inteligente/s, alto/s, opresor/es, amigo/s, autoritario/s, brusco/s, sexista/s, gris, protector/es, egoísta/s, peligroso/s, perezoso/s, fiestero/s
altanería, presunción, lucha, sentimientos, inconsciencia	acoso (sexual), masculinidad tóxica, violencia machista, poder político
mecánica, ingeniero/s, científico/s	Dinero, sueldo, autoridad, libertad, conservadorismo, historia, jerarquía, autoestima
marido/s, principal figura familiar, niño/s	homosexualidad, homofobia
llorar, mentir	policía, dueño, jefe, rey, héroe, político, senador, hombre de negocios, deportes, bebidas, cerveza
alcohol	esposo/s, familia, paternidad, hermano/s, macho, constructor, encabezamiento
dictaduras	superior socialmente, es el superior en todos los cargos
víctima de violencia si es homosexual	El que domina el mundo, tiene la vida facilitada, no puede llorar, pensamientos cerrados

En lo que atañe al centro de interés “Hombre”, los informantes masculinos se ven a sí mismo como “guapo/s”, “simpático/s” y “valientes”, pero también “altaneros” y “arrogantes”, entre otros atributos.

Las informantes femeninas, en cambio, los ven como “privilegiado/s”, “bruscos”, “peligroso/s”, “perezosos” y “fiesteros”, pero también “inteligentes” y “protectores”. Curiosamente, los asocian con el color “gris”, lo que quizás tiene que ver con la forma como visualizan el atuendo “profesional” masculino: “traje”, “corbata”, etc.

Asimismo, los informantes varones vinculan el concepto “hombre” con actividades o profesiones estereotipadas (consumo de alcohol o mecánica); con ser la “principal figura familiar”; con la figura del dictador; con la mentira; y con ser “víctima de violencia si es homosexual”.

En este orden de ideas, cabe señalar que las informantes mujeres activaron los vocablos “homosexualidad” y “homofobia” solo en relación con el centro de interés “Hombre”. También asocian a los varones con posiciones o profesiones de autoridad, como “dueño”, “jefe”,

“hombre de negocios” o “político”; con el ejercicio de la violencia (sexual); con su papel tradicional de sustentador principal del hogar; y con la idea de superioridad en todos los ámbitos, desde la sociedad a la política, pasando por su protagonismo en la historia.

Finalmente, destacamos que informantes de ambos grupos hayan activado la noción del llanto (“llorar”, las informantes femeninas, y “no puede llorar”, los varones) como algo que, por tradición, no se les permitía a los hombres, pues ponía en entredicho su masculinidad.

5. Conclusiones

Considerando los resultados obtenidos y recuperando el objetivo de partida de esta investigación, se concluye que, en efecto, el léxico activado por nuestros informantes refleja estereotipos de género cultural y socialmente transmitidos de generación en generación.

No obstante, el vocabulario movilizado por los sujetos de la investigación también revela un cierto cambio de mentalidad y una concienciación –tanto de los varones como de las féminas– con relación a las situaciones de injusticia de las que son/han sido víctimas las mujeres y a los nuevos roles de género que demanda la sociedad a través de la lucha feminista. Esta constatación denota que la actual coyuntura social en cuestión de género poco a poco se va normalizando entre los jóvenes.

Asimismo, la unidad didáctica “8 de marzo”, trabajada en el aula antes de la aplicación de las pruebas de disponibilidad léxica, parece haber actuado como estímulo adicional a la producción léxica de los encuestados, dado que han movilizado varios términos contenidos tanto en el poema de Gioconda Belli, eje temático de la mencionada situación de aprendizaje, como en las actividades de poslectura. Luego, el alto índice de disponibilidad léxica de vocablos como “flores”, “lucha”, “derechos” o “feminismo” pone de manifiesto la influencia del tema previamente abordado en la activación del vocabulario producido por este grupo de informantes.

Por otra parte, tal como apuntan estudios previos (Pacheco, Cabrera y González, 2017), nuestra investigación corrobora que el grupo de informantes femeninas son las de mayor producción léxica total, si bien las diferencias son mínimas, si nos fijamos en el índice “promedio de palabras por informante”, que es el más fiable, atendiendo a la descompensación de la muestra, constituida en este caso por un 78,37% de sujetos del sexo femenino frente a un 21,63% de sujetos del sexo masculino.

Sin embargo, no hemos podido ratificar las conclusiones de otros trabajos (González y Orellana, 1999) respecto al carácter más prestigioso y conservador del léxico femenino, dado

que en las encuestas los informantes masculinos no han vertido ningún disfemismo o palabra malsonante, pese a que los dos centros de interés propuestos («Hombre» y «Mujer») se prestaban a ello. Esta ausencia de disfemismos y tacos tiene que ver seguramente con las características de nuestros informantes: jóvenes adultos universitarios, a los que se les presupone un grado de madurez superior al de los estudiantes preuniversitarios. Ello explica que la presencia de expresiones peyorativas o “tabú” sean más habituales en investigaciones de disponibilidad léxica que toman como informantes a adolescentes que cursan la ESO¹¹ o el Bachillerato.

Por último, consideramos que este estudio refrenda la utilidad de las pruebas de disponibilidad léxica como “diagnóstico psicosocial, cultural y antropológico” (Trigo y González, 2011, p. 29), sin descartar su valor pedagógico-didáctico.

¹¹ Educación Secundaria Obligatoria

Referencias bibliográficas

- Ávila Muñoz, A. M. (2006). *Léxico disponible de los estudiantes preuniversitarios de Málaga*. Universidad de Málaga.
- Belli, G. y Lanseros, R. (2023). *Toda la poesía (1974-2020)*. Visor Libros.
- Casado Velarde, M. (1989). Léxico e ideología en la lengua juvenil. En F. Rodríguez González (Coord.), *Comunicación y lenguaje juvenil* (pp. 167-178). Editorial Fundamentos.
- Català, N. (1989). Consideraciones acerca de la pobreza expresiva de los jóvenes. En F. Rodríguez González (Coord.), *Comunicación y lenguaje juvenil* (pp. 203-216). Editorial Fundamentos.
- Costa, P. O., Pérez, J. M. y Tropea, F. (1997). *Tribus urbanas. El ansia de identidad juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violencia*. Paidós.
- dispoLex (s. f.). *¿Qué es el Proyecto panhispánico?* Recuperado de <http://www.dispoxlex.com/info/el-proyecto-panhispánico>
- Fernández dos Santos, M. (2024). Percepciones sobre la primera ola de la pandemia de COVID-19 en Portugal y España. Una aproximación al léxico disponible de universitarios portugueses. *Rua-L: Revista da Universidade de Aveiro. Letras*, 11, 35-59. <https://doi.org/10.34624/rual.v0i11.35734>
- Galloso, M. V. (2002). *El léxico de los estudiantes preuniversitarios en el distrito universitario de Salamanca* [Tesis de Doctorado]. Universidad de Salamanca.
- Gamazo Carretero, E. (2014). Estereotipos en el léxico disponible de universitarios portugueses. En E. Tobar E. y M. E. Mañas (Eds.), *El español como lengua extranjera en Portugal: retos de la enseñanza de lenguas cercanas. Tomo I* (pp. 28-41). Ministerio de Educación, Cultura y Deporte del Gobierno de España.
- García Moutón, P. (1999). *Cómo hablan las mujeres*. Arco/Libros.
- García Moutón, P. (2003). *Así hablan las mujeres: curiosidades y tópicos del uso femenino del lenguaje*. La esfera de los libros.
- Gómez Molina, J. R. y Gómez-Devís, M. B. (2004). *La disponibilidad léxica de los estudiantes preuniversitarios valencianos. Estudio de estratificación sociolingüística*. Universitat de València.
- Góngora, J. y Leyva, M. A. (2005). El alcoholismo desde la perspectiva de género. *El Cotidiano*, 132(1), 84-91. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32513209>
- González Martínez, A. y Orellana, J. (1999). Análisis del comportamiento de la variable sexo en el léxico disponible de Cádiz. *REALE*, 11(1), 65-73. <http://hdl.handle.net/10017/7445>
- Gougenheim, G., Michéa, R., Rivenc, P. y Sauvageot, A. (1956), *L'élaboration du français élémentaire: étude sur l'établissement d'un vocabulaire et d'une grammaire de base*. Didier.
- Hernández Cortés, C. (2014). *Tópicos y estereotipos españoles del siglo XXI en el aula de ELE* [Trabajo de Fin de Máster]. Universidad de Oviedo.
- Hernández Muñoz, N. (2004). *El léxico disponible de los estudiantes conquenses*. Ediciones de la Universidad de Salamanca.

- Herreros Marcilla, M. (2015). Los centros de carácter cultural en los estudios de disponibilidad léxica: análisis y nueva propuesta. En D. Izquierdo Alegría y M. Casado Velarde (Coords.), *Lenguas, lenguaje y lingüística. Contribuciones desde la Lingüística General* (pp. 279-290). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra.
- Lagüens Gracia, V. (2008). La variable sexo en el léxico disponible de los jóvenes aragoneses. En M. L. Arnal Purroy (Ed.), *Estudios sobre disponibilidad léxica en los jóvenes aragoneses* (pp. 102-161). Institución Fernando el Católico.
- Lera, M. J. (2002). *El fútbol y las casitas. Por qué las niñas y los niños son como son*. Guadalmena.
- López Chávez, J. y Strassburguer Frías, C. (1987). Otro cálculo del índice de disponibilidad léxica. En *Presente y perspectiva de la investigación computacional en México. Actas del IV Simposio de la Asociación Mexicana de Lingüística Aplicada* (s/p). Universidad Nacional Autónoma de México.
- López Meirama, B. (2008). *Léxico disponible en el español de Galicia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela.
- López Morales, H. (1973). *Disponibilidad léxica en escolares de San Juan*. MS.
- López Morales, H. (1995). Los estudios de disponibilidad léxica: pasado y presente. *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*, 35(1), 245-259.
- Lozano Domingo, I. (2005). *Lenguaje femenino, lenguaje masculino. ¿Condiciona nuestro sexo la forma de hablar?* Minerva Ediciones.
- Lugones, A. (2015). *El léxico disponible de los alumnos de secundaria bilingüe (español e inglés) en Salamanca* [Tesis de Doctorado]. Universidad de Salamanca.
- Martín Zorraquino, M. A. (1993). Observaciones sobre las propiedades atribuidas al habla femenina en el dominio hispánico. En R. Penny (Ed.), *Actas del Primer Congreso Anglo-Hispano, vol. I* (pp. 115-126). Castalia.
- Michéa, R. (1953). Mots fréquents et mots disponibles: un aspect nouveau de la statistique du langage. *Les Langues Modernes*, 47(1), 338-344.
- Pacheco, C. R., Cabrera, J. S. y González, I. (2017). Incidencia de la variable “sexo” en la disponibilidad léxica de estudiantes de preuniversitario en Pinar del Río, Cuba. *Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura*, 22(2), 237-253. <https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v22n02a05>
- Paredes, F. (2005). El campo léxico de los colores. Convergencias y divergencias en grupos sociales de Madrid. En *Memorias del XIV Congreso Internacional de la ALFAL, vol. I, quinta parte: Dialectología y sociolingüística*, (CD-ROM, sin paginación).
- Prado Aragonés, J. y Galloso Camacho, M. V. (2005). *Léxico disponible de Huelva. Nivel preuniversitario*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- Ríos González, G. (2007). Diferencias léxicas entre el hombre y la mujer en tres centros de interés: saludos, temas de conversación y despedidas. *Filología y Lingüística*, XXXIII (1), 151-166.
- Rivière, M. (1989). Moda de los jóvenes: un lenguaje adulterado. En F. Rodríguez González (Coord.), *Comunicación y lenguaje juvenil* (pp. 71-77). Editorial Fundamentos.
- Rodríguez González, F. (Coord.) (2002). *El lenguaje de los jóvenes*. Ariel.

- Rodríguez González, F. (Coord.). (1989). *Comunicación y lenguaje juvenil*. Editorial Fundamentos.
- Rodríguez Menduiña, P. (2006). *Estereotipos culturales sobre España en aprendices estadounidenses de ELE* [Trabajo de Fin de Máster]. Universidad de Salamanca.
- Salido López, J. V. y Salido López, P. V. (2021). Análisis diacrónico de los roles y estereotipos de género en las ilustraciones de la literatura infantil y juvenil. *Tejuelo: Didáctica de la Lengua y la Literatura*, 34(1), 15-48.
- Salido Machado, E. (2021). *La disponibilidad léxica como diagnóstico de estereotipos en el alumnado de 1.º de secundaria* [Trabajo de Fin de Máster]. Universidad de las Palmas de Gran Canaria.
- Samper Padilla, J. A. y Samper Hernández, M. (2006). Aportaciones recientes de los estudios de disponibilidad léxica. *LynX. Panorámica de Estudios Lingüísticos*, 5(1), 5-95. <http://hdl.handle.net/10553/121416>
- Sandu, B. (2012). La disponibilidad léxica en alumnos rumanos de ELE: incidencia de la variable “sexo/género” y su correlación con el “nivel escolar”. *Lingua Americana*, 31(1), 61-85. <http://hdl.handle.net/10553/119068>
- Santos Díaz, I. C. (2015). El impacto de las estancias en el extranjero en el léxico disponible en francés e inglés de estudiantes de posgrado. *E-AESLA*, 1(1), 1-11.
- Sifrar Kalan, M. (2020). Estereotipos culturales sobre España en estudiantes universitarios extranjeros: el caso de los Erasmus eslovenos. *Ogigia: Revista electrónica de estudios hispánicos*, 27(1), 213-234. <https://doi.org/10.24197/ogigia.27.2020.213-234>
- Tannen, D. (1996). *Género y discurso*. Paidós.
- Trigo, E., y González, A. E. (2011). Estudio del comportamiento de la variable sexo en el léxico disponible de los preuniversitarios sevillanos. *Diálogo de la Lengua*, 3(1), 28-41. <http://hdl.handle.net/10498/20664>
- Zimmermann, K. (2002). La variedad juvenil y la interacción verbal entre jóvenes. En F. Rodríguez González (Coord.), *El lenguaje de los jóvenes* (pp. 137-163). Ariel.

Linguagem e resistência: Trajetória do discurso feminino na luta contra a opressão

Patricia Orlando

Universidade de São Paulo (Brasil)

patricia.vicenza@gmail.com

Resumo: A história do pensamento na Europa Ocidental condicionou nossa percepção das diferenças humanas por meio de oposições simplistas: bom versus mau; dominante versus subordinado. Contudo, as bases para tais classificações não estão explicitamente estabelecidas e permite que o próprio sistema reforce as distinções que ele mesmo criou. Assim, determinados grupos — de negros e, especialmente, mulheres — são sistematicamente marginalizados, vistos como dispensáveis aos ideais de lucro e poder em suas diferentes formas. Esse processo de opressão leva o grupo a adotar, por vezes, a linguagem e o comportamento de seus opressores em uma busca inconsciente de sobrevivência ou de ilusória proteção. Audre Lorde questiona: “Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lutam contra nossa opressão nos convidam a compartilhar nosso conhecimento com eles” (Lorde, 2019, p. 239). A partir dessa questão, este estudo visa explorar como as mulheres - cujos corpos, intelecto e vidas são estigmatizados - têm reivindicado um novo espaço social por meio da linguagem, principalmente na virada do século XX para o XXI. Traçaremos um percurso analítico desde os textos de Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949) até as contribuições contemporâneas de Judith Butler (*Gender Trouble*, 1990), Sueli Carneiro (*Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, 2003), Gayatri Spivak (*Can the Subaltern Speak?*, 1988). Nosso objetivo é examinar a evolução do debate sobre o papel da mulher no discurso e, por uma abordagem dialética inspirada nos estudos culturais, discutir como essas pensadoras foram, elas próprias, moldadas por seus contextos históricos e se os debates e as estratégias linguísticas continuam os mesmos. A metodologia adotada será a análise textual crítica. Trabalharemos com a leitura atenta de um ensaio ou trecho representativo da obra de cada autora, atentando para os mecanismos linguísticos e retóricos que sustentam seus argumentos. A análise considerará também os elementos contextuais (época, local, trajetória intelectual) para compreender as singularidades de cada produção teórica e seus vínculos com lutas políticas específicas. Este exame nos permitirá identificar os mecanismos linguísticos e discursivos utilizados para desafiar o *status quo* e para promover uma reivindicação efetiva do conhecimento feminino. Este projeto visa contribuições significativas para o entendimento da dinâmica do discurso feminino e para revelar tanto avanços quanto desafios persistentes na luta contra a citada opressão sistêmica.

Palavras-chave: Feminismo Contemporâneo; Estratégias Discursivas; Identidade de Gênero; Teoria Crítica; Cultura e Poder.

Abstract: The history of thought in Western Europe has shaped our perception of human differences through simplistic oppositions: good versus evil; dominant versus subordinate. However, the foundations of such classifications are not explicitly defined, allowing the very system to reinforce the distinctions it has created. As a result, certain groups — notably Black people and especially women — are systematically marginalized, regarded as dispensable in

relation to ideals of profit and power in their various forms. This process of oppression often leads the oppressed group to adopt the language and behavior of their oppressors in an unconscious attempt at survival or illusory protection. Audre Lorde questions: “Whenever the need for some kind of communication arises, those who fight against our oppression invite us to share our knowledge with them” (Lorde, 2019, p. 239). Building on this question, this study aims to explore how women — whose bodies, intellect, and lives are stigmatized — have claimed a new social space through language, particularly at the turn of the twentieth to the twenty-first century. We will trace an analytical path from the texts of Simone de Beauvoir (*The Second Sex*, 1949) to the contemporary contributions of Judith Butler (*Gender Trouble*, 1990), Sueli Carneiro (*Racism, Sexism and Inequality in Brazil*, 2003), and Gayatri Spivak (*Can the Subaltern Speak?*, 1988). Our objective is to examine the evolution of the debate on the role of women in discourse and, through a dialectical approach inspired by cultural studies, to discuss how these thinkers were themselves shaped by their historical contexts and whether the debates and linguistic strategies remain the same. The adopted methodology will be critical textual analysis. We will engage in close readings of an essay or representative excerpt from each author’s work, focusing on the linguistic and rhetorical mechanisms that underpin their arguments. The analysis will also consider contextual elements (time, place, intellectual trajectory) to understand the singularities of each theoretical production and its connections with specific political struggles. This examination will allow us to identify the linguistic and discursive mechanisms used to challenge the status quo and to promote an effective claim to female knowledge. This project seeks to offer significant contributions to the understanding of the dynamics of female discourse and to reveal both advances and ongoing challenges in the struggle against the aforementioned systemic oppression.

Keywords: Contemporary Feminism; Discursive Strategies; Gender Identity; Critical Theory; Culture and Power.

A história do pensamento na Europa Ocidental condicionou nossa percepção das diferenças humanas por meio de oposições simplistas como bom versus mau e dominante versus subordinado, sem bases claramente estabelecidas. Este processo sistêmico marginaliza grupos específicos, principalmente de mulheres, que frequentemente adotam a linguagem e o comportamento de seus opressores numa busca inconsciente por sobrevivência ou proteção ilusória.

Conforme argumenta Judith Butler (1990), essas oposições binárias são construções normativas que produzem e mantêm hierarquias de poder. Portanto, não são categorias naturais, mas estruturas reiteradas por práticas discursivas e sociais. A autora afirma que “o gênero é a repetição estilizada do corpo, uma série de atos repetidos dentro de um quadro regulatório altamente rígido” (Butler, 1990, p. 33), o que confere aparência de naturalidade ao que é, na verdade, culturalmente imposto. Essa repetição, segundo ela, é responsável pela consolidação de subjetividades que incorporam as normas dominantes como condição de reconhecimento. Butler (1997) explica que “torna-se sujeito justamente ao se submeter às normas que não se

escolheu” (Butler, 1997, p. 2), revelando que a adoção inconsciente do discurso do opressor é, muitas vezes, uma forma de se manter visível ou aceitável dentro da lógica hegemônica.

Inspirado pela interrogação de Audre Lorde sobre a comunicação da opressão ("Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lutam contra nossa opressão nos convidam a compartilhar nosso conhecimento com eles" – Lorde, 2019, p. 239), esta apresentação busca explorar por quais mecanismos discursivos as mulheres têm reivindicado novos espaços sociais, especialmente na virada do século XX para o XXI.

Mas antes de passarmos pelas autoras que iremos analisar, mesmo que de maneira breve, é importante fazer um arcabouço sobre a importância de se estudar as transições linguísticas não só nas teorias feministas, mas também em todo escrito realizado por mulheres. O discurso feminista, desde suas raízes, se desenha como uma grande discussão sobre como interpretar o discurso. Não é de hoje que feministas e outras teóricas trabalham por um contexto marcado pela problematização da linguagem. Tomando emprestada a ideia de Nancy Fraser (2019), que fala sobre a raiz de todo pensamento enraizado no pós-modernismo segue uma forma historicamente específica, a da "sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação.” (Fraser em Buarque de Hollanda, 2019, p. 32) Essa condição foi diagnosticada por Jean-François Lyotard, cunhando a explicação sobre um fim das metanarrativas filosóficas, ocasionada exatamente por essa transição linguística, uma vez que ao identificarmos uma certa densidade e peso aos processos significantes levantamos suspeitas sobre a possibilidade de uma matriz neutra e estável permanente para a investigação linguística.

Frente a essa pequena introdução teórica, vamos analisar, como pensadoras utilizaram a linguagem não apenas para refletir suas realidades mas também uma tentativa de resistência para tensionar o *status quo*: e, mais do que isso, qual tipo de discurso elas utilizaram. A seleção das autores partiu de critérios metodológicos que articulam três eixos principais: relevância teórica no debate contemporâneo sobre o conceito de mulher e feminismo, posicionamento geopolítico dentro e fora do centro do capitalismo e temporalidade das contribuições. A primeira dimensão refere-se à centralidade que essas pensadoras ocupam na produção crítica desde os anos 1960 e que influenciaram decisivamente os campos dos estudos de gênero, teoria pós-colonial, crítica social e epistemologia feminista. A segunda dimensão parte-se da necessidade em confrontar perspectivas eurocêntricas e periféricas, ao utilizarmos a formulação de Fredric Jameson (1981) sobre os limites da periferia do capitalismo, para destacar vozes que

produzem saberes a partir de contextos historicamente marginalizados. A terceira dimensão refere-se à valorização tanto de obras canônicas, como Simone de Beauvoir, quanto intelectuais cuja produção se intensificou nas últimas décadas, como Sueli Carneiro e Judith Butler, para que se tenha uma assimilação transversal entre diferentes gerações. Essa combinação permite observar como determinados conceitos, como identidade, agência, subalternidade ou diferença, foram tensionados e reformulados conforme o deslocamento histórico, geográfico e político das epistemologias críticas. Serão elas: Simone de Beauvoir, Judith Butler, Sueli Carneiro, Gayatri Spivak.

Iniciaremos com Simone de Beauvoir¹. A filósofa e escritora francesa desempenha um papel seminal na constituição do pensamento feminista moderno, com uma produção teórica extensa e de grande impacto. Para fins analíticos, tomamos como ponto de partida uma de suas formulações mais emblemáticas: *“On ne naît pas femme, on le devient”* — comumente traduzida como “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase, extraída de sua obra *Le Deuxième Sexe* (1949), tornou-se um marco teórico e um dos mais difundidos pelos movimentos feministas contemporâneos. Para compreendê-la adequadamente, é necessário analisar os fundamentos filosóficos e existencialistas que sustentam o discurso de Beauvoir, especialmente sua concepção da identidade feminina como uma construção histórica, social e cultural, em oposição a uma essência biológica imutável.

Ela centra seu discurso em *O Segundo Sexo* (2009), como arcabouço teórico e justificativa do discurso, a questão do naturalismo e do essencialismo. Beauvoir faz o que ela chama de exame dos “dados da biologia” (Beauvoir, 1949, I, pp. 35-77). Antes desses dados, Beauvoir lembra os lugares comuns que diferenciam o masculino e o feminino. Há uma passagem interessante sobre isso: *“O que é a mulher? É muito simples, dizem os amantes de fórmulas descomplicadas: é um útero, um ovário; ela é mulher: esta palavra é suficiente para defini-la. Na boca de um homem, o epíteto “feminino” soa como um insulto; no entanto, não se envergonha da sua animalidade, pelo contrário, orgulha-se se alguém diz dele: “É homem!”*

¹ A ordem de apresentação das autoras — Simone de Beauvoir, Judith Butler, Sueli Carneiro e Gayatri Spivak — segue uma lógica genealógica e geopolítica. Inicia-se com Beauvoir por seu papel inaugural na crítica à construção histórica da mulher no pensamento ocidental. Judith Butler é apresentada em seguida por desenvolver uma interlocução crítica com Beauvoir, especialmente ao radicalizar suas premissas no campo da performatividade e da normatividade de gênero. A transição para Sueli Carneiro introduz uma inflexão não eurocentrada, trazendo à tona uma perspectiva afro-brasileira e interseccional, que tensiona as universalizações presentes nas formulações teóricas ocidentais. Por fim, Gayatri Spivak amplia esse deslocamento ao problematizar as formas de silenciamento e representação da mulher subalterna no contexto pós-colonial, articulando uma crítica sofisticada aos limites das epistemologias hegemônicas.

(Beauvoir, 2009. p. 15) Dessa forma, temos uma transferência do termo *femme/feminilite* - mulher/feminino/feminilidade. Ele passa a ser negativo, não porque enraíza a mulher na natureza, mas porque a confina ao seu sexo, à sua biologia; e se esta natureza parece desprezível ao homem e inimigo mesmo entre animais inocentes, é obviamente por causa da hostilidade inquieta que a mulher desperta nele; no entanto, o homem quer encontrar na biologia uma justificativa para esse sentimento. No quesito histórico, devemos lembrar que a obra *Segundo Sexo* foi escrita em 1940 e publicada em 1949, ou seja, pós-segunda guerra mundial, momento no qual começam a fervilhar os primeiros conceitos feministas, já que as mulheres haviam desempenhado papéis cruciais durante a guerra, ao trabalhar em fábricas e a servir em muitas outras capacidades, o que levou a questionamentos sobre os papéis tradicionais de gênero após o retorno à "normalidade". Além disso, as mulheres tinham acabado de conquistar o direito ao voto na França - em 1949.

A forma, portanto, do discurso de Beauvoir firma a tese central da obra de que a mulher (e não a mulher) é o Outro porque não é outra senão o seu sexo, num mundo cujo princípio é inteiramente masculino - inclusive os valores linguísticos naturalizantes e positivos, centrado na figura masculina. Para Beauvoir, portanto, o uso linguístico para designar a mulher concentra-se principalmente em questões naturais - ou seja, que poderia ser imutável. Portanto, quando se ressalta que nos tornamos mulher, há uma virada linguística. Nela, entendemos que a mulher não é *natural*, mas sim *formada* e também condicionada aos meios pelos quais ela está engendrada. Não por acaso, nas décadas de 1960 e 1970, parte dos movimentos feministas e da nova esquerda ocidental se inspiraram no ideário revolucionário oriundo de países do Sul global, como a Revolução Cultural Chinesa, promovida por Mao Tsé-Tung, cuja obra *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung* (1966) — conhecida como "Livro Vermelho" — circulou amplamente entre militantes. Embora Simone de Beauvoir não tenha se filiado diretamente à linha maoísta, suas críticas à sociedade de consumo, à estrutura patriarcal e ao modo de vida burguês dialogavam com o espírito contestatório da época, compartilhando o repúdio à alienação capitalista e à objetificação da mulher no mercado. Essa afinidade crítica ajudou a consolidar uma aliança ideológica informal entre o feminismo existencialista e correntes revolucionárias anti-imperialistas. O incentivo pós-guerra ao consumismo em massa no Ocidente começa a crescer e, com ele, novas questões culturais e identitárias se desvelam e desembocam nas diferentes reivindicações de 68. Com a consolidação do consumismo como forma dominante de subjetivação no capitalismo tardio, o embate político desloca-se cada vez mais para o terreno simbólico e sensível. Nesse contexto, ganha força a ideia de um socialismo

estético, entendido aqui como uma reorganização crítica das formas de vida, da visibilidade e dos modos de existência. Uma política das sensibilidades que desafia o modo como o capitalismo estrutura não apenas o trabalho e a produção, mas também o desejo, o corpo e a identidade. Como argumenta Jacques Rancière (2005), toda política é, em última instância, uma “partilha do sensível”: uma disputa sobre quem pode aparecer, falar, ocupar espaço e ser reconhecido como sujeito legítimo. Da mesma forma, Fredric Jameson (1981) aponta para o “impulso utópico” presente na estética como veículo de crítica totalizante ao capitalismo.

É a partir dessa chave — de que as lutas identitárias são também lutas estéticas e políticas — que se torna fundamental a leitura de Judith Butler, segunda autora aqui analisada. Sua teoria da performatividade de gênero representa uma inflexão decisiva nesse quadro, ao demonstrar como as identidades de gênero não são dados naturais, mas efeitos reiterados de discursos normativos que regulam corpos e condutas. Se o “socialismo estético” busca deslocar os códigos visuais e simbólicos hegemônicos, Butler oferece as ferramentas conceituais para compreender como tais códigos produzem (e podem desestabilizar) a norma de gênero.

A partir do seu conceito de política performativa, que adquire principalmente de pensadores como Michel Foucault, Butler elabora o cerne de sua teoria de gênero centrada na ideia de que gênero é uma performance e as questões naturais podem ser entendidas como pré e preceitos linguísticos destinados a confinar os indivíduos numa ética que caberia à uma determinada sociedade. Butler é influenciada por uma tradição crítica que compreende a linguagem como prática social, carregada de disputas simbólicas e de efeitos materiais sobre os corpos. Entre os autores que expressam essa consciência da linguagem como instrumento de construção do real, destaca-se o texto *Ruelas* de Júlio Cortázar (2003), que defendia a urgência de observarmos como usamos a linguagem para descrever o mundo, pois esse uso está saturado de sentidos — conscientes e inconscientes — moldados por legados de luta e submissão. Essa reflexão converge com a proposta de Butler ao entender que os discursos não apenas nomeiam o mundo, mas produzem identidades, hierarquias e exclusões, operando de forma performativa sobre a realidade. Por esse tipo de entendimento, Butler concentra seu estudo na performance de gênero a partir da linguagem com a qual desvendamos o mundo.

Na introdução de seu livro, *Excitable Speech* (1997), intitulada: “Sobre a vulnerabilidade linguística”, já temos um belo panorama da problemática que aqui colocamos como objeto de discussão. Butler questiona o “poder de ferir” da invenção, que reflete uma relação complexa “de discordância e inseparabilidade entre o corpo e a fala, mas também consequentemente entre a fala e a sua fala” (1997, p. 20). A questão aqui já é se as palavras podem “ser separadas do

seu poder de ferir e recontextualizadas de formas mais positivas”. Ou seja: as mesmas questões de Beauvoir: se devemos nos tornar mulher ou qualquer gênero que for, a escolha do discurso por detrás dessa narrativa dirá muito onde esse indivíduo se encaixa - se é que haverá encaixe.

Ora, se “o poder que um nome tem de ferir” (1997, p. 69), como diz Butler, se baseia de fato numa interpelação que visa designar um sujeito, os efeitos desta interpelação não são mecânicos e “a eficácia com que esse poder é exercido” baseia-se numa historicidade, na sedimentação dos usos do nome que levam ele a uma repetição. Essa repetição, portanto, é uma performance. A utilização dessas palavras mostra como a identidade, tanto para Beauvoir, quanto para Butler, é centrada num discurso instável e estilizado, e, portanto, refém sobretudo da historicidade.

Quando afirmamos ter sido feridos pela linguagem, fazemos que tipo de afirmação? Atribuímos uma agência à linguagem, o poder de ferir, e nos posicionamos como objetos de sua trajetória injuriosa. Afirmamos que a linguagem atua, e atua contra nós, e essa afirmação é, por sua vez, uma nova instância da linguagem, que procura bloquear a força da instância anterior. Desse modo, exercitamos a força da linguagem mesmo quando buscamos conter a sua força, presos a uma trama que nenhum ato de censura é capaz de desembaraçar. (Butler, 2021. p. 10)

Afinal, a partir dessa prerrogativa o discurso, na verdade, é uma ilusão de essência. Mulher, portanto, seria uma situação histórica e não um fato cultural. Dessa forma, a linguagem utilizada para determiná-la seria sempre da instabilidade categórica. Alguns exemplos que levam à essa instabilidade categórica proposital: não-essencialismo de gênero, uso de linguagem neutra e metáforas de opressão.

A partir dessa prerrogativa de análise crítica das estruturas de opressão, inclusive em seu funcionamento simbólico e discursivo, passamos à obra de Sueli Carneiro, uma das mais importantes intelectuais brasileiras no campo da filosofia política, da teoria feminista e dos estudos raciais. Sua reflexão fundamenta-se na interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, a partir de uma epistemologia situada que recusa a neutralidade eurocêntrica. Em seus escritos, a autora investiga como os pressupostos coloniais de violação racial e identitária, sobretudo contra mulheres negras e indígenas, não são apenas resquícios históricos, mas fundamentos estruturantes da identidade nacional brasileira. Para Carneiro, o pacto social brasileiro está alicerçado na naturalização da exclusão racial e de gênero, o que exige, para ser desfeito, não apenas políticas de redistribuição, mas um reposicionamento simbólico e epistêmico das subjetividades subalternizadas.

Carneiro (2019), em seu texto “Enegrecer o feminismo”, fala especificamente sobre o povo brasileiro e o modo como o racismo estrutura as relações sociais e políticas no país. No entanto, é possível traçar paralelos claros entre o discurso mobilizado por ela e os debates mais amplos sobre as violências de gênero e raça. A autora demonstra como a colonialidade do poder permanece ativa na contemporaneidade, reproduzindo desigualdades fundadas em marcadores raciais e sexuais, sobretudo no caso das mulheres negras, que ocupam a posição social mais vulnerabilizada dentro da sociedade brasileira. Ao afirmar a urgência de um feminismo negro, Carneiro refere-se à necessidade de desconstruir as narrativas universalizantes do feminismo hegemônico, que frequentemente invisibilizam as experiências e demandas das mulheres racializadas:

[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.

Carneiro aborda nesse mesmo texto um ponto que pode ter passado despercebido para a análise do discurso de diversas teóricas: a de que existem subtipos de discursos de acordo com a mulher com a qual estamos falando. Portanto, Carneiro utiliza muito de um discurso centrado nos atributos violentos e segregadores que a língua tem. Dessa forma, ela denuncia o *status quo* atirando contra a realidade a própria violência que ela provoca. Essa luta no discurso também é decorrente do pano histórico no qual os escritos de Carneiro foram escritos. Ela escreveu a maior parte dos seus textos entre o final dos anos 70 e anos 2000. Ou seja, começou a escrever num período em que o Brasil ainda estava sob a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. De forma resumida, este foi um período de censura severa, mortes e repressão política e supressão de qualquer tipo de movimento sociais. Paralelamente, foi nos anos 80 que o movimento negro no Brasil ganhou força, juntamente com a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Sueli fez a interseccionalidade entre essa luta e a luta das mulheres. Carneiro não só escreveu, mas também desempenhou um papel ativo importante: participou da fundação do *Geledés — Instituto da Mulher Negra*, em 1988, que se tornou uma das organizações mais influentes na promoção dos direitos das mulheres negras no Brasil.

A partir desse cenário, fica claro entender porque é comum encontrarmos nos escritos de Sueli frases como “Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres

com identidade de objeto.” (2019, p. 314) Isso porque as mulheres já trabalhavam - as mulheres negras, já relacionadas historicamente como força trabalhadora.

Diferentemente de Beauvoir e Butler, Carneiro utiliza-se da própria linguagem como um discurso fatal, guerreiro e que levanta lutas importantes — ou seja, não luta contra a linguagem em si, mas sim utiliza-se dela para pautar as batalhas. Enquanto as duas primeiras se concentram num tom mais ético e naturalizante, num aspecto performativo, no qual a luta se dá por meio da repetição e subversão das normas de gênero, Carneiro utiliza-se do discurso de luta na linguagem e na práxis, como se a política do discurso feminino na luta contra a opressão fosse baseada em demonstrar — ou melhor, escancarar — as contradições e violências linguísticas resultantes de processos históricos a partir de variáveis de raça, classe e gênero.

Sobre a questão da mulher e sua figura pós-colonial temos Gayatri Spivak (2019), a teórica indiana mais conhecida por seu artigo "Can the Subaltern Speak?", possui na centralidade da sua teoria o discurso sobre "subalternidade", "estratégias de resistência", e "crítica pós-colonial". Não é raro, em seus textos — como no artigo Quem reivindica a alteridade? —, Spivak pautar sua análise do conceito feminista a partir do aparato histórico. Para ela, a saída seria eliminar as oposições binárias e continuidades que sempre emergem nos supostos relatos do real. Dessa forma, o discurso de Spivak concentra-se, em ambos os artigos, em diversos questionamentos sobre a noção de sujeito. A partir dessa perspectiva discursiva, seria impossível à Mulher tornar-se sujeito e construir-se performativamente², como propuseram Beauvoir e Butler.

Quando incitamos uma visão a partir do chamado Terceiro Mundo, vemos que essa natureza e performance são muitas vezes pressionadas por uma política cultural - sempre baseada na repetição. Em outras palavras: não há uma completa independência estrutural em países do Terceiro Mundo. Não por acaso, vemos tanto em Carneiro quanto em Spivak a intensa utilização de um discurso voltado à criação de um campo de batalhas: arena, poder e legitimação, por exemplo, são alguns dos termos amplamente utilizados por Gayatri. Mas não teria como ser diferente, afinal, o discurso de legitimação coletiva, institucional e política incita por si só a violência epistêmica da lei e educação coloniais. Precisamos lembrar que a Índia desta época (anos 90) estava passando por grandes reformas - foi nessa época que começa a acontecer a

² O termo performatividade aqui refere-se à formulação de Judith Butler (1990), baseada em teorias dos atos de fala, segundo a qual o gênero não é uma essência ou atributo fixo, mas o efeito de repetições normativas que produzem a identidade como aparência de naturalidade.

liberalização da economia e um período de intensos movimentos dos Dalits (anteriormente chamados de "intocáveis", de casta "inferior") que começaram a estar ativamente envolvidos em lutas por direitos civis e emancipação social. Esse período foi marcado, portanto, por movimentos que desafiavam a estratificação de castas e também por diversas conquistas para a legislação pró-mulher, incluindo a Lei de Proteção da Mulher contra Violência Doméstica de 1986.

Assim, o subalterno - e aqui falamos sobretudo das mulheres - é um sujeito que não pode falar. Portanto, a luta de Spivak, assim com a de Carneiro, é feita com armas linguísticas - mais do que filosofar sobre o papel do discurso feminino, ambas denunciam o contexto pós-colonial global. Portanto, citando aqui Spivak, "nosso modelo deve ser o de uma crítica da cultura política, do culturalismo político, cujo veículo é a escritura de histórias legíveis, seja do discurso dominantes, seja das histórias alternativas." (2019, p. 253)

Ao contrário dos intelectuais a quem denomina pós-estruturalistas, a autora não aposta no fim da representação, mas traça limites para ela, na medida em que o papel do intelectual não seria o de falar pelo/a subalterno/a.

Talvez a grande contribuição de Gayatri também aqui para o nosso debate relaciona-se ao não apenas de como sua obra seja um marco para os estudos de gênero. Mas também como sedimenta o debate sobre a autoridade etnográfica, sobre o "lugar de fala" e a chamada "virada ontológica" na antropologia que muito se relaciona com o que estamos discutindo sobre o discurso feminino na luta contra a opressão.

Muito nos interessa essa virada ontológica citada anteriormente, fato este porque tanto Beauvoir, quanto Butler, Carneiro e Spivak propõem essa nova tensão. Se antes falamos das diferenças entre cada uma - e por que elas foram expoentes no discurso feminino - agora falaremos sobre suas similaridades. Primeiramente, é necessário levantar a bandeira do reconhecimento da existência de múltiplas realidades — e aqui buscamos sublinhar, em particular, a realidade feminina. A questão central que essas autoras colocam pode ser delimitada da seguinte forma: que tipo de realidade é evidenciado nos discursos que nos cercam? Qual é o imaginário que sustenta essa concepção do real? Em outras palavras, o que está fora da língua — suas condições históricas, materiais e ideológicas — é precisamente o que permite à língua significar. Trata-se, portanto, de compreender a linguagem não apenas como expressão, mas como campo de disputa pela construção do que é tomado como realidade.

Além disso, tais teóricas propõem, cada uma à sua medida, o descentramento do sujeito humano. Desloca, assim, o foco narrativo ao considerar outros elementos do discurso que

influenciam a vida das mulheres e suas lutas. Além disso, o discurso focado em criticar as narrativas dominantes que perpetuam a opressão das mulheres - seja apontando tais opressões, seja criando mecanismos para lutar contra elas. A luta contra a opressão, nesses exemplos, é centralizada no discurso de crítica à estrutura de poder: mais do que falar apenas sobre o termo que rodeia “mulher”, todas elas ajudam a desvendar como as estruturas de poder são mantidas e reproduzidas por meio de realidades construídas: sejam elas “naturalizantes”, “performáticas”, “racializadas” ou “colonizadas”. Como cada uma dessas visões pode explicar os discursos que continuam a perpetuar a opressão às mulheres? Talvez, ao final deste texto, a grande questão não seja apenas compreender o que essas autoras dizem, mas como seus textos evidenciam certos pilares críticos fundamentais. Em primeiro lugar, todas se colocam contra a naturalização das identidades, reafirmando que gênero, raça e classe são construções históricas e sociais. Em segundo, mobilizam a linguagem não como instrumento neutro, mas como campo de poder, capaz de oprimir e de resistir. Em terceiro, promovem a desconstrução de dicotomias binárias que sustentam hierarquias (como homem/mulher, branco/negro, sujeito/subalterno). Por fim, apontam para a necessidade de confrontar as estruturas históricas de opressão — patriarcais, coloniais e raciais — ainda operantes nas sociedades contemporâneas. Identificar esses pilares, como foi feito ao longo deste texto, mais do que sistematizar conceitos, é perceber nos próprios textos as estratégias discursivas e políticas que atravessam a teoria feminista em sua multiplicidade.

Pensar nessas autoras é buscar uma reflexividade ontológica que seja intacta ao sujeito, instigar a pensar novas formas de interpretar a linguagem, os textos e as performances a partir dessas prerrogativas que percebem as histórias inconscientes que sempre estão presentes. O contexto cultural - que sustenta tais desigualdades e discursos que todas essas autoras nos dão ferramentas para combater - só pode ser mudado ao existir um esforço para com a desarticulação da produção daquele sujeito, sempre escondido por uma estrutura arraigada de relações e dependências culturais e econômicas. São essas novas ferramentas de articulação que nós, teóricas do discurso, podemos mobilizar para decifrar não apenas um determinado autor ou autora, mas todo o aparato simbólico, histórico e ideológico que os circunda — e que, por consequência, também nos atravessa. Afinal, de onde vem a opressão? Alguém a viu? Ela se materializa nos gestos cotidianos, nas normas implícitas, nas linguagens naturalizadas. É hora de desarticular os discursos hegemônicos, desestabilizar as certezas que sustentam a violência simbólica, e imaginar novas formas de dizer e de existir. Isso, sim, é utópico — e, justamente por isso, revolucionário. Um gesto de ruptura. Um respiro diante da distopia.

Referências bibliográficas

- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1986). Le point de vue du matérialisme historique. In: *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard Éducation.
- Buarque de Hollanda, H. (org.). (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Escritos de uma vida*. Organização de Márcia Lima. São Paulo: Jandaíra.
- Cortázar, J. (2003). *Rayuela* (cap. 68). Cátedra. (Traduzido para o português como *O jogo da amarelinha*. São Paulo: Companhia das Letras).
- Dikötter, F. (2015). *A tragédia da libertação: uma história da revolução chinesa, 1945–1957*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP.
- Fort, P. (2016). La condition féminine et le féminisme. In *Simone de Beauvoir* (pp. 153–168). Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes.
- Hooks, b. (1981). *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press.
- Jameson, F. (1981). *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. Ithaca: Cornell University Press.
- Jameson, F. (2005). *Archaeologies of the future: the desire called utopia and other science fictions*. London: Verso.
- Mao, T.-T. (1967). *Citações do Presidente Mao Tsé-Tung* (H. Ming, Trad., 2ª ed.). Edições em Línguas Estrangeiras.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Boitempo.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271–313). University of Illinois Press.
- Spivak, G. C. (2019). Quem reivindica a alteridade? In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Wittig, M. (1992). *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press.

Biografias dos autores

A importância da modalização em quatro manifestos produzidos pela UMAR

Ana Sofia Souto é mestre em Ciências da Linguagem e licenciada em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa, onde recebeu os prémios “Melhor Aluno de Mestrado” e “Melhor Aluno de Licenciatura”. Com uma bolsa de investigação da FCT (ref.: 2021.04523.BD), é atualmente aluna de doutoramento em Linguística do Texto e do Discurso na mesma instituição. No âmbito do seu doutoramento, cofundou o Grupo de Discussão “Entre Textos: Diálogos Transatlânticos em Linguística do Texto e do Discurso”, que funciona desde março de 2021 e reúne regularmente professores, investigadores e estudantes de Portugal e do Brasil em torno de questões textuais e discursivas. Os seus principais interesses de investigação são: Análise do Discurso; Análise Crítica do Discurso; Discurso(s) de protesto e resistência social, incluindo em contextos coloniais e pós-coloniais; Estudos de Argumentação; Linguagem e mudança social; Linguística e Direitos Humanos; movimentos sociais, ativismo e contestação.

Liberdade inconstante ou subserviência segura? – O trabalho sexual na Comédia do Cioso

Carlos Silva é licenciado em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Concluiu o mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes na mesma instituição com a dissertação intitulada “Masculinidade no matrimónio: O marido ideal no teatro português do século XVI”. Centrando-se na Idade Moderna, as suas linhas de investigação são os estudos de género, com ênfase na masculinidade, e o (re)descobrimento de textos empoeirados pelo esquecimento.

Desconstrução de estereótipos de género no Ensino de Literatura: Uma abordagem pedagógica interventiva

Cláudia Ruas é doutoranda em Linguística na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e exerce funções como professora de Português no Agrupamento de Escolas José Saramago, em Palmela. Colabora com o Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL). A sua investigação insere-se no campo da Linguística do Texto e do Discurso, com especial atenção à linguagem sensível ao género, a padrões linguísticos discriminatórios, e à reformulação textual numa abordagem sociodiscursiva.

Maria Antónia Diniz Caetano Coutinho tem doutoramento em Linguística (Teoria do Texto) e Agregação também em Linguística (Linguística do Texto e do Discurso) pela Universidade NOVA de Lisboa. É docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) e investigadora integrada do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), coordenando atualmente o grupo de investigação Gramática & Texto. O trabalho que desenvolve situa-se no âmbito epistemológico do interacionismo sociodiscursivo e tem como principais interesses de investigação: consolidação

de uma linguística de base interacionista social; géneros, discursos e elaboração de conhecimento; linguagem, escrita e desenvolvimento humano (em particular na época da IA); linguagem sensível ao género e qualidade textual. Trabalha também questões de didática do português (e das línguas primeiras), na perspetiva da interação entre gramática e texto, estando neste momento a desenvolver, com outras colegas do CLUNL, o projeto DiTo – Didática do Texto.

Matilde Alves Gonçalves, doutorada pela Université Paris 8 e pela Universidade NOVA de Lisboa, é professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e investigadora do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), no qual desenvolve trabalho no grupo Gramática & Texto. Enquadrado na Linguística do Texto e do Discurso e, em particular no interacionismo sociodiscursivo, o seu trabalho centra-se na linguagem e mediação, no desenvolvimento do ser humano ao longo da vida pelas práticas de linguagem, na relação entre atividades sociais, géneros e textos e na literacia científica.

Por que a Globo Matou a Globeleza? O Silenciamento da Globo em Relação às Polêmicas Sobre Racismo e Nudez nas suas Vinhetas de Carnaval

Lídia Sacramento de Souza é graduanda em Comunicação e atualmente desenvolve uma pesquisa sobre comunicação, género e raça, com foco na Globeleza e na representação dos corpos de mulheres negras na mídia. Durante a graduação, ingressou no projeto de Iniciação Científica (IC), onde estudou o conceito de autoria no Instagram (2020), especialmente as autorias das mulheres negras soteropolitanas. Também escreveu um artigo sobre a atuação dos movimentos negros baianos (2021) na mesma plataforma. Participa do projeto de pesquisa Afirmativa da UNEB, onde investiga o midiativismo de artistas negras baianas (2024), analisando a exposição do ativismo negro e do feminismo negro através da arte na internet.

Lidiane Santos de Lima Pinheiro é doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora titular do Bacharelado de Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UNEB e pesquisadora integrante dos grupos de pesquisa CEPAD-UFBA (Centro de estudos e pesquisa em Análise de Discurso) e GPEDS (grupo de pesquisa em Estudos do Discurso e Semiótica).

Mecanismos linguístico-discursivos e diferenciação de linguagem e género

Mariana Filipa da Silva Pinto é doutoranda em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), encontrando-se atualmente a frequentar o 1o ano do curso. Em simultâneo, está na fase de conclusão do Mestrado em Linguística (a aguardar a defesa da dissertação). A sua dissertação incide sobre o processamento de cognatos e falsos cognatos em falantes L1 Português Europeu e L2 Inglês, através da aplicação de dois métodos experimentais (priming e leitura automonitorizada). Além disso, é licenciada em Línguas, Literaturas e Culturas (Perfil Bidisciplinar de Inglês e Alemão), também pela FLUP. O seu interesse de investigação debruça-se sobre a área da Psicolinguística, especificamente na

Aquisição de Segunda Língua/Bilinguismo e nos processos ao nível da palavra, como o acesso lexical.

Género y activación de vocabulario. Entre la estereotipación y la normalización de los nuevos roles

Mirta Fernández dos Santos é professora assistente de Estudos Hispânicos na FLUP, onde leciona disciplinas como ELE (nível B2), cultura e linguística espanholas e culturas e literaturas latino-americanas. É doutora com Menção Internacional em Filologia (Estudos Linguísticos e Literários) pela UNED (Universidade Nacional de Madrid). Recebeu o Prémio Extraordinário de Doutoramento em 2017, ganhou o 1.º Prémio de Investigação Filológica "Professor José Romera Castillo" em 2019 e foi finalista do Prémio RAE em 2021. Publicou vários artigos centrados principalmente em três temas: disponibilidade lexical, ensino da língua espanhola e culturas hispânicas em Portugal e poesia latino-americana contemporânea escrita por mulheres. Orientou e coorientou mais de 30 dissertações de mestrado e atualmente orienta duas teses de doutoramento. Na área da pesquisa, integra o grupo "Literatura e Diálogos Interculturais" do CITCEM desde 2017 e o CLUP desde 2023. Seus principais interesses de pesquisa são as culturas e literaturas hispânicas e ibero-americanas, a língua espanhola e a linguística geral.

Linguagem e resistência: Trajetória do discurso feminino na luta contra a opressão

Patricia Orlando é jornalista por formação, mestre em Literatura e doutora em Estudos Culturais, ambos títulos pela Universidade de São Paulo (USP). Em sua trajetória acadêmica, dedica-se a explorar as relações entre cultura e os contextos contemporâneos do capitalismo. Seus estudos se concentram em conceitos socioculturais e identitários, ao investigar como esses se articulam com a produção cultural e com os discursos que moldam a sociedade atual.

Mulheres no Discurso

Women in Discourse

Maria Alexandra Guedes Pinto
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta
Ana Sofia Meneses-Silva
Enio José Porfirio Soares
Xinxin Shi
(organizadores)